



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS EM
UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELO HORIZONTE/MG:
PERCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR**

BELO HORIZONTE

2025

ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS EM
UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELO HORIZONTE/MG:
PERCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação e Docência.

Orientadora: Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara.

Linha de pesquisa: Infâncias e Educação Infantil .

Belo Horizonte

2025

A474a
T

Alves, Rosimaria Aparecida Ruela, 1974-
Acesso e permanência de crianças imigrantes venezuelanas em uma escola de educação infantil de Belo Horizonte--MG [manuscrito] : percepções da gestão escolar / Rosimaria Aparecida Ruela Alves. -- Belo Horizonte, 2025.
179 f. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
[Acompanhado de produto educacional com o título: Atendimento na educação infantil de crianças venezuelanas em Belo Horizonte [recurso eletrônico] / Rosimaria Aparecida Ruela Alves. -- Belo Horizonte : UFMG / FaE, 2025. -- [15 p.] : il., color.].
Orientadora: Tânia Aretuza Ambrizi Gebara.
Bibliografia: f. 120-129.
Anexos: f. 130-159.
Apêndices: f. 160-179.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Políticas públicas -- Teses. 3. Educação -- Aspectos demográficos -- Teses. 4. Imigrantes -- Educação -- Teses. 5. Estudantes estrangeiros -- Políticas públicas -- Teses. 6. Estudantes estrangeiros -- Venezuela -- Teses. 7. Imigrantes -- Venezuelanos -- Brasil -- Teses. 8. Crianças -- Venezuela -- Direito à educação -- Teses. 9. Estrangeiros -- Direito à educação -- Teses. 10. Imigrantes -- Direito à educação -- Teses. 11. Infância -- Políticas públicas -- Teses. 12. Emigração e imigração -- Políticas públicas -- Aspectos educacionais -- Teses. 13. Educação de crianças -- Políticas públicas -- Teses. 14. Administração escolar -- Teses. 15. Belo Horizonte (MG) -- Educação -- Teses. 16. Belo Horizonte (MG) -- Educação de crianças -- Teses. 17. Belo Horizonte (MG) -- Políticas públicas -- Teses. 18. Belo Horizonte (MG) -- Assistência social -- Teses.

I. Título. II. Gebara, Tânia Aretuza Ambrizi, 1971-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.82

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES

Realizou-se, no dia 05 de junho de 2025, às 09h, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 614ª defesa de dissertação, intitulada "*ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG: PERCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR*", apresentada por ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES, número de registro 2023658890, graduada no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Tânia Aretuza Ambrizi Gebara - Orientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. Rogério Correia da Silva (Universidade Federal de Minas Gerais) e Prof. Cláudio Emanuel dos Santos (Universidade Federal de Minas Gerais).

Título do Recurso Educacional:

Atendimento de Educação Infantil de crianças Venezuelas em Belo Horizonte.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada.

Reprovada.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2025.

Prof(a). Tânia Aretuza Ambrizi Gebara (Doutora)

Prof. Rogério Correia da Silva (Doutor)

Prof. Cláudio Emanuel dos Santos (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Correia da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 16/08/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania Aretuza Ambrizi Gebara, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 18/08/2025, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Emanuel dos Santos, Professor Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 21/08/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4225560** e o código CRC **4EF4120C**.

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos”.

Isaac Newton

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de amor e perdão, por estar sempre comigo e sendo refrigerio nos momentos de confusão e de dor. Por ter colocado pessoas tão incríveis em meu caminho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara, por acreditar em mim e ser tão generosa ao acolher essa temática de pesquisa.

Ao professor Dr. Rogério Correia da Silva que na banca escolheu meu projeto, jamais esquecerei esse gesto, esse sonho só se tornou realidade porque você permitiu.

À Dra. Érica Esch Machado, por sua bondade em aceitar fazer parte da minha vida acadêmica e profissional. Suas excelentes contribuições me permitem sonhar mais.

Aos colegas da Universidade Federal de Lavras (UFLA), por serem parceiros de trabalhos incríveis. Por muitos anos juntos, contribuindo para a formação de profissionais com excelência. À Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), pelos amigos e colegas de trabalho da Escola Municipal Joaquim dos Santos (Júnia, Elizane, Sandra, Alice, Viviane, Leila, Josiane e Edvania), que me incentivaram de várias formas neste processo, permitindo-me estudar sem culpa e trilhar esse caminho. Ao meu grupo Guerreiras Lindas (Escola Municipal de Educação Infantil Vila Apolônia), que entraram na minha vida em um momento crucial.

Às gestoras escolares da escola pesquisada, agradeço pela disponibilidade de tempo para a realização das entrevistas, acesso aos documentos e por toda atenção.

Ao meu esposo Janderson, companheiro de vida, por me incentivar a ser melhor sempre, à Helena, filha dos sonhos que enche minha vida de brilho e amor.

Às minhas irmãs, irmãos, sobrinhas, sobrinhos, sogros, sogras, cunhados e cunhadas, que, com alegria e amor, entenderam minhas ausências e por sentirem orgulho de mim.

Querida mãe Judite Moreira Ruela (*in memoriam*), por ser a melhor do mundo e por me amar e acreditar sempre em mim. Sua ausência será para sempre sentida, mas seu legado de amor e esperança sempre será lembrado. Obrigada, por ser a melhor do mundo, por me amar e acreditar sempre em mim.

À minha querida Igreja Batista Regular do Copacabana, minha comunidade de Fé, tão querida.

À minha amiga Márcia de Souza dos Santos, que entrou na minha vida na época da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e jamais me deixará! Sua bondade e generosidade não têm tamanho, sempre me incentivando e inspirando, não me deixou desistir e

me colocou para frente. Esse tipo de amizade é para toda a vida.

À Ana Laura dos Santos, uma amiga que se tornou irmã ao longo da convivência, obrigada por acreditar em mim, nas minhas loucuras de que um dia seria mestre em Educação.

Às minhas amigas de risos, de encontros, de festa, Ângela Sena e Elaine Silva Machado nos conhecemos quando trabalhamos juntas e essa amizade é cuidada e regada com amor e com admiração. Vocês conseguiram fazer brotar em mim o melhor desta vida: a fé nas pessoas e que de passo a passo tudo pode ficar melhor.

Às crianças, sempre elas, por fazer brotar em mim o desejo do conhecimento para ser ponte na vida delas.

RESUMO

As questões migratórias se acentuaram vertiginosamente nestes últimos anos; o Brasil tornou-se um território acolhedor das pessoas que, por questões sociais e econômicas, buscaram o país para ter ou conquistar melhores condições para si e para os seus. Esta pesquisa tem como objetivo investigar a temática do acesso e da permanência de crianças imigrantes venezuelanas na Educação Infantil (EI) de Belo Horizonte, em Minas Gerais (MG), a partir das percepções de gestores que, de forma direta ou indireta, atuam na consolidação de Políticas Públicas para a Primeira Etapa da Educação Básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que foi desenvolvida em três etapas, a saber: a primeira, de natureza exploratória, buscou-se identificar as escolas que atendem maior número de crianças venezuelanas na faixa etária de 0 a 3 anos, por meio do contato com as Secretarias de Assistência Social e Secretaria de Educação do município de Belo Horizonte-MG. A segunda etapa se contemplou com a análise documental e das entrevistas semiestruturadas com gestores da escola selecionada durante a primeira etapa. A terceira etapa focalizou a análise dos dados e sistematização da dissertação. Dentre os principais referenciais teóricos, destacam-se: Sasaki e Assis (2000), sobre a teoria das migrações internacionais; André (2016), por abordar a adaptação de estrangeiros em escolas brasileiras; e Santos (2018), que discorre sobre a identidade e imigração na EI, e ainda Kramer (2006), que aborda o tema crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil. O produto educacional é uma cartilha sobre o atendimento na EI para as crianças imigrantes venezuelanas no município de Belo Horizonte/MG, que tem o objetivo de facilitar o acesso à informação para famílias migrantes que desejam ter suas crianças na EI em Belo Horizonte/MG. Dentre os resultados, mapeou-se o quantitativo de crianças imigrantes e a identificação da regional onde estão matriculadas; e se constatou percalços e impasses para o acesso e a permanência de crianças imigrantes venezuelanas na EI de Belo Horizonte, do ponto de vista das gestoras participantes da pesquisa. Os dados levantados confirmam ainda que as ações dando garantia de matrícula às crianças venezuelanas, ocorrem em consonância com o que determina a legislação vigente. Entretanto, as ações da gestão no âmbito da qualidade da permanência, por vezes acontecem a partir de um plano individual de uma das gestoras, que é hispanohablante, falante de espanhol. A permanência de crianças venezuelanas ainda se configura um desafio para a consolidação de políticas públicas educacionais na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte/MG, principalmente no que tange a universalização do atendimento de crianças de 0 a 3 anos.

Palavras-chave: infâncias; Educação Infantil; crianças venezuelanas.

ABSTRACT

Migration issues have risen sharply in recent years; Brazil has become a welcoming territory for people who, for social and economic reasons, have come to the country to have or achieve better conditions for themselves and their families. This research aims to investigate the issue of access and permanence of Venezuelan immigrant children in Early Childhood Education (ECE) in Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), based on the perceptions of principals or vice-principals who, directly or indirectly, work to consolidate Public Policies for the First Stage of Basic Education. This is a qualitative study, which was carried out in three stages: the first, exploratory in nature, sought to identify the schools that cater for the largest number of Venezuelan children aged 0 to 3, by contacting the Social Assistance and Education Secretariat of Belo Horizonte, MG. The second stage consisted of document analysis and semi-structured interviews with principals and vice-principals of the schools selected during the first stage. The third stage focused on data analysis and systematization of the thesis. The main theoretical references include: Sasaki and Assis (2000), on the theory of international migration; André (2016), for addressing the adaptation of foreigners in Brazilian schools; and Santos (2018), who discusses identity and immigration in ECE, as well as Kramer (2006), who addresses the issue of children aged 0 to 6 in educational policies in Brazil. The educational product is a pamphlet on ECE care for Venezuelan immigrant children in the municipality of Belo Horizonte, MG, which aims to facilitate access to information for immigrant families who wish to have their children in ECE in Belo Horizonte, MG. Among the results, the number of immigrant children and the region where they are enrolled were mapped; additionally, we found obstacles and standstills in the access and permanence of Venezuelan immigrant children in Belo Horizonte's ECE, from the point of view of the administrators who took part in the research. The data collected also confirms that the actions taken to guarantee enrollment for Venezuelan children are aligned with current legislation. However, the principals' actions toward the quality of permanence are sometimes based on an individual plan by one of the managers, who is Spanish-speaking. The permanence of Venezuelan children is still a challenge for the consolidation of public educational policies in the Belo Horizonte, MG, Municipal Education Network, especially regarding the universalization of care for children aged 0 to 3.

Keywords: childhood; Early childhood education; venezuelan children.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrada da EMEI Del Esperanza.....	26
Figura 2 – Número de interiorização	34
Figura 3 – Mapa Taxa de imigração na América do Sul	34
Figura 4 – Infográfico Migração e Infância no mundo	35
Figura 5 – Infográfico Migração no Brasil	36
Figura 6 – Mapa da Venezuela	37
Figura 7 – Mapa das nove regionais do município de Belo Horizonte	36
Figura 8 – Infográfico Matrícula de Crianças e adolescentes	45
Figura 9 – Incidência do termo migrante no Currículo Referência de Minas Gerais	48
Figura 12 – Mapas das Regionais de Belo Horizonte e localização das crianças venezuelanas.	74
Figura 13 – Mapa Regional Barreiro de Belo Horizonte/MG	76
Figura 14 – Mapa Regional Centro Sul de Belo Horizonte/MG	77
Figura 15 – Mapa Regional Leste	78
Figura 16 – Mapa Regional Norte de Belo Horizonte/MG	79
Figura 17 – Mapa Regional Nordeste de Belo Horizonte/MG	80
Figura 18 – Mapa Regional Noroeste de Belo Horizonte/MG	81
Figura 19 – Mapa Regional Venda Nova de Belo Horizonte/MG	82
Figura 20 – Mapa Regional da Pampulha de Belo Horizonte/MG	84
Figura 21 – Mapa da Regional Oeste de Belo Horizonte/MG	86
Figura 22 – Capa da Cartilha Atendimento na Educação Infantil de Crianças Venezuelanas em Belo Horizonte	108
Figura 23 – Cartilha Atendimento na Educação Infantil de Crianças Venezuelanas em Belo Horizonte	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crianças imigrantes de 0 a 3 anos matriculadas em EMEIs em 2024.....	72
Gráfico 2 – Crianças imigrantes de 0 a 3 anos matriculadas em EMEIs em 2025.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das pessoas entrevistadas	28
Quadro 2 – Destinatários do Estatuto do Estrangeiro e da Lei de migração.....	40
Quadro 3 – Leis e a que dispõem.....	41
Quadro 4 – Produções do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais sobre migração/imigrantes.....	56
Quadro 5 – Produções da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT) sobre a temática migração/imigrantes.....;;	57
Quadro 6 – Análise de Conteúdos das teses e dissertações	58
Quadro 7 – Revisão de Literatura imigrantes na Educação Infantil	59
Quadro 8 – Resultados dos trabalhos apresentados com os descritores distintos <i>migração, migrantes, Venezuela e venezuelanos</i>	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições de educação da rede própria e da rede parceira, Belo Horizonte.....	44
Tabela 2 – Resultado da busca usando o descritor: Venezuelanos.....	53
Tabela 3 – Resultado da busca usando os descritores <i>venezuelanos</i> , <i>educação infantil</i> e o operador booleano <i>and</i>	53
Tabela 4 – Resultado da busca utilizando três termos e dois operadores booleanos migração <i>or</i> imigrantes <i>and</i> educação infantil.....	54
Tabela 5 – Quantidade de dissertações defendidas na Universidade Estadual de Minas Gerais – 2011 a 2024	55
Tabela 6 – Reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e quantidade de trabalhos apresentados	62
Tabela 7 – Trabalhos apresentados por Grupos de Trabalho (GT) que versam sobre imigrantes/imigração	63
Tabela 8 – Crianças imigrantes presentes na rede própria da Educação Infantil	69
Tabela 9 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil do Barreiro.....	76
Tabela 10 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Centro Sul.....	77
Tabela 11 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Leste	79
Tabela 12 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Norte.....	80
Tabela 12 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Nordeste	81
Tabela 13 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Noroeste	82
Tabela 14 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região de Venda Nova.....	83
Tabela 15 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região da Pampulha.....	84
Tabela 16 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Oeste.....	86
Tabela 17 – Total de crianças imigrantes venezuelanas matriculadas em Belo Horizonte/2025.....	87

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASMG	Associação dos Surdos de Minas Gerais
BH	Belo Horizonte
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BTDT	Biblioteca Digital de Tese e Dissertações
CAS	Centro de Capacitação aos Profissionais da Educação e Surdez
CAPE	Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
CF	Constituição Federal
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG
DIRE	Diretoria
DIRE-B	Diretoria de Educação da Regional Barreiro
DIRE CS	Diretoria de Educação da Regional Centro Sul
DIRE-L	Diretoria de Educação da Regional Leste
DIRE –N	Diretoria de Educação da Regional Norte
DIRE-NE	Diretoria de Educação da Regional Nordeste
DIRE –NO	Diretoria de Educação da Regional Noroeste
DIRE –O	Diretoria de Educação da Regional Oeste
DIRE –P	Diretoria de Educação da Regional Pampulha
DIRE –VN	Diretoria de Educação da Regional Venda Nova
EI	Educação Infantil
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EUA	Estados Unidos da América
GERED	Gerencia regional de educação
GNED	Gerência de Informações
LDB	Lei de Diretrizes de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte

PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PROLIBRAS	Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras-Português
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RME-BH	Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte
Smed/BH	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
2.1 A pesquisa qualitativa	25
2.2 Campo da pesquisa	26
2.3 Sujeitos.....	27
2.4 Instrumentos.....	29
2.5 O caminho trilhado.....	30
3 POLÍTICA MIGRATÓRIA: CENÁRIO E TENSÕES	33
3.1 Contexto político da Venezuela	36
3.2 Breve panorama legal sobre as políticas migratórias.....	39
3.3 Políticas educacionais no município de Belo Horizonte	41
3.4 A Imigração no município de Belo horizonte	46
4 EDUCAÇÃO INFANTIL E MIGRAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA	51
4.1 Revisão no repositório da Universidade Federal de Minas Gerais	52
4.2 Revisão no repositório da Universidade Estadual de Minas Gerais	55
4.3 Revisão na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT).....	56
4.4 Revisão na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).....	61
5 EVIDÊNCIAS DA PESQUISA: REFLEXÕES.....	66
5.1 Fase exploratória.....	67
5.2 O acesso das crianças venezuelanas	72
5.2.1 REGIÃO DO BARREIRO	76
5.2.2 REGIÃO CENTRO SUL	77
5.2.3 REGIÃO LESTE	78

5.2.4 REGIÃO NORTE.....	79
5.2.5 REGIÃO NORDESTE	80
5.2.6 REGIÃO NOROESTE	81
5.2.7 REGIÃO DE VENDA NOVA	82
5.2.8 REGIÃO DA PAMPULHA	84
5.2.9 REGIÃO OESTE.....	86
5.3 Gestão escolar, imigração e educação infantil: um diálogo em aberto	88
5.4 Sobre o acesso e a permanência.....	92
5.4.1 PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA	92
5.4.2 A PERCEPÇÃO DAS GESTORAS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA	95
5.4.3 A FICHA DE ANAMNESE: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES	103
7 PRODUTO EDUCACIONAL.....	108
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	123
APÊNDICES	152

APRESENTAÇÃO

Contar a própria história não é tarefa fácil, requer buscar momentos importantes e significativos que resultaram no que me tornei hoje e no sujeito que pretendo ser.

Comecei minha trajetória acadêmica aos sete anos em uma escola pública estadual em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais (MG). Filha de pais analfabetos, trilhei caminhos que meus pais jamais sonhariam que seria possível. Nessa escola, aprendi a duras penas que se quisesse algo teria de estudar muito. Quando estava no sétimo ano, meu pai faleceu. Naquela época, acreditei que seria o fim da minha jornada escolar.

Por insistência de minha mãe, continuei estudando em uma escola pública municipal. Na ocasião, uma vizinha insistiu que eu fizesse magistério, o que me garantiria um futuro como professora. Em 1994, formei-me professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Acreditei naquela época que era o máximo que poderia alcançar.

O tempo foi passando e a docência é realmente um campo surpreendente! Em um certo dia, deparei-me com um sujeito surdo, uma criança que todos os dias embarcava no ônibus comigo e sua avó. Aquela pessoa se comunicava com as mãos e sua avó, já idosa, por mais que se esforçasse, não a entendia. Sentia-me angustiada, queria fazer algo. Mas como? Então, descobri que, em uma Igreja do meu bairro, ministravam o curso de Língua Brasileira de Sinais — mais tarde, descobri que era Libras. Queria muito aprender, mas como? Desempregada, sem meu pai e tendo de auxiliar minha mãe. Ofereceram-me o curso por um preço acessível à minha realidade e assim comecei. Contudo, a realidade não foi condizente com as minhas expectativas, pois não tinha como praticar. Conheci outro grupo e encontrei pessoas que sabiam Libras, eles me acolheram. Reiniciei os estudos e, em 2000, ofertaram-me um trabalho na Associação dos Surdos de Minas Gerais (ASMG) e foi assim que, de fato, minhas habilidades em Libras deslancharam.

Mais tarde, comecei a trabalhar no Centro Atendimento aos Profissionais da Educação e ao Surdo (CAS), fui avaliada por uma banca e aprovada. Em 2006, pleiteei o ingresso como intérprete de Libras na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e fui aprovada. Nesse mesmo ano, passei pelo Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras-Português - Língua Brasileira de Sinais (PRO-LIBRAS), uma banca criada pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) para habilitar profissionais para atuar enquanto a formação superior não estava em vigor. Fui aprovada.

No mesmo ano de 2006, cursava a graduação em História, mas tranquei para prestar

vestibular na PUC — Tecnólogo em Comunicação Assistiva Libras/Braille, a fim de obter uma certificação superior para continuar com meus planos de atuar com os sujeitos surdos. Antes de colar grau, entrei na especialização pleiteando o mestrado. Meu sonho ficou congelado por mais de cinco anos; enquanto isso, fiz concurso para aproveitar a minha formação no magistério. Eu tive sucesso nos concursos, tornando-me professora da Educação Infantil (EI). Porém, não fiquei sem estudar. Fiz um curso de Atendimento Educacional Especializado, oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Fiz outra graduação, Pedagogia na Universidade Federal de Lavras (UFLA), esperando, assim, atender melhor educacionalmente as crianças surdas. E, por último, fiz um curso para ser tutora em Educação à distância na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Pensando na escola como um espaço dinâmico, sempre busquei ter o olhar aguçado para os diferentes sujeitos e, como professora, experienciei uma nova situação, a chegada de uma criança de nacionalidade venezuelana. Um novo desafio e uma necessidade de ampliação de novos saberes que foram se fortalecendo e se desenhando em meu trabalho. Foi bem assim que começou o ano de 2021. As informações quanto à nacionalidade e como deveria ser realizado o trabalho com a criança não chegaram junto. Quando a estudante chegou, consegui descobrir que seu nascimento se deu na Venezuela. Em conversa informal com a mãe, descobri que a criança tinha um irmão que era mais familiarizado com a língua portuguesa, que estavam há bem pouco tempo no Estado de Minas, ficaram um tempo na região de Roraima, mas decidiram tentar “a sorte” aqui na capital mineira.

Com o meu espanhol precário, recebia a criança na porta da sala de aula com toda a cordialidade que conseguia, a menina sempre calada e demonstrando uma timidez que me incomodava, como professora da EI desejava acolhê-la da melhor forma possível para romper as barreiras.

Desafiada a me preparar melhor, investi em muitas leituras. Participei do curso de Atualização em Acolhimento de Imigrantes e Refugiados ofertado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (Anexo E).

Fruto de toda essa trajetória, surge a escrita desta pesquisa de mestrado. A formação acadêmica nesse nível da pós-graduação é mais uma maneira de agregar outros saberes, agora na perspectiva de professora pesquisadora, o que permite que me torne uma docente mais capacitada para o acolhimento desses estudantes e ainda me possibilita produzir conhecimento para compartilhar com outros docentes.

1 INTRODUÇÃO

A Venezuela é um país situado na costa norte da América do Sul, tem como capital Caracas; seu sistema de governo é o presidencialismo, possui uma área de 916.445 km². Esse país faz fronteira com outros países, ao norte com o mar do Caribe, ao oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e ao leste com a Guiana. A língua oficial do país é o espanhol, idioma utilizado por toda a nação.

Nas décadas de 1980 e 1990, a Venezuela passou por vários choques econômicos, o que vem acarretando diversas crises que assolando seu povo até hoje. Atualmente, o presidente reeleito foi Nicolás Maduro, no poder desde 14 de abril de 2013. Tratou-se de uma eleição tensa e questionada por alguns países vizinhos.

Esse cenário que vem se desenhando tem feito com que muitos de seus cidadãos deixem seu solo em busca de uma vida mais digna para si e para seus familiares. Os problemas econômicos propiciaram que seus cidadãos adentrassem pela fronteira do Brasil em busca de melhores condições. Muitos deles fizeram a escolha por vontade própria ou por questões políticas. Para compreender as razões que levam o povo venezuelano a deixar a sua pátria, recorre-se à Jarochinski Silva e Abrahão (2020), que assinalam que:

[...] a maioria dos venezuelanos não está saindo da Venezuela por perseguição em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a certo grupo social, mas por não terem garantidas mínimas condições existenciais, seja pela falta de abastecimentos de itens de primeira necessidade, seja pela grave fragilidade do seu país que não tem condições de resolver seus problemas internamente dentro de uma democracia e respeito aos direitos humanos e fundamentais. (Abrahão, 2020, p. 276).

No Brasil, recebemos dois grupos de pessoas, os refugiados e os imigrantes. Refugiado é a pessoa que cruza uma fronteira internacional em busca de proteção, pois se sente ameaçada em seu país de origem. As razões para esse deslocamento devem estar ancoradas em fundados temores de perseguição relacionados à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (2023). Os imigrantes¹, por sua vez, escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte. Deslocam-se, principalmente, para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. Diferente dos refugiados, que

¹ **Imigrantes** – São aqueles que imigram, ou seja, aqueles que entram em um país estrangeiro, com o objetivo de residir ou trabalhar. O imigrante é visto pela perspectiva do país que o acolhe, é o indivíduo que veio do exterior. (Moura, 1980).

não podem voltar ao seu país, os migrantes² continuam recebendo a proteção do seu governo (ACNUR, 2023). É necessário entender que o primeiro não pode retornar ao seu país por diversas questões geopolíticas; e o segundo pode ser repatriado no momento que julgar propício.

Nesta pesquisa, fizemos a opção por focalizar o conceito de imigração³, considerando que encontraremos informações necessárias para coletar dados e fomentar a pesquisa de forma a construir possíveis contribuições sobre fenômenos que articulam pobreza, estratégias de inclusão social e o papel da educação de crianças imigrantes.

Consideramos que a sociedade moderna tem vivido uma expressiva crise imigratória mundialmente, com cenários políticos e humanitários conturbados. No caso da Venezuela, o número de emigrantes⁴ disparou. O ACNUR (2023) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) anunciaram que o número de venezuelanos deixando o país alcançou quatro milhões.

A presente investigação aborda o tema da educação de crianças venezuelanas que, ao chegar no município de Belo Horizonte/MG, necessitam de acesso, mas também de permanência com qualidade na Educação Infantil (EI). Dito de outra forma, esta pesquisa tem como objetivo investigar a temática do acesso e da permanência de crianças (0 a 3 anos) imigrantes venezuelanas na EI de Belo Horizonte/MG, a partir das percepções de gestores (diretora, vice-diretora e coordenação pedagógica) que, de forma direta ou indireta, atuam na consolidação de Políticas Públicas para a Primeira Etapa da Educação Básica.

O tema é delicado, polêmico, mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade para que, a partir de pesquisas, possamos conhecer melhor os desafios e as tensões da construção de uma educação das infâncias diversas. O produto educacional da pesquisa é uma devolutiva à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH), no intuito de colaborar para a consolidação de políticas públicas educacionais. Foi produzida a cartilha **Atendimento na Educação Infantil de Crianças Venezuelanas em Belo Horizonte**, que teve o objetivo de facilitar o acesso à informação para famílias migrantes que desejam ter suas crianças na EI em Belo Horizonte/MG.

Este estudo também se justifica, uma vez que buscou identificar e compreender quais são as políticas de acesso consolidadas no município de Belo Horizonte/MG, realizou uma análise problematizadora da inserção de crianças venezuelanas, fenômeno este que se centra

² **Migrantes** – São todas as pessoas que se transferem de seu lugar habitual, de sua residência comum, ou de seu local de nascimento, para outro lugar, região ou país. (Moura, 1980).

³ **Imigração** – Diz respeito à entrada de indivíduos ou grupos de indivíduos em um determinado território. (Moura, 1980).

⁴ **Emigrantes** – É a saída de indivíduos de um determinado território. (Moura, 1980).

nos debates sobre a universalização do atendimento de 0 a 3 anos.

Com relação à permanência na EI, procuramos compreender como os gestores têm lidado com a chegada desse público. Há, portanto, um ineditismo nesta investigação, pois não identificamos trabalhos que contemplem o tema e os recortes aqui indicados. Além disso, cabe destacar que há uma relevância social na realização desta pesquisa, pois o estudo busca reconhecer e dar visibilidade a sujeitos que vivenciam diferentes eixos de subordinação.

É importante contextualizar que o estudo proposto dialoga com as políticas públicas de EI que foram consolidadas ao longo do tempo em Belo Horizonte/MG. Há um longo investimento e o acesso e a permanência já são pautas antigas, mas a especificidade de crianças venezuelanas traz novos desafios para as políticas de EI da Rede Pública de Ensino Municipal. E, quando o recorte é 0 a 3 anos, notamos que existem problemas de cobertura universal para essa faixa etária, que não é obrigatória, situação que torna o tema ainda mais tenso com o acolhimento de crianças imigrantes.

Ao buscarmos dados sobre as políticas públicas municipais de Belo Horizonte/MG, remetemo-nos à história da EI no município que, de acordo com estudos (Belo Horizonte, 2014), a oferta municipal se iniciou em 1957, com a inauguração do Jardim Municipal da Renascença e, desde essa época para a atualidade, muitas mudanças ocorreram.

Ao realizarmos um levantamento sobre a EI no município de Belo Horizonte/MG, no banco de teses e dissertações do mestrado acadêmico e no mestrado profissional da Faculdade de Educação (FaE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi possível encontrarmos 850 dissertações de mestrado, 492 teses de doutorado e um número superior de pesquisas sobre Pesquisas⁵ no mestrado profissional. Os trabalhos encontrados, embora com diferentes temáticas, têm em comum o fato de apontarem para os desafios da EI em Belo Horizonte, alguns deles são: de Fernanda Cecília Farias de Ávila, **Alfabetização e letramento na educação infantil**: análise das concepções dos professores da UMEI do município de Belo Horizonte (2016); Waldinei do Nascimento Ferreira, **As relações de cuidado e de gênero presentes nos relatos de homens professores nas unidades municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte** (2017); Carmem Lúcia Leal Almeida, **Integração de novas tecnologias na educação infantil**: estudo de um projeto nas UMEIS de Belo Horizonte (2018); Adriana Bom Sucesso Gomes, **Estratégias metodológicas de formação continuada de professores da Educação Infantil em um núcleo de estudos das relações étnico-raciais em Belo Horizonte**

⁵ Foram considerados apenas os resultados que continham, no título, os descritores *Educação Infantil e Belo Horizonte*, visando fornecer uma exemplificação da quantidade de pesquisas existentes na rede municipal da capital.

(2022); Lisa Minelli Feital, **A promoção da igualdade racial e a política na formação dos professores da Educação Infantil em Belo Horizonte** (2016). No mestrado acadêmico, considerando os dois últimos anos (2022 e 2023), é possível elencar as dissertações de Eliana Crepaldi Santos, **Biblioteca na educação infantil e os desafios da qualidade nesse ambiente de aprendizagem**: um estudo de caso na comunidade da Pedreira Prado Lopes – BH/MG (2022); Heloisa Dirce Silva, **Potencializando gradiente de saúde de professores no ambiente de trabalho de EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil) da Prefeitura de Belo Horizonte** (2022); Antônio Marcos de Sousa Barbosa Miranda, **Ser professor homem nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) de Belo Horizonte: desafios, possibilidades e a relação com a comunidade escolar a partir da percepção de professores** (2022); Rodrigo Aparecido Estevão, **Práticas de mediação do textoliterário: contribuições para o processo de inclusão de uma criança com baixa visão numa EMEI de Belo Horizonte** (2023); Camila Souza Petrovitch, **Atos de controle, censura e regulação na literatura infantil e a prática docente**: vozes de professoras da educação infantil de Belo Horizonte (2023). E, no corrente ano de 2025, as dissertações do PROMESTRE de Patrícia Ferreira Evangelista da Silva, **Tecendo a educação, desfiando o racismo**: um estudo da educação antirracista na Educação Infantil de Belo Horizonte (2025) e Keziah Pollyanna de Paula Nogueira, **Escola, lugar de proteção?** políticas públicas educacionais para as infâncias em acolhimento institucional no município de Belo Horizonte-MG (2024).

Nas pesquisas mais recentes, que tiveram como campo de pesquisa a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH), há vários tipos de abordagens com temáticas variadas que atravessam a discussão das infâncias. Contudo, valida-se o ineditismo do tema da infância de 0 a 3 anos, no contexto de crianças imigrantes venezuelanas que são inseridas na rede pública municipal de ensino. Dentre as pesquisas elencadas, há evidências da contextualização das políticas públicas municipais, mas nenhuma produzida com o recorte para o tema das crianças bem pequenas e venezuelanas.

Atualmente, o Projeto Appia para a Infância é um dos referenciais utilizados pelo município para orientar esta etapa inicial da educação básica. O município também dispõe do livro digital Percursos Curriculares e Trilhas de Aprendizagens para a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte em Tempos de Pandemia elaborado pela Smed (PBH, 2021).

Referente ao Projeto Appia (2021), cabe destacar que

[...] transformou-se em uma política pública estruturante da Secretaria Municipal de Educação, no contexto das políticas de expansão e consolidação da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação em Belo Horizonte. Nesse contexto, a proposta

assumiu a perspectiva de integração entre as etapas de escolarização, – Educação Infantil e Ensino Fundamental – considerando as possibilidades de convívio num mesmo espaço físico escolar de crianças dos 4 aos 8 anos e os desafios advindos da implementação de uma perspectiva inovadora, envolvendo três dimensões: pedagógica, programática e política. (PBH, 2021, p. 64).

Inicialmente pensado como um projeto voltado para a transição entre a EI e o Ensino Fundamental, em virtude de uma necessidade estrutural para atender as crianças de 4 e 5 anos nas escolas municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), o projeto se tornou uma política de gestão que busca uma vivência escolar adequada dos processos formativos referentes às infâncias, às adolescências, às juventudes e às vidas adultas e idosas. Cabe ainda indagarmos, e para os bebês e crianças de 0 a 3 anos? Quais são as políticas existentes na PBH? Se considerarmos a criança originária de outros países, como é pensada a política educacional para elas? Há alguma interface entre as políticas da assistência social e as políticas educacionais que garantam uma rede de proteção e cuidado para essas crianças venezuelanas?

Nos documentos oficiais que regem a política pública de Belo Horizonte/MG, encontramos elementos sobre o direito ao acesso e a permanência com qualidade na EI de crianças imigrantes desde a mais tenra idade? Há documentos específicos na RME-BH que mencionem os direitos de crianças venezuelanas? E os gestores, o que pensam sobre o tema do acesso e da permanência de crianças venezuelanas na EI? Essas questões sugerem mais do que a realização de entrevistas semiestruturadas com as diretoras, mas supõem uma pesquisa documental.

Com a problemática apresentada, definimos como objetivo geral da pesquisa: Identificar e compreender as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG no tocante ao acesso e a permanência de crianças de 0 a 3 anos, imigrantes venezuelanas na EI, a partir das percepções de gestores escolares. E como objetivos específicos, buscamos:

Caracterizar a população de imigrantes que frequentam a EI no sistema de ensino público do Município de Belo Horizonte/MG;

Compreender as relações entre Educação e Assistência Social, no tocante às políticas intersetoriais;

Realizar a revisão de literatura e a análise documental de produções que versem sobre as políticas de EI para as crianças imigrantes;

Realizar levantamento de documentos oficiais que versem sobre as políticas de EI para as crianças imigrantes;

Mapear as escolas de Educação Infantil do município de Belo Horizonte/MG que

atendem estudantes imigrantes venezuelanos;

Analisar, na perspectiva dos gestores escolares, os processos de acesso de crianças imigrantes venezuelanas à EI;

Compreender, na perspectiva dos gestores escolares, as estratégias elaboradas para a permanência de crianças venezuelanas na escola de EI.

Este texto dissertativo, apresentado à linha de “Infâncias e Educação Infantil”, inicia-se com a apresentação, neste **primeiro capítulo**, a introdução da temática estudada com justificativa e objetivos geral e específicos que norteiam a investigação. Posteriormente, o estudo estrutura-se em sete capítulos, a saber: no **segundo capítulo**, são apresentados os procedimentos metodológicos, destacando os sujeitos, o campo da pesquisa e os instrumentos utilizados. No **terceiro capítulo**, focalizam-se as políticas migratórias, destacando-se os cenários e tensões decorrentes do contexto político da Venezuela. São contempladas as políticas educacionais no município de Belo Horizonte, abordando a imigração e a gestão escolar no debate sobre a EI. Nesse capítulo também é explicitada a diferença entre o uso do termo creche e escola de EI, apresentando a justificativa inerente a etapa da educação básica abordada nesta pesquisa. Realizou-se uma revisão teórica, trazendo para a discussão os pressupostos teóricos para a compreensão do fenômeno da migração contemporânea e a inter-relação com a globalização. No **quarto capítulo**, discorremos sobre a educação infantil e a migração conforme a revisão de literatura. No **quinto capítulo**, focalizamos os dados evidenciados pela pesquisa e a entrada em campo. No **sexto capítulo**, apresentamos o produto educacional proposto nesta pesquisa. Por fim, no **sétimo capítulo**, discorremos sobre as considerações finais da investigação.

CAPÍTULO 2 — PERCURSO METODOLÓGICO

É importante destacar que a metodologia é fator determinante para o desenvolvimento de toda pesquisa científica. Assim, considerando a natureza desta pesquisa, o referencial teórico-metodológico é constituído principalmente pelas orientações do livro **Introdução à pesquisa qualitativa** de Uwe Flick (2009), por proporcionar a fundamentação basilar para se atingir os objetivos propostos. Consideramos que este estudo convictamente qualitativo, pois “a pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista, e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados” (Flick, 2009, p. 24-25). Ao levarmos em consideração tais apontamentos, o percurso metodológico foi organizado sobre cinco pontos: 1) A pesquisa qualitativa; 2) O caminho trilhado; 3) Campo da Pesquisa; 4) Sujeitos; e 5) Instrumentos.

2.1 A pesquisa qualitativa

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida em três etapas, a saber:

A **primeira**, de natureza exploratória, teve inicialmente a previsão da aplicação de questionários para identificar as escolas que atendessem maior número de crianças venezuelanas na faixa etária de 0 a 3 anos. Entretanto, esta fase foi alterada, em função de obtermos os dados institucionalmente na Smed/BH;

A **segunda etapa** contemplou a análise documental e as entrevistas semiestruturadas com gestores da escola identificados na primeira etapa;

A **terceira** focalizou a análise dos dados e a sistematização da dissertação. Ao longo do processo foi elaborado o recurso educativo que compreende a confecção de uma cartilha direcionada às famílias migrantes, focalizando informações sobre acesso e dicas sobre a permanência com qualidade na escola. Quanto à divulgação da cartilha, pretendemos divulgá-la nas mídias da Smed/BH, processo que ocorrerá após a defesa da dissertação.

A respeito da constituição da parte exploratória, é relevante registrar que buscamos uma interface com a assistência social da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), para compreender melhor como as famílias imigrantes têm acesso à informação sobre como matricular seus filhos na EI. Foi necessário compreender se dentro da Smed/BH existe um setor específico responsável pela visibilidade da questão migratória. Além disso, buscamos verificar se há algum órgão responsável pela assistência social e/ou educacional que concentre os dados de matrícula de crianças imigrantes em BH. Identificamos que, no ano de 2024, havia

nove crianças venezuelanas na faixa etária de 0 até 3 anos de idade, sendo que as informações referentes às crianças venezuelanas matriculadas na RME-BH serão mais detalhadas no capítulo seis deste estudo.

2.2 Campo da pesquisa

A cidade Belo Horizonte/MG está organizada em nove regionais e, para o campo de pesquisa, elencamos três escolas (escolas próprias ou creches conveniadas) que têm maior número de crianças venezuelanas matriculadas. Dentre as três, foi selecionada uma escola. Os critérios foram: atendimento a faixa etária de 0 a 3 anos e o maior quantitativo de crianças venezuelanas regularmente matriculadas. Identificada a escola, passamos para a segunda etapa, que abrangeu a pesquisa de campo, com aplicação de entrevista semiestruturada e análise documental.

Figura 1 – Entrada da EMEI Del Esperanza



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

A escola selecionada para a pesquisa foi a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Del Esperanza⁶, é possível ver a entrada da escola na Figura 1.

A EMEI supracitada, a princípio, era vinculada à outras instituições escolares. Em 2018, com o processo emancipatório, foi eleita uma direção (2018 a 2021). Posteriormente houve a

⁶ Nome fictício para assegurar o sigilo e anonimato, conforme orientação do CEP/UFMG sobre pesquisas com seres humanos. Os nomes elencados fazem alusão à palavras do idioma espanhol.

segunda direção (2022 a 2024), que estava em andamento em 2024. A escola fica localizada na divisa de dois bairros na regional Pampulha.

A respeito da localização geográfica dessa escola, na visitação em campo, podemos constatar que se trata de uma região periférica urbanizada, com conjunto de casas construídas desordenadamente. A infraestrutura da escola está preparada para atender 115 crianças em horário integral que começa na parte da manhã e termina a tarde, trata-se de uma escola de pequeno porte que possui 6 salas para atendimento em período integral no horário de 7 horas às 17 horas e 20 minutos, o corpo docente possui 25 professoras em efetivo exercício nessa unidade.

Neste interim, a chegada em campo foi permeada por percalços, Flick (2009, p. 25) alertar que as pesquisas qualitativas podem apresentar limitações; “às vezes razões práticas tornarão esses encontros difíceis”. Assim, realizamos diversas solicitações, via *e-mail*, para apresentar a carta de apresentação da pesquisadora (Anexo D) e conversamos sobre a pesquisa. A gestão, ao aceitar, sentiu a necessidade de comunicar à Diretoria Regional de Educação (DIRE) da sua respectiva regional, mesmo de posse de autorização do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE), órgão que emitiu tal declaração, entregue pela pesquisadora à escola (Anexo D).

De acordo com os objetivos desta pesquisa, os sujeitos são os que pertencem à equipe gestora da escola, sobre os percalços encontrados no processo, é importante destacar que o acúmulo e excesso de trabalho vivido pelas gestoras participantes do estudo são elementos que impactam os processos de pesquisa, em função do pouco tempo disponível para o diálogo.

2.3 Sujeitos

São sujeitos da investigação as gestoras da escola selecionada, que receberam os nomes fictícios Bolívar, Valência e Mérida, a fim de assegurar o sigilo e o anonimato das participantes, conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP/UFMG). A opção pela escolha de ter como sujeitos da pesquisa as gestoras — coordenação pedagógica, diretora e vice-diretora — se deve ao fato de considerarmos que uma boa gestão pode propiciar um ambiente harmonioso de produção do conhecimento e apoio aos docentes, considerando que a escola bem gerida apresenta resultados profícuos. Cabe ressaltar a relevância do papel articulador, da importância da equipe de gestão, como agente central na consolidação de políticas públicas educacionais.

O intuito foi realizarmos a entrevista com três sujeitos responsáveis pela gestão escolar

e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas após a aprovação da pesquisa pelo CEP/UFMG) no segundo semestre de 2024. A primeira entrevistada foi a vice-diretora Bolívar, presencialmente, na própria EMEI. Referente ao perfil da entrevistada, foi informado, em entrevista, que é uma mulher de 41 anos, ela se autodeclara preta, teóloga e pedagoga, com Especialização na área da educação inclusiva e quilombola. Informou que possui dois filhos e que são hispanohablantes. No que diz respeito ao seu tempo de atuação profissional, a entrevistada destacou que trabalha há dez anos na RME-BH e que já tem quase vinte anos de profissão docente.

A segunda entrevista ocorreu com a diretora Mérida, que se descreveu como mulher branca, 41 anos, pedagoga, com Especializações em gestão, letramento e psicomotricidade. E, também com a coordenadora geral, Valência, que, por sua vez, descreveu-se como mulher branca, pedagoga, especialista em letramento pelo Programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PREPES/PUC Minas), 64 anos, e afirmou que desses, 45 anos foram dedicados à educação. Já se encontra aposentada em seu “primeiro BM” (registro designado para as pessoas concursadas na PBH), e se dedica unicamente à EI na atualidade. Abaixo, no Quadro 1, relacionamos os perfis das pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

Quadro 1 – Perfil das pessoas entrevistadas

EMEI Del Esperanza			
Cargo	Vice-diretora	Diretora	Coordenadora
Nome fictício	Bolívar	Mérida	Valência
Identificação	mulher de 41 anos, dois filhos mulher preta	Mulher de 41 anos mulher branca	64 anos, mulher branca
Formação	teóloga e pedagoga, com especialização na área da educação inclusiva e quilombola	pedagoga, especialista em letramento pelo PREPES/PUC (Programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)	pedagoga, com especializações em gestão, letramento e psicomotricidade
Tempo de atuação	10 anos na rede municipal de Belo Horizonte e que já tem quase 20 anos de profissão docente	17 anos e na prefeitura desde 2012.	45 anos
Relação com o idioma espanhol	hispanohablante.	Não fala.	Não fala
Data da entrevista	03 de outubro de 2024	31 de outubro de 2024.	31 de outubro de 2024
Ano de início	2015	2011	2004

Fonte: Elaboração própria (2024).

Embora a relação de gênero não seja o foco desta pesquisa, um fato evidenciado e latente, já trabalhado em outras pesquisas é que, na EI, a maioria dos profissionais é composta por mulheres, assim como na instituição pesquisada.

Referente aos dados obtidos, no Quadro 1, notamos que o perfil das gestoras escolares nessa instituição é de profissionais experientes com no mínimo dez anos de atuação na RME-PBH. Outro dado relevante é que, mesmo Bolívar tendo menor tempo de experiência, é hispanohablante e trouxe contribuições significativas para a problemática apresentada oriunda das situações de vida cotidiana com famílias imigrantes.

2.4 Instrumentos

Definimos como instrumentos a análise documental e as entrevistas semiestruturadas com roteiro de entrevista pré-definido (Apêndice B). Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2), “o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado”. Nas palavras desses autores: “a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva, *et al.*, 2009, p. 2), permitindo “acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (Cellard, 2010, p. 295).

No que se refere à análise documental, buscamos os conhecimentos de Flick (2009) para explicarmos o que é considerado documento na pesquisa qualitativa. A primeira indicação desse autor é de que o conceito de documentos, referente à sua natureza, não deve ser considerado como artefatos estáveis, estáticos e pré-definidos. Parte-se do princípio de que se deve considerá-los em termos de campos, de estruturas e de redes de ação. “De fato, o *status* das coisas enquanto ‘documentos’ depende precisamente das formas como esses objetos estão integrados nos campos de ação, e os documentos só podem ser definidos em relação a esses campos” (Flick, 2009, p. 231). Por sua vez, Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998, p. 169) esclarecem que, “considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”.

No presente estudo foram considerados como documentos: certidões de nascimento, documentos preenchidos pelos adultos responsáveis que propiciem informações sobre a condição de imigração da(s) criança(s), ficha de matrícula/ficha de anamnese/Ficha Individual Educação Infantil (Apêndice G). Considerando também possibilidade de acesso à avaliação escolar das crianças, relatórios da gestão escolar sobre as crianças e famílias e agendas das

crianças. Esperava-se ter acesso a documentos institucionais, como projeto político-pedagógico das escolas, regimentos internos e projetos de intervenção pedagógica.

Dentre os documentos citados foi possível apenas acessar a anamnese das três crianças imigrantes venezuelanas, de acordo com Flick (2014, p. 125), “Muitos documentos oficiais e privados destinam-se a círculo limitado de destinatário que são autorizados a acessá-los ou aos quais são destinados”.

A pretensão inicial era de buscar informações nos documentos da Smed/BH. As questões apresentadas sugerem investigação de documentos oficiais da Smed e da Secretaria da Assistência Social Segurança Alimentar e Cidadania. Os documentos identificados foram: Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 (Belo Horizonte, 2022); Portaria Municipal nº 157/2021 (Anexo F). As questões apresentadas indicam uma necessidade de investigação dos documentos oficiais da SME e da Assistência. Deste modo, as informações obtidas da investigação desses documentos estão descritas no final do capítulo quatro.

No tocante às entrevistas semiestruturadas, como instrumento de coleta dos dados, Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998, p. 168) norteiam que as entrevistas têm natureza interativa e que, por isso, permitem “[...] tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por meio de questionários, explorando-os em profundidade”. Para Flick (2009),

Esse método foi aqui escolhido por representar uma forma especial de desenvolver o método de entrevista um tanto além e pode ser interessante para o planejamento de outras formas de entrevistas. O termo “teoria subjetiva” refere-se ao fato de os entrevistados possuírem uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo. (Flick, 2009, p. 149).

Ainda sobre as entrevistas semiestruturadas, Flick (2009, p. 149) informa-nos que “A fim de articulá-las [perguntas], é necessário que o entrevistado seja amparado por apoios metodológicos, razão pela qual aqui são aplicados diversos tipos de questões”. Com relação ao formato semiestruturado, não foi uma estrutura engessada e propiciou maior fluidez da constituição dos dados a serem analisados, no momento da coleta.

2.5 O caminho trilhado

A partir do andamento da pesquisa, submetemos a investigação ao comitê de ética tendo em mãos o parecer que segue em Anexo A. Posteriormente, houve um conjunto de diligência no CEP/UFMG, que causou uma morosidade na emissão do parecer final da pesquisa, o que pode ser verificado no Anexo B desta dissertação. Tal situação acarretou uma demora da minha

entrada em campo para coleta dos dados.

No tocante às alterações realizadas no campo metodológico, retomo aqui o cronograma que tínhamos a seguir na parte exploratória da pesquisa, que previa a aplicação de um questionário às gerências regionais de ensino. O objetivo era identificar as escolas com maior número de crianças venezuelanas e mapear as faixas etárias atendidas. Entretanto, devido ao fato de ter acesso à planilha de Excel (Anexo C) conter as informações que seriam coletadas no questionário, optamos pela não realização dessa fase. Partimos da planilha e, após verificação dos dados, tabulamos os dados que serão apresentados no tópico 6.2 desta dissertação. Assim, foi possível chegar à escola selecionada, pois o critério era identificar a regional que tivesse o maior número de crianças venezuelanas e identificar as três escolas que tivessem maior número de crianças venezuelanas de 0 a 3 anos. Posteriormente, de posse desses dados, identificamos a escola que foi a selecionada e que será melhor apresentada no capítulo seis desta pesquisa.

Em relação aos documentos exigidos pelo CEP/UFMG, informamos que, para a aprovação da pesquisa, todos foram providenciados e seguem no Anexo B.

Os sujeitos desta pesquisa, conforme anteriormente mencionado, foram as gestoras⁷, entende-se diretora, vice diretora e coordenadora pedagógica. Na percepção de Freire (1985), a pesquisa com sujeitos permite que:

Um dos inúmeros aspectos positivos de um trabalho como este é, sem dúvida, fundamentalmente, o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não objeto da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele. Nesta segunda hipótese, os especialistas falam sobre ele; quando muito, falam a ele, mas não com ele, pois só o escutam enquanto ele responde às perguntas que lhe fazem. (Freire, 1985, p. 40).

Cabe ainda destacar que os procedimentos previstos nem sempre se concretizam de acordo com nossas previsões, houve além da morosidade do CEP/UFMG também uma morosidade na adesão da escola. Isso causou atrasos na entrevista e houve dificuldade para ter acesso aos documentos das crianças, tais como anamnese, que é a ficha de matrícula/Ficha Individual Educação Infantil (Apêndice G). A escola marcou inúmeras vezes o acesso, por isso, só foi possível finalizar a coleta de dados em outubro de 2024. Após o exame de qualificação, retornamos a campo para realizar a coleta de dados referentes às sugestões da banca e o processo se encerrou em fevereiro de 2025.

No que se refere ao campo da pesquisa, a escola selecionada foi a EMEI Del Esperanza,

⁷ A partir do Censo 2022, as mulheres são maioria na EI brasileira. E a gestão é majoritariamente feminina por essa razão, o gênero que será usado é o feminino.

na Regional Pampulha. Traremos um pouco mais sobre o histórico da escola no capítulo referente as evidências oriundas da pesquisa.

O Produto Educacional, que é uma cartilha para famílias, será apresentado no Capítulo 7 e segue detalhada no Apêndice C. Destacamos que o produto educacional confeccionado foi apresentado às gestoras e contou com a análise e as contribuições sobre a qualidade e a aplicabilidade do produto, constante no oitavo capítulo desta dissertação.

Após descrever o percurso metodológico neste capítulo, destacamos que, no próximo capítulo, exploraremos as políticas que estão alinhadas à proposta da dissertação e explicitaremos tensões e cenários relevantes para aprofundar a compreensão do tema.

CAPÍTULO 3 — POLÍTICA MIGRATÓRIA: CENÁRIO E TENSÕES

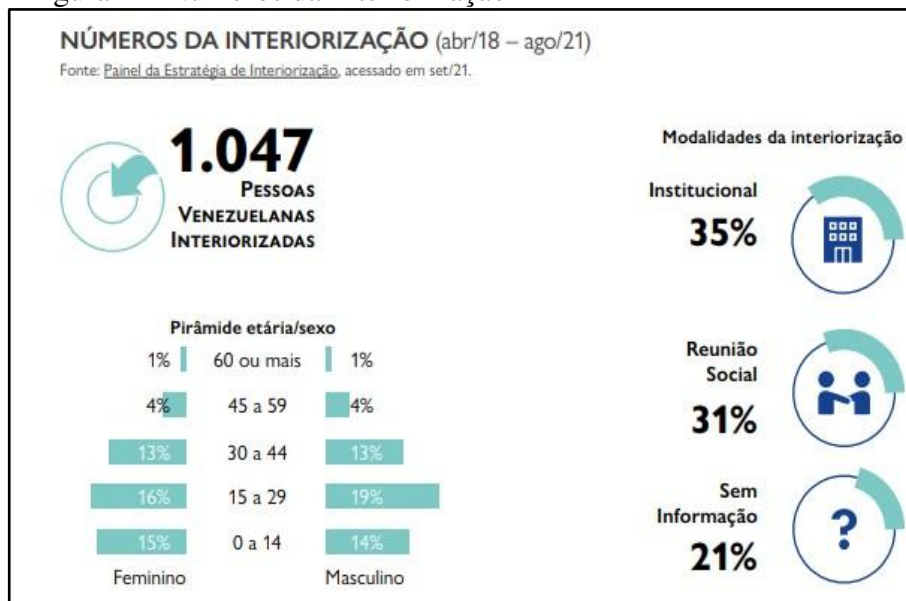
Antes de falar sobre a imigração no Brasil, abordaremos brevemente o contexto da América do Sul, para, depois, apresentar os dados inerentes a cada estado brasileiro, para, em seguida, discorrer sobre Minas Gerais, estado onde a escola está localizada.

Cabe destacar que, desde a década de 1990, o Brasil vem aprimorando os dados sobre imigração, dentre as agências de tabulação e análise dos dados, destaca-se o “MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil”, que é uma plataforma resultante da parceria entre Organização Internacional para a Migração (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e apoio financeiro do Fundo da OIM para o Desenvolvimento (OIM Brasil, 2023).

A plataforma MigraCidades inclui um website, treinamentos e um processo de certificação que partem da experiência global da OIM com os MGI (*Migration Governance Indicators*, na sigla em inglês), e do conhecimento único que a UFRGS e a ENAP têm da realidade local brasileira para disseminar informação e aconselhar os governos. Para isso, os MGI foram adaptados ao contexto brasileiro em indicadores de governança migratória e reunidos na forma de 10 dimensões, que orientam o trabalho realizado na Plataforma (OIM Brasil, 2023).

O “Migracidades” apresentou o seguinte relatório com os números de interiorização referente abril de 2018 a agosto de 2021, conforme exposto na Figura 2.

Figura 2 – Números da Interiorização



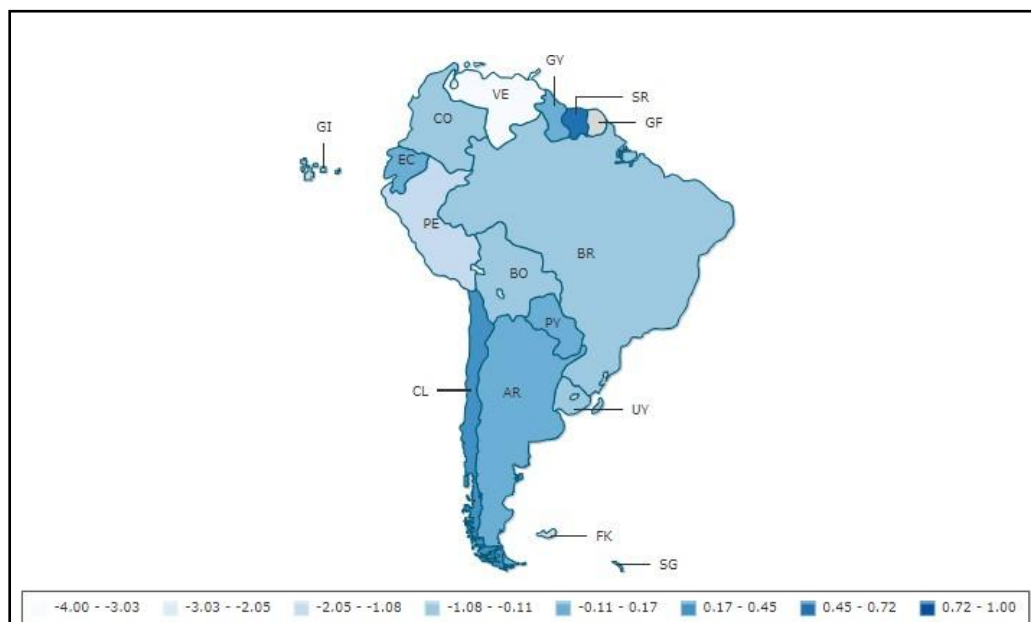
Fonte: Belo Horizonte, Migracidades Relatório de Diagnóstico/2021

O referido relatório apresenta um infográfico com recorte temporal de três anos e o dado que mais se destaca é o percentual, apresentado pela faixa etária e pelo sexo, em que é possível constatar que os imigrantes de 15 a 29 anos são o grupo maior, indicando a margem de Mulheres e Homens de 16% a 19%. Na idade mais produtiva apta ao trabalho, que é dos 30 aos 44 anos, as margens estão iguais para ambos os sexos, sendo de 13%. Acima dessa idade, temos os adultos, tanto homens quanto mulheres, com idade de 45 a 59 com percentual igual a 4%, adulto idoso o percentual não ultrapassa 1%. Para nosso estudo, a atenção se volta para a infância, apresentada com o recorte etário de 0 a 14 anos, o percentual entre meninas e meninos está entre 15% e 14% e são esses que as escolas precisam acolher e garantir acesso e permanência (MigraCidades, 2021).

Ressaltamos que o painel, apresentado na Figura 2, não dissocia as fases da infância apresentando dados de um recorte etário que vai até os 14 anos, sendo que esta idade já não é considerada infância e sim, adolescência. Interessamos pontuar que o recorte etário de 0 a 3 anos é o que mobilizou o presente estudo. O desafio de encontrar dados desagregados específicos da EI permaneceu ao longo da investigação e foi possível identificar que embora haja *insight* importantes, a análise de dados desagregados, é fundamental para compreender as disparidades existentes e para promover a equidade no acesso e na permanência das crianças de 0 a 3 anos na EI.

No que diz respeito às taxas de migração da América Latina, podemos verificar sua expressão a partir da Figura 3.

Figura 3 – Mapa Taxa de migração na América do Sul

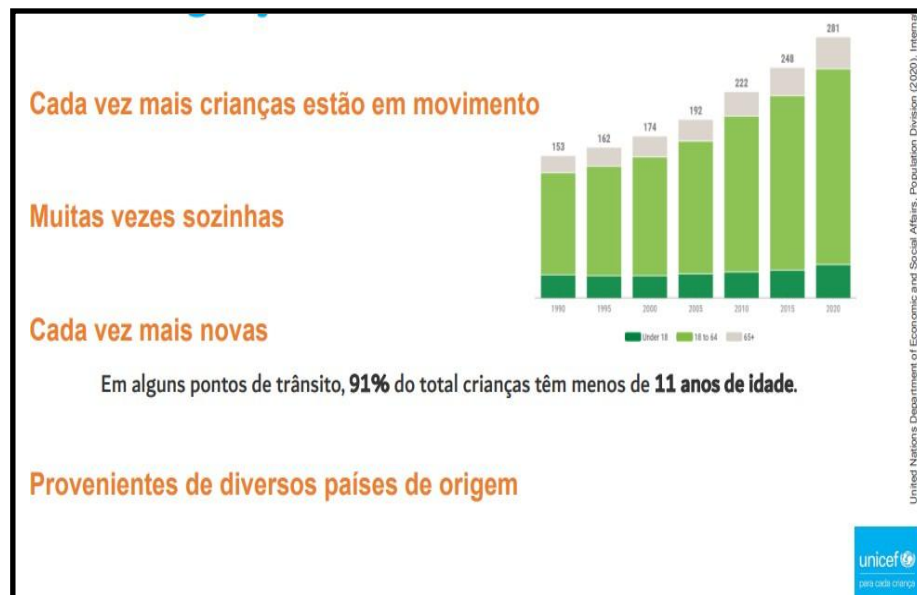


Fonte: IndexMund, 2020.

Pobreza, fome e turbulência política levam a aumento de migrações na América Latina, cerca de 2,6% da população na América do Sul é de imigrantes; segundo a Organização Internacional para a imigração espaço, esse número está num crescente de 1% desde 2015.

No exercício de buscar dados desagregados, localizamos um material da Unicef (2022), que sistematiza o tema da migração e infância no mundo, que segue na figura 4.

Figura 4 – Infográfico Migração e Infância no Mundo



Os dados de migração de crianças no mundo nos revelam o quanto as infâncias necessitam de uma rede de proteção. Observamos que as crianças estão cada vez mais em movimento, fruto de um cenário mundial de vulnerabilidade.

Sobre o objeto de investigação aqui proposto, compreendemos que, em uma análise macro, os desafios permanecem e a língua aparece como fator determinante de cultura. Professores sem o conhecimento mínimo para atender de forma qualitativa a essas crianças. Como atender seus familiares de forma efetiva, e como fomentar ações para que fiquem na escola, que se apropriem de uma nova cultura e sem, no entanto, perder a sua própria?

Figura 5 – Infográfico Migração no Brasil



Fonte: UNICEF Redimir, 2022.

Conforme dados de 2019-2022 (UNICEF Redimir, 2022), no Brasil, os venezuelanos ganharam destaque (67%). Os sujeitos acolhidos demandam programas de permanência os quais dependem das condições sociais, políticas e econômicas de seu país de origem e do país que acolhe (Figura 5). Em solo brasileiro, os venezuelanos estão na perspectiva de serem estabelecidos laços no empreendimento, trabalho e até vínculos sociais.

3.1 Contexto político da Venezuela

O território venezuelano foi colonizado pelo Império Espanhol em 1522, apesar da resistência dos povos nativos. Em 1811, tornou-se uma das primeiras colônias hispano-americana a declarar a independência, mas apenas foi consolidada em 1830, quando a Venezuela deixou de ser um departamento da Grã-Colômbia (Gil, 2023).

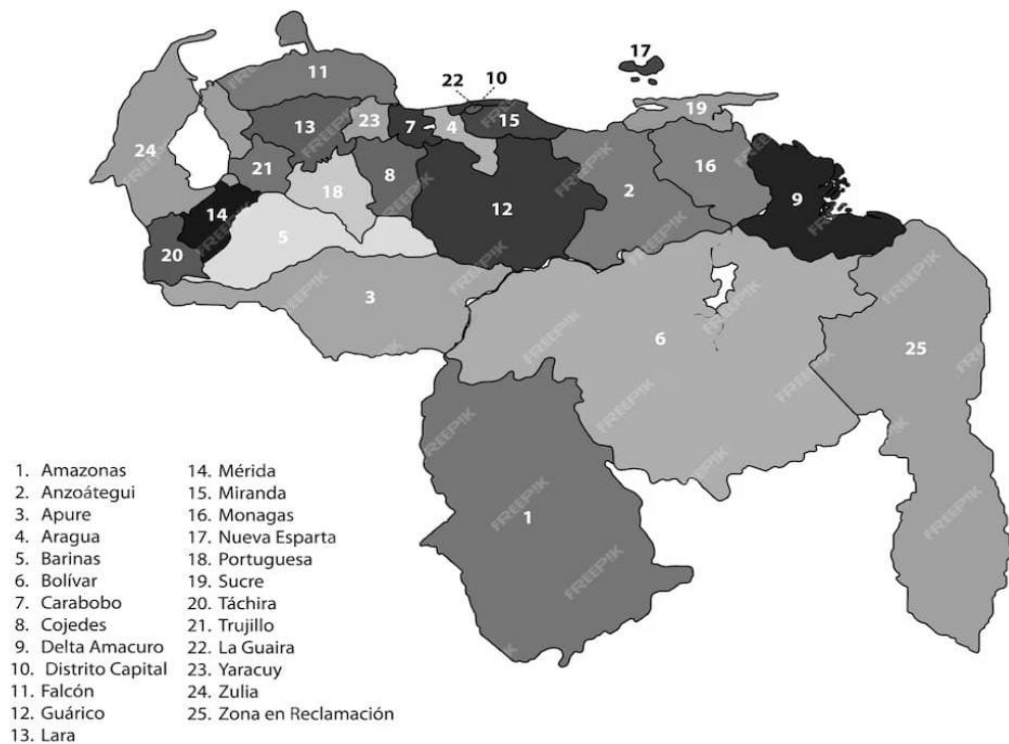
Os desafios que a Venezuela vem enfrentando atualmente não surgiram inesperadamente, são oriundos de uma situação que vem se agravando ao longo dos anos, tendo em sua dependência histórica do petróleo como fator determinante, o país vem enfrentando problemas em todas as áreas.

O *site* Dados Mundiais (2019, s.d.) traz a informação de que o recurso natural, o petróleo, ocupa 96% das exportações do país, tornando-o vulnerável às variações do preço do barril. E ainda as várias sanções por parte dos Estados Unidos da América (EUA) têm

acentuado os graves problemas sociais do país, eles têm feito uma dura oposição ao então presidente Nicolás Maduro Moros, o que dificulta uma possível e rápida recuperação. Segundo o Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica (CELAG), o embargo econômico aplicado pelos EUA gerou, entre 2013 e 2017, um prejuízo de 350 bilhões de dólares. Porém, é bom ressaltar que os EUA promovem as sanções, mas continuam sendo o maior comprador do petróleo do país rival político (Dados Mundiais, 2019).

Além dos problemas econômicos, a Venezuela (Figura 6) passa por outros dois grandes problemas: problema político e problema social.

Figura 6 – Mapa da Venezuela



Fonte: br.freepik (2024).

Para compreendermos mais amplamente o fenômeno migratório que tem ocorrido na Venezuela, cabe nesse momento fazer uma descrição do território. O país possui uma área de 916.445 km², sendo a Capital: Caracas. Sua população é 31,9 milhões de habitantes (estimativa 2020), tendo como moeda o bolívar soberano (desde 20 de agosto de 2018). Embora conheçamos apenas como Venezuela, o nome oficial da nação é República Boliviana da Venezuela. Assim sendo, quem nasce nesse país possui nacionalidade venezuelana.

Diante da crise humanitária, alta da inflação e muitos outros desafios, a população não está tendo acesso a recursos básicos, como alimentos e remédios. Mediante uma crise política,

o país vivia até em 2023 com dois presidentes: Nicolás Maduro Moros e Juan Gerardo Guaidó Márquez, embora, em 2024, Guaidó tenha recebido asilo na Espanha, dado ao risco que sua vida corria em solo venezuelano e primeiro ficou exiliado nos EUA. Maduro não renunciou ao poder, o que significou um risco para Guaidó.

De acordo com Figueredo e Moraes, (2019), os catorze países que formam o GRUPO DE LIMA – somente Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru assinaram não concordar e aceitar Maduro, apoiando o governo interino de Guaidó, não subscrevem o documento Guiana, Santa Lúcia e México. Países como China e Rússia reconheceram a eleição de Maduro. A União Europeia pediu novas eleições, a Grécia é contra a intervenção em assuntos internos de outros países, a Itália prefere se manter neutra. E os países que poderiam de alguma maneira ajudar, que são o México e Uruguai, optaram pela neutralidade. Na América Latina, a Venezuela não possui nenhuma nação aliada (Figueredo, Moraes, 2019).

Já no cenário brasileiro, cabe destacar que as leis brasileiras vêm num crescente trabalho de reconhecimento, o imigrante bem como o refugiado podem conseguir obter seus documentos para trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis que qualquer outro cidadão regular deve ter. Porém, mesmo assim, muitos sofrem discriminação e preconceito. De acordo com o ACNUR, agência da ONU para refugiados, o governo brasileiro reconheceu 7.787 venezuelanos em situação de refúgio.

Recentemente, Venezuela ganhou destaque no noticiário mundial quando novas eleições aconteceram no dia 28 de julho de 2024, sob forte ameaças de que se Maduro não fosse reeleito. **O Jornal da Universidade de São Paulo (USP)** publicou que

O governo da Venezuela barrou a participação de observadores da União Europeia em eleições marcadas para 28 de julho. O Conselho Nacional Eleitoral cita que a decisão foi tomada a partir da soberania sob seu território e do interesse popular, mas manteve o convite para a presença de observadores da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e da Comunidade do Caribe (Caricom). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aqui no Brasil, decidiu não enviar observadores e o Ministério das Relações Exteriores já demonstrou preocupação com a transparência das eleições (Amaral Junior, 2024).

Levando em consideração a possibilidade do aumento do fluxo migratório devido às tensões geradas no contexto eleitoral, Maduro optou por ignorar as leis, declarando-se presidente reeleito com 51,22% dos votos válidos após o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) assim determinar, sem, contudo, apresentar as atas de contagem de votos, embora sobre forte contestação da oposição, que exigiu acesso às atas de votação. Líderes

internacionais não acataram esse resultado, e mesmo sobre intensa petição por transparência na apresentação dos resultados, pouco foi feito, já que a CNE, os opositores afirmam ser dominado pelo chavismo⁸. Sistema esse que colocou o atual presidente, reeleito ou não, no poder após a morte de Hugo Chávez; tornando a Venezuela um dos principais palcos de tensões da América Latina, cujas sanções impostas pelos EUA e Europa têm se constituído em um espaço de bloqueio, prejudicando o país e a sua gente.

3.2 Breve panorama legal sobre as políticas migratórias

Abordaremos neste tópico o cenário da legislação brasileira, buscando afunilar nossa análise para compreender o Estado de Minas Gerais posteriormente.

Ao longo de sua história, o Brasil instituiu quatro leis migratórias que refletem a realidade histórica e política de suas épocas. Durante o período militar, a Lei ° 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 8.8715, de 10 de dezembro de 1981, tinha por finalidade “resguardar” a invasão estrangeira. Percebemos que o imigrante, devido a essa lei, era visto como o inimigo, alguém que precisava ser combatido a todo o custo. Em 1988, foi promulgada a **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**, também chamada de Constituição cidadã, tornando sem valia a lei e decreto citados acima. Em 2017, foi aprovada a Lei nº 13.445, em 24 de maio de 2017, nascia o novo diploma legal de migrações internacionais do Brasil, e foi instrumentalizado pelo Decreto de nº 9.199 de 20 de novembro de 2017, posteriormente passou a vigorar em 21 de novembro desse ano. Mesmo o texto sofrendo 18 vetos, a lei se mostrou intocável na sua essência. Conforme Quadro 2 a seguir, a lei, em seus primeiros artigos, apresenta a definição de imigrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante e pessoa apátrida.

⁸ Chavismo é a ideologia de esquerda política baseadas nas ideias, programas e estilo de governo associados com o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez. (Coelho, Rosa, Mendes, 2021).

Quadro 2 – Destinatários do Estatuto do Estrangeiro e da Lei de migração

Estatuto do Estrangeiro	Estatuto do Estrangeiro
Estrangeiro (NÃO NACIONAIS)	Art. 1º, § 1º. Para os fins desta lei, consideram-se: II – imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; III – emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior; IV – residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho; V – visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional; VI – apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto no 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

Fonte: Claro (2020, p. 43).

No Quadro 3, apresentamos a evolução da legislação ao longo da história, destacando à princípio, a lei promulgada em 1997 e que discorria sobre os refugiados de 1951; a lei instaurada em 2016, que dispunha sobre a prevenção e a repressão do tráfico de pessoas. No ano seguinte, temos a relevante instituição da Lei de Migração e, por fim, destacamos, no quadro, as ações imputadas a todos e todas por decorrência da Pandemia COVID-19.

Quadro 3 – Leis e a que se dispõem

Lei	A que se dispõe
Lei nº 9.474, de 22 de julho 1997	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.
Lei nº 1.344, de 6 de outubro 2016	Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
Lei nº 1.3445, de maio de 2017	Institui a Lei de Migração
Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. (Alterada pelas Medidas Provisórias nos 926, de 20 de março de 2020, 927, de 22 de março de 2020 e 928, de 23 de março de 2020).

Fonte: Elaboração própria (2022).

Embora haja as legislações acima apresentadas nos quadros, o acesso à educação se configura de forma muito restrita, porque existe a probabilidade das barreiras linguísticas que muitas vezes impedem os sujeitos de estarem matriculados nos segmentos da educação correspondentes a sua faixa etária. Há, portanto, a necessidade de políticas educacionais específicas para estes sujeitos. De acordo Waldman (2012), “a Educação é um dos direitos fundamentais previsto para migrantes e refugiados, mas o exercício pleno desse direito é algo complexo, pois perpassa o reconhecimento, a existência da vaga, o acesso e as condições para permanência nas instituições educacionais (Waldman, 2012, p. 57).

Antes de falarmos sobre Belo Horizonte, foi necessário um capítulo que ressaltasse as políticas públicas para a Educação Infantil – EI, que são articuladas pela Smed/BH permitindo conhecer as crianças Venezuelanas que estão inseridas na EI. Os dados encontrados serão apresentados a seguir .

3.3 Políticas educacionais no município de Belo Horizonte

Para adentrar na discussão sobre as políticas educacionais adotadas em Belo Horizonte/MG, é necessário contextualizar brevemente a respeito da história da EI no município. Entre 1957 e 2003, as crianças na faixa etária de quatro a seis anos eram atendidas em sua maior parte em horário parcial nas escolas municipais de EI e em EMFes, nas quais

funcionavam algumas turmas de EI (Silva, 2017 *apud* Belo Horizonte, 2022). A PBH iniciou a implementação das Unidades Municipais de EI, UMEI, por meio da Lei nº 8.679, de 11 de novembro de 2023.

Por horário parcial, entende-se o atendimento das 7 horas às 11 horas 20 minutos e, por horário integral, o horário que inicia de manhã e termina no período vespertino. A oferta pública não atendia plenamente à necessidade que muitas famílias precisavam e existia a demanda de atendimento às crianças bem pequenas. Por isso,

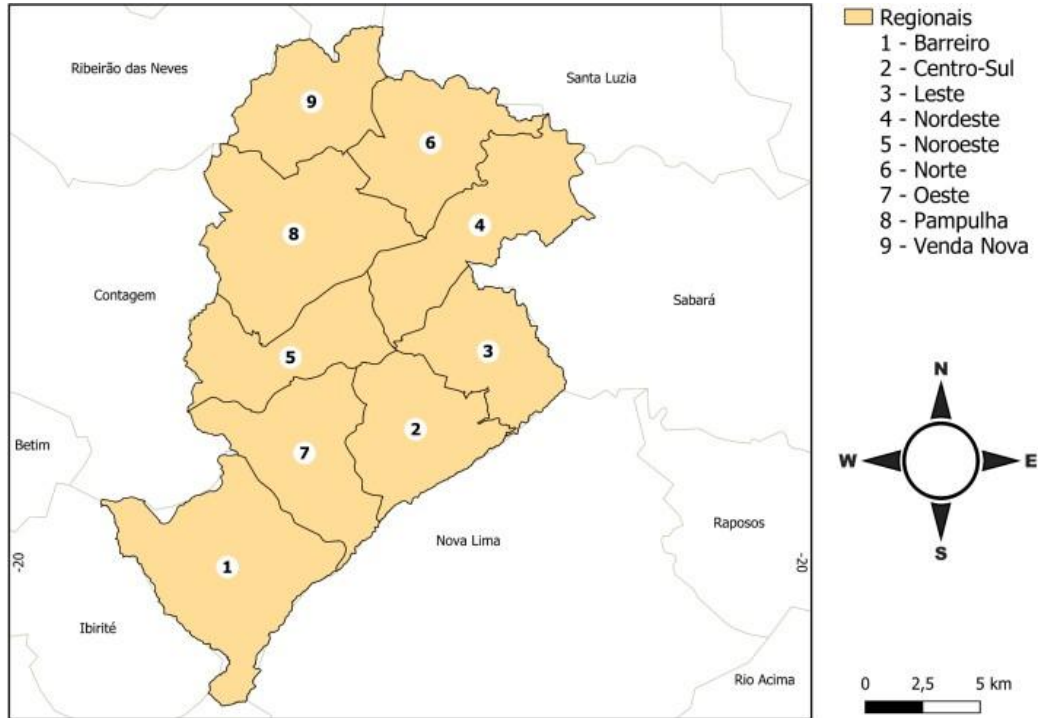
Além da oferta pública, outras iniciativas ocorreram no final dos anos de 1970, com a emergência das creches comunitárias na região industrial de Belo Horizonte (TERRA, 2008), motivadas por mães trabalhadoras e pela criação do Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC), que objetivava, em um primeiro momento, obter recursos financeiros para manutenção das creches (Silva, 2008 *apud* Belo Horizonte, 2022, p. 15).

Nesse contexto, foram fundadas creches comunitárias que atendiam em horário integral e que recebiam crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Diante dessa realidade, Veiga (2005 *apud* Belo Horizonte, 2022) aponta que, em 1983, foi estabelecido o primeiro convênio entre a PBH e essas creches, intermediada pela Secretaria de Saúde. Após essa data, a parceria com as creches foi consolidando a política de convênios com a rede parceira existente no município, sendo que, conforme Terra (2008), o gerenciamento dos convênios foi transferido, no ano de 2002, da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Smed/BH.

A partir de 2003, a EI em Belo Horizonte, atendendo à demanda das famílias, passou a ser ofertada por diferentes tipos de instituições: as públicas, com as UMEIs, as pré-escolas municipais (antigos jardins municipais), as escolas de EF com turmas de EI; e as privadas, conveniadas e não conveniadas. “Ao longo das duas décadas seguintes, o município ampliou o número de instituições de Educação Infantil, que passaram a ter autonomia quando se transformaram em escolas, com as EMEIs” (Belo Horizonte, 2022, p. 15), instauradas pela Lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018. Contemplando, assim, não apenas a uma demanda das famílias, mas ao estabelecido no art. 211: “§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”.

Em suma, as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) começaram a ser instauradas nas nove regionais de Belo Horizonte no ano de 2002, conforme Figura 7, atendendo a um anseio da população: o ensino infantil integral e gratuito. O EI integral, das crianças bem pequenas, que ocorria de modo integral, em escolas particulares, passou a ser ofertado no modo integral e gratuito.

Figura 7 – Mapa das nove regionais do município de Belo Horizonte.



Fonte: Município de Belo Horizonte (2022, p. 17).

A Lei nº 11.132/2018 estabeleceu a autonomia das UMEIs, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs; criou o cargo comissionado de Diretor de EMEI, as funções públicas comissionadas de Vice-Diretor de EMEI e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e de Assistente Administrativo Educacional e deu outras providências.

À primeira vista, a alteração da nomenclatura de Unidades de Educação Infantil para Escolas de Educação Infantil pode parecer algo meramente burocrático, mas diferentemente disso, tal lei implicou em grande mudança na estrutura organizacional e de gestão das escolas que antes eram geridas pelo(a) diretor(a) da escola sede que, muitas vezes, desconhecia as especificidades e necessidades da EI. No que se refere às instituições de educação públicas e conveniadas da cidade, temos a seguinte distribuição segundo regionais da cidade de Belo Horizonte, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Instituições de educação da rede própria e da rede parceira, Belo Horizonte(2021)⁹

Regionais	EMEI	EMEF	Rede parceira
Barreiro	20	29	26
Centro-Sul	11	15	25
Leste	9	14	30
Nordeste	24	27	20
Noroeste	16	16	28
Norte	20	20	19
Oeste	12	14	31
Pampulha	16	14	22
Venda Nova	17	29	15
Total	145	178	216

Fonte: Belo Horizonte (2022, p. 16).

Sendo a EI, a primeira etapa da educação básica, ela tem por objetivo desenvolver a aprendizagem da criança de forma lúdica, contribuindo para a formação cognitiva, social, cultural, favorecendo, por fim, a formação integral da criança. O atendimento às crianças na rede municipal contempla as necessidades básicas de cuidar e educar, específicas para a faixa etária delas e de acordo com o proposto pela **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília (Brasil, 2018).

As dinâmicas dos espaços foram pensadas para o atendimento de 0 a 5 anos e 11 meses. Dada a alta qualidade, pais de classe média alta também disputavam vagas nessas instituições de ensino. As unidades ofertam alimentação de qualidade, supervisionada por nutricionista, espaço seguro, limpo e também incentivam o respeito às diferenças, por haver crianças de variadas classes e etnias dentro de uma mesma sala de aula.

As crianças venezuelanas estão entre nós (Figura 8), conforme infográfico que mostram os dados ao quantitativo de matrícula de crianças e adolescentes venezuelanos no Brasil (Unicief Redmir, 2022) a seguir (Figura 8).

⁹ Não foi possível obter dados mais recentes, pois a página da PBH apresentou erro e inviabilizou a atualização da Tabela 1.

Figura 8 – Infográfico Matrícula de crianças e adolescentes venezuelanos no Brasil



Fonte: UNICEF Redimir, 2022.

Tais dados nos levam a questionar: Qual educação queremos oferecer às crianças migrantes? Quais debates estão em jogo nos processos de acolhimento, acesso e também permanência na Educação Infantil belo-horizontina? Os atuais debates sobre a Educação Infantil belo-horizontina acirram quando acrescentamos o elemento analítico da imigração? De que forma?

Em 2024, a PBH, por meio do trabalho Núcleo de Políticas Educacionais para Estudantes em Situação de Migração/SMED, ofertou uma formação nos meses de maio a dezembro de 2024 com o intuito de abranger a compreensão de conceitos iniciais referentes à temática das migrações, bem como a elaboração de materiais autênticos para estudantes em situação de migração.

A formação foi direcionada aos (às) professores (as) que lecionam para estudantes Warao¹⁰ e/ou em situação de migração nas escolas da RME-BH. O convite para a formação foi realizado diretamente a tais profissionais, via *e-mail* institucional. A inscrição pôde ser efetuada por esses (as) profissionais, após acordo com a equipe gestora, devido à necessidade de organização dos horários para participação, sem prejuízo do atendimento escolar.

Esse curso foi oferecido uma única vez, conforme Anexo 8, somente para professores que atuam com imigrantes venezuelanos. Demais docentes não puderam se inscrever. Embora

¹⁰ Grupo indígena venezuelano. O grupo se autodenomina Warao que significa “gente da canoa” (wa: embarcação; arao: gente, habitante). Independente da procedência, os Warao são considerados “hatarao”, ou seja, gente da terra alta (hota: terra alta; arao: gente, habitante). (Cirino, 2020, p. 125).

acredite-se que tenha sido uma boa iniciativa, demais docentes e/ou gestores interessados nesse treinamento não poderiam inscrever-se por não estarem atuando diretamente com esses sujeitos.

O Brasil, nos últimos cinco anos, registrou a entrada de mais 700 mil venezuelanos, mas para muitos, o país serviu apenas como rota em busca de outras nações, apenas 325.763 permaneceram em solo brasileiro, as rotas de saída mais utilizadas são Roraima, cidade do Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e Paraná.

Essas informações estão vinculadas junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ao observarmos os dados apresentados pelo documento UNICEF Redimir (2022), buscamos saber a respeito das matrículas concernentes às crianças bem pequenas, compreendidas no recorte etário de 0 a 3 anos, dentre outras possibilidades de exploração dos dados empíricos utilizados, tais como perfil socioeconômico das famílias e as possíveis barreiras de acesso ao sistema de educação municipal nessa faixa etária.

3.4 A imigração no município de Belo Horizonte

Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil, possui a quarta maior área territorial e é a segunda em quantidade de habitantes. Tem recebido um número cada vez maior de imigrantes de várias nacionalidades, os quais têm chegado ao estado com a expectativa de conquistar e, ou, resgatar seus direitos fundamentais e sua dignidade humana. Para Sayad (1998), a imigração é um movimento de pessoas no espaço, especialmente no espaço físico. Ela é ligada às questões geográficas e demográficas, isto é, à ocupação de território e à distribuição da população por esse espaço, portanto, o espaço de deslocamento não é apenas um território físico, é também um espaço qualificado em muitos sentidos, social, econômica, política e culturalmente (Sayad, 1998).

Nesse sentido, a educação, entendida como um dos direitos fundamentais, para refugiados e migrantes, segundo o MigraCidades (2023), está prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos; consta também na convenção sobre os Direitos das Crianças que assegura aprioridade para as pessoas menores de 18 anos de idade. É importante frisar que, sendo um direito humano fundamental e universal, deve alcançar a todos, sem discriminação por nacionalidade, situação social, ou qualquer outro *status* (MigraCidades, 2023).

Para que esses sujeitos possam ter condições dignas de estar no Brasil, medidas devem ser tomadas a fim de que sejam garantidos os direitos básicos, como, por exemplo, o acesso e a permanência à/na educação. No tocante ao papel que os municípios desempenham, destacamos a sua fundamental importância, visto que a obrigatoriedade da oferta da matrícula na EI é

municipal. Além disso, também cabe aos municípios, em ação compartilhada com os estados, e governo federal fomentar ações que possibilitem a criação e a manutenção de políticas públicas que vão ao encontro dos anseios e das reais necessidades desses sujeitos.

Portanto, tem-se a nível estadual e municipal uma ausência quase absoluta de uma agenda voltada para o acolhimento de imigrantes, e uma presença mais significativa das entidades da sociedade civil no processo de acolhimento dos venezuelanos, induzida, em parte, pelo ACNUR (Miranda; Bronzo, 2021, p. 428).

Os municípios, como aparato regulador, têm, na forma da lei, os equipamentos necessários para fiscalizar, incentivar e planejar políticas que versam sobre os direitos dados às crianças e as suas famílias.

Sobre os desafios da imigração para a consolidação de políticas públicas, destacamos que se trata de um tema com abrangência mundial. Mas, no caso especificamente das políticas públicas brasileiras para a EI, apesar de um esforço já existente, trata-se de um tema em aberto, que necessita de investimentos em novos estudos para melhor compreensão do fenômeno complexo que se apresenta.

Belo Horizonte é a capital do Estado de Minas Gerais e de “acordo com último Censo do IBGE realizado em 2022, a população da cidade foi de 2.315.560 habitantes” (IBGE, 2022), sendo o 6ª maior município do país de acordo com dados do IBGE, divulgado, em 28 de agosto de 2020. A cidade em questão tem sido palco para recebimento de vários sujeitos advindos de nações adversas conforme informa o Serviço Jesuítas a Migrantes e Refugiados no Brasil (2022). O documento elaborado indica que as principais populações que estão em Belo Horizonte são do (a): Haiti, Venezuela, Colômbia, Bolívia e Cuba, mas não menciona o número de crianças existentes.

A respeito dos documentos oficiais regulatórios destinados à população migrante, houve dificuldade para encontrar determinados documentos que fizessem menção ao público-alvo desta pesquisa. Ao buscar publicações legislativas da SME que fizessem menção aos migrantes, destacou-se, recentemente, a Resolução Câmara Municipal de Educação - BH nº 001/2024, que aprovou o Currículo Referência de Minas Gerais como referencial curricular do Sistema Municipal de Ensino. O Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH), conforme Lei Municipal nº 7.543, de 30 de junho de 1998 e pelo inciso IX do art. 50 do Decreto Municipal nº 9.973, de 21 de julho de 1999; publicou os seguintes artigos:

Art. 1º - Fica aprovada a instituição, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, do Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG como referencial curricular para a

Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Art. 2º - As competências e as habilidades referentes às Normas sobre Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC, que constam do Anexo ao Parecer CNE/CEB nº 02/2022 - BNCC - Computação, deverão ser consideradas no desenvolvimento e na formulação dos currículos das instituições escolares que integram o Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º - O uso de qualquer tipo de telas (TV's, computadores, smartphones, tablets) por crianças e adolescentes em práticas curriculares e/ou extracurriculares devem seguir as regras da Organização Mundial da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria em relação ao tempo de uso, considerando as especificidades das faixas etárias que compõem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

§ 2º - Garantir aos educandos e educadores, no âmbito da proposta pedagógica, metodologias de formação baseadas na construção crítica e autônoma, capazes de desenvolver habilidades e capacidades ligadas ao letramento digital de forma autônoma e consciente, visando reduzir as desigualdades sociais.

Art. 3º - Ficam mantidos os volumes 1 e 2 das Proposições Curriculares da Rede Municipal de Ensino para a Educação Infantil e o Caderno Avaliação na Educação Infantil como referências para a fundamentação e a orientação das práticas pedagógicas.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Belo Horizonte, 2024).

O Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018) é um documento de 918 páginas, entretanto ao realizar uma busca, considerando como descritor o termo *migrante*, foi encontrado apenas um resultado, que pode ser verificado na Figura 9.

Figura 9 – Incidência do termo migrante no Currículo Referência de Minas Gerais

3º Ano		
Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	O "Eu", o "Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive	(EF03HI01X) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios, contradições presentes na vida rural e na vida urbana, desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc.
		(EF03HI02X) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.
		(EF03HI03X) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas (afro-brasileiras e quilombolas), indígenas, migrantes e refugiados.

Fonte: Minas Gerais. (2018, p. 848). Grifo nosso.

Outro documento disponível é o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), publicado no *site* da PBH para o quadriênio 2022-2025. É um instrumento de gestão obrigatório, conforme prescrito no art. 30 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que regulamenta a Assistência Social no país, junto com a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social, o chamado CPF da área.

O PMAS, quadriênio 2022-2025 foi aprovado no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH por meio da Resolução CMAS nº 10/2022. O Plano foi elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria SMASAC n. 135, de 27 de setembro de 2021. Foram realizadas várias reuniões com a finalidade de formulação dos capítulos que os organizam, além de revisão, análise e proposição das metas. As discussões junto ao CMAS-BH foram efetivadas com a realização de rodas de conversa com as conselheiras e conselheiros e a sua aprovação se deu em 13 de abril de 2022, na 263ª Plenária Ordinária do CMAS-BH (Belo Horizonte, 2022).

No PMAS é possível encontrar informações relevantes sobre os atendimentos de famílias imigrantes no município, com enfoque para o grande fluxo de famílias venezuelanas pelo território municipal. Nesse documento, existe uma seção intitulada Serviço de Atenção ao Migrante, apenas para descrever a composição de trabalhadores que o compõem.

Assim sendo, é preciso pensar a escola como território livre e que desafie as políticas públicas de qualidade que atendam aos educandos já incorporados à população belo-horizontina, lugar de repatriamento, ao mesmo tempo uma escola que oportunize a quebra de fronteiras que tanto isolam as nações. No bojo desses debates, notamos que ainda é desafiador apresentar dados sobre a população infantil imigrante que Belo Horizonte recebe.

Para apresentar os dados do município sobre a temática proposta, foi necessário entrar em contato com o CAPE, que disponibilizou mais informações, embora tenham sido morosos os direcionamentos feitos, até chegar efetivamente nos dados solicitados. Consideramos como lacuna a falta de dados acessíveis no *site* da PBH, dados sobre o atendimento de crianças imigrantes na EI. Até o momento, não identificamos nos *sites* oficiais do município de Belo Horizonte informações públicas sobre crianças imigrantes na EI.

Após solicitação formal, via *e-mail*, para a Gerência de Informações Educacionais (GNED), foi possível receber a planilha referente à quantidade de estudantes por regional, que segue no Anexo C. A análise dos dados coletados será exposta aqui, no item Análise dos Dados explanando sobre a entrada em campo.

Recuperando o objetivo geral da presente pesquisa, propomos identificar e compreender as políticas públicas da Smed-BH no tocante ao acesso e a permanência de crianças de 0 a 3 anos, imigrantes venezuelanas na EI, a partir das percepções de gestores escolares. Dessa

forma, o item que se segue busca contemplar um segmento importante, que é a gestão escolar. Diversos são os questionamentos sobre a temática crianças imigrantes e EI, a problemática também é referente ao acolhimento, ao pensar se existe, na Smed/BH, professor(a) que tenha qualificação para realizar o acolhimento atuando como intérprete nas situações que se fazem necessárias e quais seriam essas situações? Além do corpo docente, é plausível pensar na gestão escolar e promover reflexões? Por exemplo: a diretora e/ou a coordenação pedagógica tem alguma formação para se aprimorar nesse quesito, nas demandas desse público de crianças e famílias imigrantes?

Além da RME-BH, a questão migratória está presente em diversas escolas no território nacional. Para ampliar o referencial teórico, o próximo capítulo contempla uma revisão sistemática da literatura em diversos repositórios científicos, buscando um panorama mais amplo do tema no cenário brasileiro.

CAPÍTULO 4 — EDUCAÇÃO, INFANTIL E MIGRAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA

No intuito de conhecer o que se tem sido produzido na comunidade científica sobre o tema a ser desenvolvido, foi realizada a revisão sistemática de literatura. Para Silva (2021, p. 28), “a retomada do crescimento dos fluxos migratórios em todo mundo se refletiu no aumento de produções científicas sobre o assunto” e, para validar a temática desta pesquisa, investigou-se as produções que discorreram sobre a imigração na EI. Foram selecionados como fonte de dados o repositório da UFMG; o *site* do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG); a Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (BTDT) e os trabalhos apresentados nas três últimas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Os descritores referências foram: *imigrantes, migração e educação infantil*.

Os repositórios da UEMG e da UFMG foram escolhidos por terem um número significativo de trabalhos que abordam a temática. A quantidade mínima de trabalhos elencados indica a necessidade de mais pesquisas que abordem a questão de imigrantes na EI. Sendo assim, indica-se a relevância da metapesquisa que apresenta revisão sistemática de literatura, como por exemplo, o artigo “Relação família-escola de crianças imigrantes na educação infantil: o que as pesquisas (não) tem a dizer?”, publicado na **Revista Teias**, de autoria de Santos, Alves e Machado (2022). O manuscrito reafirma a necessidade de pesquisas que abordem a imigração no contexto da EI.

Nesse processo de fundamentação teórica, notamos que já existem algumas produções que se dedicaram a tal tarefa, como, por exemplo, a pesquisadora Debora Cristina Alves da Silva e Daniel Santos Braga, no artigo “Educação e imigração contemporânea no Brasil: um silêncio bibliográfico (?)”, publicado na revista **Paidéia**, em 2019. Cabe esclarecer ao leitor que o trabalho da pesquisadora se destacou por sua clareza e sistematização do tratamento de dados na revisão de literatura, foi um dos primeiros textos a compor o referencial teórico desta pesquisa. Silva (2021) também se destacou por ser a primeira pesquisadora a discorrer sobre o tema imigração na educação básica no município de Contagem, defendendo sua dissertação na UEMG, no ano de 2021.

Referente à revisão de literatura que aborda imigração e EI, também podem ser apontados estudos mais recentes, como **Acolhida de crianças migrantes e refugiadas na educação infantil no Brasil: o que dizem as pesquisas? (1988- 2021)**, produzido por Gioconda Ghiggi, Universidade Federal do Paraná (UFPR), que apresentou o resumo expandido na XIV ANPED SUL (2022), no Eixo Temático 05 - Educação e Infância e que fala sobre o

tema e a interface com a educação, apresentando os resultados de sua revisão de literatura. Também é de sua autoria o artigo intitulado “Revisão de literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021)”, publicado na **Revista Educação em Questão**, também no ano de 2022.

Outro estudo que ganhou destaque na metapesquisa foi o de Braga (2019), intitulado O estado da arte da Educação para Imigrantes”, publicado em **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**. Nas palavras de Braga (2019, p. 2),

A pesquisa exploratória foi realizada em repositórios de teses e dissertações de universidade paulistas, sendo selecionadas seis dissertações, cujos conteúdos foram analisados. O resultado desse levantamento é capaz de desvelar aspectos como: a trajetória da conquista do direito à educação, as práticas xenofóbicas, as relações entre os estudantes imigrantes e os nacionais, a perspectiva dos professores. São trabalhos que capturam as pequenas permanências e rupturas promovidas pela presença de estudantes imigrantes nas escolas. (Braga, 2019, p. 2).

Considerando a produção científica que captura as pequenas permanências e rupturas promovidas pela presença de estudantes imigrantes nas escolas, as próximas seções apresentam os dados obtidos na revisão de literatura em quatro repositórios distintos.

4.1 Revisão no repositório da Universidade Federal de Minas Gerais

No levantamento de dados a respeito da temática proposta para esta pesquisa levando em consideração todos os descritores *educação infantil, venezuelanos, migração, migrantes*, não obtivemos nenhum resultado.

Realizamos três processos de seleção, descritos nas Tabelas 1, 2 e 3 respectivamente, variando os descritores e utilizando operadores booleanos (*and, or e not*) na tentativa de encontrar resultados dentro da proposta e não foi utilizado nenhum recorte temporal. Contudo, a testagem com determinados descritores, ao ler os títulos, não gerou o resultado dentro dos critérios de seleção estabelecidos e, conseqüentemente, foi realizada nova busca variando os descritores.

Tabela 2 – Resultado da busca usando o descritor *venezuelanos*

Tipo de Documento	
Tese de Doutorado	94
Dissertação de Mestrado	89
Tese	12
Dissertação	8
Artigo de Periódico	5
Monografias de Especialização	4
Monografia (especialização)	2
TOTAL	211

Fonte: Venezuelanos... (2023a).

A primeira busca resultou em mais de duas centenas de resultados de diversas produções científicas. Referente ao período temporal, foi possível constatar que, de 1990 a 1999, apenas 1 trabalho abordou o tema venezuelano; no período de 2000 a 2009, é possível encontrar 32 produções. O período temporal com maior quantitativo de pesquisas foi de 2010 a 2019, com 173 documentos publicados e, por fim, do ano de 2020 a 2024, apenas 8 trabalhos foram publicados. No entanto, a análise dos títulos e dos resumos não permitiu elencar nenhuma produção diretamente ligada ao tema desta pesquisa, pois as produções encontradas não versavam sobre a presença de venezuelanos na EI. Por conseguinte, tentamos uma nova busca, porém, utilizando dois termos e um operador booleano *and*.

Tabela 3 – Resultado da busca usando os descritores *venezuelanos, educação infantil* e o operador booleano *and*

Tipo de Documento	
Tese de Doutorado	44
Dissertação de Mestrado	36
Tese	5
Dissertação	1
Monografia (especialização)	1
TOTAL	87

Fonte: Venezuelanos... (2023b).

Na segunda busca, obtivemos um quantitativo menor de resultados e, ao serem analisados, constatamos novamente que, dentre os resultados elencados, nenhum discorria sobre a temática abordada, mesmo utilizando a busca avançada com os condicionantes apresentados, conforme Tabela 2. Referente ao período temporal, do ano de 2000 a 2009, foram apresentadas 10 produções científicas e do ano de 2010 a 2019, 77 trabalhos. A terceira tentativa contou com o uso de três termos e com dois operadores booleanos *and*, e *or*, disponibilizados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado da busca utilizando três termos e dois operadores booleanos
migração *or* imigrantes *and* educação infantil

Tipo de Documento	
Tese de Doutorado	262
Dissertação de Mestrado	178
Tese	30
Dissertação	14
Monografias de Especialização	4
Monografia (especialização)	3
TOTAL	491

Fonte: Venezuelanos... (2023c).

Embora tenham sido utilizados descritores para proporcionar uma busca avançada, a leitura dos títulos e resumos evidenciou que os resultados não se relacionavam com todos os descritores utilizados. Desse modo, não foram encontrados na literatura estudos que correlacionassem a EI, venezuelanos e imigração. Alguns estudos utilizaram metodologia semelhante ao que se pretende fazer neste trabalho, porém com pontos que fogem ao interesse da pesquisa. Destaca-se a pesquisa **A migração de venezuelanos para o Brasil: representações sociais e imaginários (socio) discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos**”, em 2022. Mas, o objeto de estudo de Glaucia Muniz Proença Lara não contempla a EI.

Outro trabalho que se aproximou do objeto de estudo foi a tese **Migrações venezuelanas e o papel do Amazonas na garantia do direito à saúde**, defendida por Ygor Felipe Távora da Silva, na Faculdade de Direito da UFMG, no ano de 2023. O estudo de Silva (2023) se aproxima desta pesquisa ao abordar o enorme fluxo migratório de venezuelanos, em busca de melhores condições de vida e da efetivação de seus direitos fundamentais e se distancia, por não abordar a EI e ter como proposta a análise da garantia do direito à saúde, referente ao estado do Amazonas.

4.2 Revisão no repositório da Universidade Estadual de Minas Gerais

No *site* do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, essa revisão de literatura realizada teve como recorte temporal as produções publicadas de 2011 até 2024. Pontuamos que o Programa de Pós-graduação do Mestrado em Educação e Formação Humana teve início em 2011 e, levando em consideração o processo investigativo da revisão bibliográfica, optamos por analisar os títulos de todas as dissertações defendidas até o ano corrente em que foi realizada esta pesquisa, 2024. Foram considerados três descritores: *Educação Infantil - imigração - imigrantes*; e **nenhuma** pesquisa se debruçou sobre o tema. No entanto, duas produções apresentaram a temática da imigração dentro do contexto da educação básica e da imigração de adultos presentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tabela 5 – Quantidade de dissertações defendidas na Universidade Estadual de Minas Gerais – 2011 a 2024

Ano	Dissertações defendidas
2011	10
2012	10
2013	10
2014	11
2015	12
2016	22
2017	17
2018	16
2019	20
2020	17
2021	15
2022	24
2023	23
2024	16
TOTAL	223

Fonte: Com base em dados da UEMG (2024).

Desde o início do Curso de Mestrado acadêmico da UEMG até os dias atuais, foram

defendidas mais de 200 dissertações e a análise de todos os títulos e resumos permitiu constatar que apenas duas pesquisas abordaram o tema de migração, conforme se pode constatar no quadro a seguir, em que são apontadas as dissertações defendidas recentemente. A escassez de produções a respeito da imigração de crianças venezuelanas na EI, a partir da visão das gestoras escolares vem evidenciar a importância desta pesquisa e reafirma o compromisso da pesquisa para as políticas públicas voltadas à população oriunda de outros países e que vem buscar melhores condições de vida no solo brasileiro.

Quadro 4 – Produções do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais sobre migração/imigrantes

ANO	TÍTULO	AUTOR(A)	ORIENTADOR(A)
2021	Migração na educação: o acolhimento dos (as) alunos (as) imigrantes na rede municipal de ensino de Contagem	Débora Cristina Alves Da Silva	Cirlene Cristina De Sousa
2022	Estratégias pedagógicas e intencionalidade política na educação de imigrantes adultos: narrativas de educadores	Ana Paula Santana de Souza	Karla Cunha Pádua

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UEMG (2021-2022).

A pesquisa desenvolvida por Silva (2021) se aproxima da temática deste estudo, principalmente por abordar o estudo sobre as crianças imigrantes na rede municipal de Contagem/MG. Por sua vez, a pesquisa desenvolvida por Souza (2022) aborda a questão da educação de imigrantes, mas voltada para o público adulto e a partir da narrativa dos educadores e, por isso, foge ao escopo desta pesquisa.

4.3 Revisão na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT)

Por conseguinte, ao refazer os passos de Silva e Braga (2019, p. 67), substituindo os descritores que eles utilizaram por EI, o resultado foi organizado no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Produções da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT) sobre a temática migração/imigrantes

ANO	AMOSTRA	AUTOR(A)	TÍTULO
2007	Bolivianos	MORAIS, Paulo Tadeu de	Fronteiras, idiomas e lousas: dilemas e perspectivas proporcionadas pela educação escolar a um grupo de imigrantes bolivianos instalado na grande São Paulo nas décadas 1990 e 2000
2008	Bolivianos	MESAC, Roberto Silva Junior	A travessia que mancha o corpo: imagens da imigração e a educação transitória
2012	Imigrantes	WALMAN, Tatiana Chang	O acesso à educação em São Paulo: a trajetória de um direito
2014	Árabe	FERNANDES, Valéria de Oliveira.	A (re) construção de identidades de imigrantes na região de fronteira: um estudo a partir da Escola Árabe de Foz do Iguaçu
2014	Bolivianos	GONÇALVES, Ana Lúcia Novais	Interculturalidade na educação brasileira: a inserção de bolivianos em escolas paulistas
2015	Bolivianos	ALVES, Magda	A voz de estudantes bolivianos em uma escola pública da cidade de São Paulo
2016	Bolivianos	MOLINARI, Simone Garbi Santana	Imigração e alfabetização: alunos bolivianos no município de Guarulhos
2016	Africanos negros	ROSA, Édina dos Santos	A inserção de alunos imigrantes africanos na rede estadual de ensino na cidade de São Paulo (2014 - 2016)
2016	Bolivianos	SILVA, Janaína	Relações interculturais no espaço escolar: estudo etnográfico de alunos bolivianos na rede pública de ensino paulistana

Fonte: Com base nos resultado de dados na BTDT (2024).

A análise do Quadro 6 nos permite notar a escassez de pesquisas/teses no campo da imigração e quase nada na EI, mesmo que seja uma importante etapa da educação. A criança, nas pesquisas apontadas no quadro, só passa a existir depois do ingresso no EF, pois raras são as pesquisas que evidenciam dados sobre as crianças pequenas e bem pequenas. Promover uma reflexão a respeito do espaço dessas crianças imigrantes, dentro das turmas de EI, torna-se uma temática relevante no avanço de políticas públicas que assegurem o direito desses sujeitos em situação de vulnerabilidade social. As pesquisas encontradas apontam a predominância de crianças vindas da Bolívia no estado de São Paulo. E, no contexto mineiro, coloca-se em pauta o ingresso das crianças venezuelanas que estão chegando na RME-BH.

Quadro 6 – Análise de conteúdo das teses e dissertações

Autor (a)	Ano	Relação com a Pesquisa
MORAIS	2007	Tese. Aborda os dilemas e as perspectivas dos imigrantes bolivianos , sobretudo indocumentados e as dificuldades de inclusão nas escolas brasileira
MESAC	2008	Tese. Pesquisa etnográfica realizada com imigrantes Bolivianos na cidade de São Paulo. Tem por objetivo reunir argumentos para defender a tese de que a educação é movimento, travessia e intercultural.
WALMAN	2012	Dissertação. Analisa o quadro normativo brasileiro referente ao acesso ao direito à educação escolar básica por parte de imigrantes que residem no Estado de São Paulo.
FERNANDES	2014	Dissertação. Compreende e analisa a Escola Árabe Brasileira enquanto um espaço de valorização e (re) construção de identidade da comunidade árabe em Foz do Iguaçu.
GONÇALVES	2014	Dissertação. Analisa a inserção de bolivianos nas escolas públicas paulistanas, bem como os olhares de gestores e professores para esse público, além de compreender as perspectivas desses imigrantes sobre a educação, o trabalho e as manifestações culturais.
ALVES	2015	Dissertação. Realiza análise do discurso de alunos bolivianos de escolas públicas da zona leste de São Paulo, busca compreender seus sentimentos e manifestações de multiculturalismo por estarem em um país estrangeiro. Busca-se ainda, observar o contexto que esses estudantes estavam inseridos, analisado o tratamento dispensado pelos colegas no contexto escolar.
MOLINARI	2016	Dissertação. Investiga a escolarização e a alfabetização de crianças imigrantes bolivianas matriculadas em escolas de Guarulhos, município situado na Grande São Paulo, com foco no trabalho pedagógico realizados com crianças cuja língua materna não é o português.
ROSA	2016	Dissertação. Descreve e avalia a estrutura da inserção dos alunos imigrantes no cotidiano escolar, identificando as relações que se estabelecem entre os alunos imigrantes africanos negros , os outros alunos, os professores, os gestores e os demais funcionários da escola, bem como as relações entre as culturas no ambiente escolar.
SILVA	2016	Dissertação. Compreende como se dão as relações interculturais no ambiente escolar a partir da presença de estudantes bolivianos no ciclo de alfabetização de uma escola pública paulistana, tendo como fundamentação a educação intercultural, além das questões da teoria social relacionadas à alteridade e ao processo de construção da identidade.

Fonte: Elaboração própria (2024).

A seguir, temos a revisão de literatura realizada com a busca dos descritores *imigrantes* e *Educação Infantil* no site da BDTD e como resultado, foram encontradas 29 produções científicas. Após a leitura dos títulos, foram escolhidas 15 e organizadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Revisão de literatura imigrantes na Educação Infantil

Nº	Ano	Autor(a)	Título	Relação com a Pesquisa
1	2024	GRAJZER, Deborah Esther	Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção	Tese. Aborda a proteção e a educação de crianças refugiadas e migrantes venezuelanas no norte do Brasil, com foco na cidade fronteira, Pacaraima, e na capital, Boa Vista, localizadas no estado de Roraima.
2	2024	MECONI, Samantha	Educação infantil, atendimento das infâncias migrantes haitianas, num contexto periférico e em tempos de pandemia	Tese. Pesquisa acerca da educação e dos cuidados oferecidos aos bebês e às crianças migrantes nos espaços coletivos e públicos de Educação Infantil. Análise documental e observação participante.
3	2023	LORENÇO, Danielle	Educação infantil e desigualdades no município de Pinhais: olhares de famílias migrantes	Dissertação. Pesquisa a visão dos familiares ou genitores, migrantes haitianos, das crianças matriculadas na educação infantil pública.
4	2023	SILVA, Daniela Cristina	Pequena infância e migrações: o que revela a produção científica (2011-2021) para as ações educativo-pedagógicas na Educação Infantil	Dissertação. Analisa as produções científicas em nível de mestrado que tematizaram a infância e as crianças migrantes, os indicativos para ações e processos educativo-pedagógicos na Educação Infantil.
5	2023	SANTOS, Sabrina Leite	Criança e migração no Brasil: o perfil socioeconômico das matrículas das crianças migrantes no Censo Escolar de 2020	Dissertação. Pesquisa as crianças migrantes de 0 a 12 anos que estão matriculadas na educação básica brasileira com o objetivo contextualizá-las no campo da Educação e Educação e migração, construindo o perfil socioeconômico das matrículas destas crianças a partir dos microdados do Censo Escolar 2020.
6	2023	HORA, Tamara Cabral da	Políticas públicas educacionais na infância: um olhar para a questão das crianças refugiadas em Nova Iguaçu	Dissertação. Pesquisa as crianças que vivenciam a experiência do refúgio nas redes públicas de ensino no município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Continuação...

7	2022	SILVESTRE, Carla Augusta Seixas Carneiro	Deficiências e diversidade cultural: experiências educacionais de crianças migrantes internacionais em São Paulo no contexto da pandemia	Dissertação. Pesquisa os efeitos da Pandemia COVID-19 nas relações pedagógicas com crianças migrantes no âmbito da Educação Infantil, na cidade de São Paulo.
8	2022	MESQUITA, Raylane Ryara dos Santos	Acolhimento de crianças e famílias migrantes e/ou refugiadas nas escolas municipais de São Paulo: formação docente humanizadora	Dissertação. Pesquisa a formação dos professores para o acolhimento das crianças e famílias migrantes/refugiadas nas Escolas Municipais de Educação Infantil de São Paulo.
9	2021	LORZING, Renata de Moura Santos	Crianças haitianas na educação infantil em Sorocaba - SP (2011-2019)	Dissertação. Pesquisa os processos de acolhimento das crianças haitianas nas pré-escolas públicas do município de Sorocaba-São Paulo
10	2020	REIF, Karina Schuh	Da (des) esperança à esperança de inserção social da criança imigrante no novo lar: o papel da escola	Tese. Pesquisa as crianças imigrantes de uma comunidade escolar vivenciam no cotidiano do novo lar os direitos presentes na Convenção sobre os Direitos da Criança na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.
11	2018	TEIXEIRA, Mônica de Carvalho	“Mas podia ter coentro”: crianças migrantes e trajetórias que se encontram...	Tese. Pesquisa as crianças migrantes dentro da rede municipal da cidade de Itaboraí.
12	2017	ALCUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa	Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida	Dissertação. Pesquisa as trajetória migratória, as condições de vida e de trabalho das famílias das crianças migrantes em uma creche municipal que atende crianças, moradoras da região do Maciço do Morro da Cruz MMC, Florianópolis.
13	2011	MESQUITA, Shirley Pereira de	Migração familiar e trabalho infantil no Brasil Urbano	Dissertação. Pesquisa as crianças migrantes de 10 a 14 anos.

Continuação...

14	2011	SILLER, Rosali Rauta,	Infância, educação infantil, migrações	Tese. Investiga como as crianças que vivem em contextos de migração, em geral, e de imigração pomerana, em particular produzem, reproduzem e difundem as práticas sociais de seus e de outros grupos étnicos e culturais, por meio das relações que estabelecem com seus pares e com profissionais da educação em dois Centros Municipais de Educação Infantil, no município de Santa Maria de Jetibá-Espírito Santo/Brasil
15	2009	ZOZZOLI, Cécile Diniz	A criança migrante no contexto escolar: uma análise centrada na afetividade	Dissertação. Busca evidenciar o papel da escola no processo de exclusão/inclusão no caso do aluno migrante em uma turma de 4ª série

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da BTDT (2024).

Após as pesquisas na BTDT, foram encontrados essas teses e dissertações que tematizaram a infância, a imigração e a família. Mas, evidencia-se que não se tem abordagem sobre a gestão escolar ou mesmo sobre as crianças bem pequenas com a faixa etária compreendida entre 0 a 3 anos.

Notamos que as pesquisas encontradas trataram da criança presente nos anos iniciais em contexto de imigração versam sobre os profissionais que atuam com crianças no EF. Dito isso, nesse campo, dá-se a relevância desta pesquisa, que busca trazer a visibilidade do ponto de vista das gestoras, sobre o acesso e a permanência de crianças da EI venezuelanas em Belo Horizonte/MG.

4.4 Revisão na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)

Nos trabalhos apresentados na 39ª, 40ª e 41ª reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED, o recorte temporal compreende os anos de 2019, 2021 e 2023. As reuniões nacionais ocorrem a cada dois anos e a última ocorreu em outubro de 2023, na cidade de Manaus, no Amazonas. Destacamos que, para a elaboração do projeto inicial de mestrado, foi realizada a análise da 39ª e 40ª reuniões nacionais e com o caminhar da pesquisa foi realizada a atualização das informações e acrescida a análise da 41ª reunião.

Tabela 6 – Reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e quantidade de trabalhos apresentados

Ano	Local	Reunião	Título	Trabalhos
2023	Manaus/AM	41ª Reunião Nacional	Educação e Equidade: Bases para Harmonizar o país	1023
2021	Belém do Pará	40ª Reunião Nacional	Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo!	699
2019	Niterói/ RJ	39ª Reunião Nacional	Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências.	403

Fonte: Com base na 39ª reunião (ANPED, 2019), na 40ª reunião (ANPED, 2021) e na 41ª reunião (ANPED, 2023).

Nas 39ª, 40ª e 41ª reuniões existem trabalhos que estão organizados de acordo com os Grupos de Trabalho (GT), enumerados do segundo ao vigésimo quarto, cada qual com a sua temática (Tabela 1). Utilizando o recurso *Busca por título* disponível nos *sites* das duas reuniões, utilizando os descritores: *imigrantes*, *migração*, *imigração* e *venezuelanos/as*, não encontrado nenhum resultado. Mas, ao utilizar *educação infantil*, foram encontrados 51 resultados na 40ª reunião; 22 resultados na 39ª reunião nacional e na 41ª reunião foram encontrados sete trabalhos, conforme explicita a Tabela 6.

Tabela 7 – Trabalhos apresentados por Grupos de Trabalho (GT) que versam sobre migrantes/migração

Trabalhos apresentados por Grupos de Trabalho GT	REUNIÃO ANPED		
	39 ^a	40 ^a	41 ^a
GT02 – História da Educação	-	1	
GT03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos	-	-	
GT04 – Didática	-	1	
GT05 – Estado e Política Educacional	-	1	1
GT06 – Educação Popular	-	1	
GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos	13	34	1
GT08 – Formação de Professores	2	-	
GT09 – Trabalho e Educação	-	1	
GT10 – Alfabetização, Leitura e Escrita	-	1	
GT11 - Política da Educação Superior	-	-	
GT12 – Currículo	2	2	1
GT13 – Educação Fundamental	-	-	
GT14 – Sociologia da Educação	1	-	2
GT15 – Educação Especial	-	1	
GT16 – Educação e Comunicação	-	1	
GT17 – Filosofia da Educação	-	-	
GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas	-	-	
GT19 – Educação Matemática	1	-	
GT20 – Psicologia da Educação	-	2	
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais	1	2	1
GT22 – Educação Ambiental	-	1	
GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação	-	2	
GT24 – Educação e Arte	-	-	1
Painel temático	2	-	
Total	22	51	7

Fonte: Com base na 39^a reunião (ANPED, 2019), na 40^a reunião (ANPED, 2021) e na 41^a reunião (ANPED, 2023).

O contraste de total de produções com as produções selecionadas apresenta três evidências nítidas: a primeira, tem-se um aumento significativo na quantidade de produções entre a 39^a reunião e 40^a reunião da ANPED; a segunda, a predominância de trabalhos é majoritariamente do GT07 que corresponde aos estudos sobre *Educação de Crianças de 0 a 6 anos*; e a terceira, a discussão sobre imigração e EI vem ganhando espaço de discussão nos outros grupos de pesquisa da ANPED com a realização da 41^a reunião desta agência.

Dentre os vários trabalhos analisados, é comum a denúncia de como o direito à educação não tem sido executado para as famílias de imigrantes, mesmo sendo um direito garantido pela legislação nacional, corrobora-se a necessidade de efetivar políticas educacionais que sejam pensadas para atender as crianças de 0 a 5 anos, migrantes e refugiadas, na EI, em âmbito nível nacional. Mesmo que o movimento de pesquisas seja crescente, é inegável a demanda de realizar mais pesquisas cujo foco central sejam as crianças migrantes e refugiadas de 0 a 3 anos,

pois não foi encontrado nenhum trabalho com os descritores supracitados e apenas na última reunião da ANPED, ocorrida em 2023, e a temática emergiu nos trabalhos apresentados. Na 41ª reunião ao utilizar os descritores: *migração, migrantes, Venezuela e venezuelanos*, foram encontrados os seguintes resultados:

Quadro 8 – Resultados dos trabalhos apresentados com os descritores distintos *migração, migrantes, Venezuela e venezuelanos*

Descritor	Título
Migração	1 Identidade - currículo e migração haitiana: diálogos interculturais potencializados pela vídeo-carta.
	2 Imigração e educação: breves considerações sobre o direito de acesso à educação de imigrantes e refugiados no estado do Amazonas.
Migrantes	3 Distribuição de matrículas de estudantes migrantes na rede pública estadual do paraná: segregação e desigualdades escolares
	4 A invisibilidade das crianças imigrantes e seu acesso à educação nas pesquisas.
	5 Acesso à escola e trajetórias dos estudantes migrantes internacionais da américa latina na educação básica: uma análise da produção de desigualdades de oportunidades educacionais.
venezuelana	6 Identidades - sujeitos e culturas venezuelanas: a música no processo de inclusão na educação básica.
venezuelano	7 Desafios de estudantes venezuelanos na sua trajetória acadêmica na universidade federal de Roraima (UFRR).

Fonte: Com base na 39ª reunião (ANPED, 2019), na 40ª reunião (ANPED, 2021) e na 41ª reunião (ANPED, 2023).

Dentre os trabalhos encontrados nas três últimas reuniões analisadas, apontamos apenas um único trabalho que aborda o tema. O trabalho encontrado denuncia a invisibilidade das crianças imigrantes e o acesso à educação nas pesquisas, escrito por Natalia Mendes Bellascuza; Marilúcia Antônia de Resende Peroza e Taline Ienk, que são da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Assim, as leituras realizadas nos trabalhos da ANPED indicam a necessidade de pesquisas que abordem: a gestão escolar no trato com imigrantes; as práticas pedagógicas desenvolvidas principalmente com crianças bem pequenas; da formação inicial e continuada das (os) profissionais da educação que passam a conviver com essas crianças, das relações

institucionais (entre adultos/as-adultos/as, crianças-adultos/as, crianças-crianças), debater sobre racismo e xenofobia no intuito de combater tais situações, desde a primeira etapa da educação básica. E, principalmente, pesquisas que abordem a imigração no contexto da EI, pois esta tem sido ainda uma produção incipiente.

Percebemos que, dentre os 2.125 trabalhos apresentados nas três últimas reuniões nacionais da ANPED, apenas sete trabalhos se aproximaram do tema imigração na educação básica, mas um aborda o tema referente à EI. O trabalho se aproxima do que é proposto nesta pesquisa à medida que as pesquisadoras Bellascuza, Peroza e Ienk (2023) afirmam que “As análises evidenciam que a criança imigrante e seu acesso à educação têm sido pouco reveladas nas pesquisas sobre imigração, sugerindo a necessidade de ampliar as investigações sobre esses temas”. As autoras realizaram uma investigação bibliográfica que teve como estratégia de pesquisa a elaboração de um Estado do Conhecimento a partir de Teses e Dissertações acessíveis na plataforma BDTD.

Por fim, a revisão bibliográfica realizada corrobora a reflexão de Santos, Alves e Machado (2019, p. 20) de que “A incipiência de pesquisas sobre estudantes imigrantes de diversas nacionalidades revela a necessidade de investigações que abordem o tema [...]”. Na percepção destas autoras, é ainda mais preocupante a situação dos imigrantes refugiados, pois estão em condições de maior vulnerabilidade social em termos de garantias sociais, especialmente, o direito à educação. Na nossa percepção, faz-se necessário, com urgência, a realização de pesquisas que pautem a faixa etária de crianças entre 0 e 3 anos e, principalmente, em Minas Gerais, e ampliação de estudos de crianças venezuelanas. Constituído o referencial teórico da pesquisa o momento subsequente foi a ida à campo. O capítulo cinco, a seguir, constituiu-se traz as reflexões que foram sendo desenvolvidas durante a pesquisa a partir da análise dos dados obtidos em campo.

CAPÍTULO 5 — EVIDÊNCIAS DA PESQUISA: REFLEXÕES

Neste capítulo, serão abordados alguns pontos que, emergiram durante as entrevistas. Além disso, contemplo análises sobre os documentos das crianças e famílias venezuelanas. Assim, esta seção traz reflexões que dissertam sobre a análise documental, a fim de elucidar a respeito do campo da pesquisa, retomando os objetivos específicos, a saber: caracterizar a população de imigrantes que frequentam a EI no sistema de ensino público do Município de Belo Horizonte e mapear as escolas de EI do município de Belo Horizonte que atendem estudantes imigrantes venezuelanos. Consideramos como evidências, os dados a respeito do acesso e permanência obtidos durante a coleta de dados da pesquisa.

Quanto à análise documental, consideramos como documentos as fichas de matrícula das crianças/ficha de anamnese (Apêndice G), também foram considerados como documentos as leis, portarias, decretos e resoluções nacionais e municipais sobre a temática de imigrantes. De acordo com a Tabela 7, em 2024, haviam 3 crianças venezuelanas matriculadas na EMEI pesquisada, lembrando que o público alvo foi de crianças de 0 a 3, e que crianças de outras faixas etárias não fizeram parte do levantamento de dados. Para sintetizar os dados obtidos, foi realizado o perfil das crianças no esquema a seguir e a análise será melhor apresentada no tópico 5.4.3 denominado “Ficha de anamnese: distanciamentos e aproximações”.

Anamnese é uma entrevista realizada com os familiares ou responsáveis quando as crianças entram na EI em Belo Horizonte/MG. Esse documento permite identificar a criança, o nome, a data de nascimento, a idade, a etnia, a nacionalidade, o nome dos pais e o endereço. Permite registrar a organização familiar, como a presença de irmãos, se os pais trabalham e a renda familiar. Para Nogueira (2025),

A Ficha Individual da Criança na Educação Infantil (Ficha de Anamnese) é considerada um instrumento que contribui para analisar o perfil das crianças, os marcadores sociais, o processo de adaptação, o histórico de saúde, seu desenvolvimento e as relações vivenciadas pela instituição e a escola. (Nogueira, 2025, p. 99).

Com essa ficha, é possível obter informações relevantes sobre o desenvolvimento da criança, como, por exemplo, se a ela mamou no peito, andou e falou no que seria adequado/esperado a cada etapa etária. E ainda sobre a alimentação e sono, essas informações são relevantes para nortear as ações que a EMEI dará para o atendimento a essa criança e o que trabalhar para que alcance sua potencialidade. Entretanto, em se tratando de crianças imigrantes, algumas informações seriam necessárias. Tais como: país de origem, língua falada, alimentação

típica, religião e aspectos culturais para subsidiar as práticas pedagógicas das professoras, no atendimento a essas crianças na sala de aula, assegurando a permanência com qualidade na EMEI em que a criança imigrante estivesse matriculada.

O documento de anamnese utilizado poderia apresentar campos específicos, para identificar o local de nascimento dessa criança, e registrar o idioma da família migrante, para facilitar as respostas, do responsável pelo preenchimento, tanto as famílias quanto a secretaria da escola consiga ter clareza nas informações. Sobre os dados encontrados no presente estudo, durante a entrevista e acesso aos documentos, não foi possível obter informações mais precisas sobre as crianças, se pertenciam ao povo warao. A falta de dados específicos sobre a origem das crianças não permitiu delinear um perfil mais aprofundado. Apontamos desde já, que seria importante uma revisão no instrumento de anamnese utilizado pela escola.

Durante o processo de produção científica desta pesquisa, além de lidar com as dificuldades referentes aos aspectos acadêmicos sobre a aprovação do projeto pelo CEP/UFMG, enfrentei muitos obstáculos para que a pesquisa, de fato, pudesse ser concretizada, uma vez que houve um longo percurso para dar início ao trabalho de campo. Ocorrendo desencontro de tempo por parte de gestores da escola que, devido aos afazeres diários do contexto escolar, tiveram dificuldades em encontrar tempo disponível em suas agendas. Por isso, os dados que serão apresentados foram marcados por vários percalços e entravamentos, descritos nos tópicos seguintes.

5.1 Fase exploratória

Este tópico se destina a apresentar os dados obtidos, em concomitância com os dados existentes no site da PBH, a respeito da imigração, especificamente nos dados sobre venezuelanos.

A fase exploratória é constituída a partir dos dados apresentados em planilha encaminhada pela Gerência de Informações (GNED). O primeiro percalço para obter dados a respeito das crianças imigrantes começou com a inexistência de quem seria o setor responsável da prefeitura a fornecer dados a respeito das escolas com crianças imigrantes. Assim, no início, o contato realizado foi com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE), que fez as primeiras orientações e indicou que buscasse as informações com a Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade (DEID), a seguir este setor indicou que as informações eram de responsabilidade do Núcleo de Políticas Educacionais para Estudantes em Situação de Imigração (NUPEM) e foi disponibilizada por *e-mail*, da Gerência de Assuntos

Educacionais a planilha com os dados sobre as escolas e matrículas de crianças imigrantes.

O município de Belo Horizonte é dividido em nove regionais e as Diretorias Regionais de Educação (DIRE) recebem a seguinte denominação de acordo com as regiões onde se encontram: Região do Barreiro: DIRE –B; Região Centro-Sul: DIRE –CS; Região Leste: DIRE-L; Região Norte: DIRE –N; Região Nordeste: DIRE-NE; Região Norte: DIRE –NO; Região Oeste: DIRE – O; Região da Pampulha: DIRE –P; e Região de Venda Nova: DIRE –VN. Conforme já apresentado na Figura 7, no Capítulo 5 — Políticas educacionais em Belo Horizonte: impactos e desafios para o acesso e a permanência de crianças venezuelanas.

A partir dos dados obtidos, elaboramos a Figura 12, nesta são reapresentadas as regionais com a sinalização da quantidade de crianças venezuelanas e a localização geográfica em que estudam estas crianças de 0 a 3 anos.

Por considerarmos que cada regional tem um funcionamento próprio, nos próximos tópicos, serão apresentadas informações sobre cada região de Belo Horizonte/MG, dados referentes à territorialidade, perfil sócio populacional e os dados obtidos referentes às crianças imigrantes.

A Gerência de Assuntos Educacionais disponibilizou os dados que serão apresentados no Tabela 7, a respeito das matrículas existentes no ano de 2024

	Escola Municipal de Educação Infantil Santa Amélia	31357944												1			1
	Escola Municipal de Educação Infantil Santa Branca	31362107						1									1
	Escola Municipal de Educação Infantil Sarandi	31362174											1		2		3
	Escola Municipal de Educação Infantil Universitário	31362123	1														1
	Escola Municipal de Educação Infantil Urca Confisco	31362220												1			1
	Escola Municipal de Educação Infantil Vila Antena	31357910														1	1
DIRE-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comerciários	31358029											1				1
	Escola Municipal de Educação Infantil Míriam Brandão	31231959											2				2
	Escola Municipal de Educação Infantil Piratininga	31365408											1				1
	Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Antônio Menezes	31206539				1											1
	Escola Municipal Deputado Renato Azeredo	31003760														1	1
	Escola Municipal Moysés Kalil	31003671		1								1					2
	Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso	31206521											1				1
Total por País de Origem			4	1	1	1	1	1	14	1	1	1	2	9	1	12	50

Fonte: PBH, 2024.

Nota: Dados recebidos, via e-mail, do Setor de Informações educacionais via e-mail em 02 maio 2024.

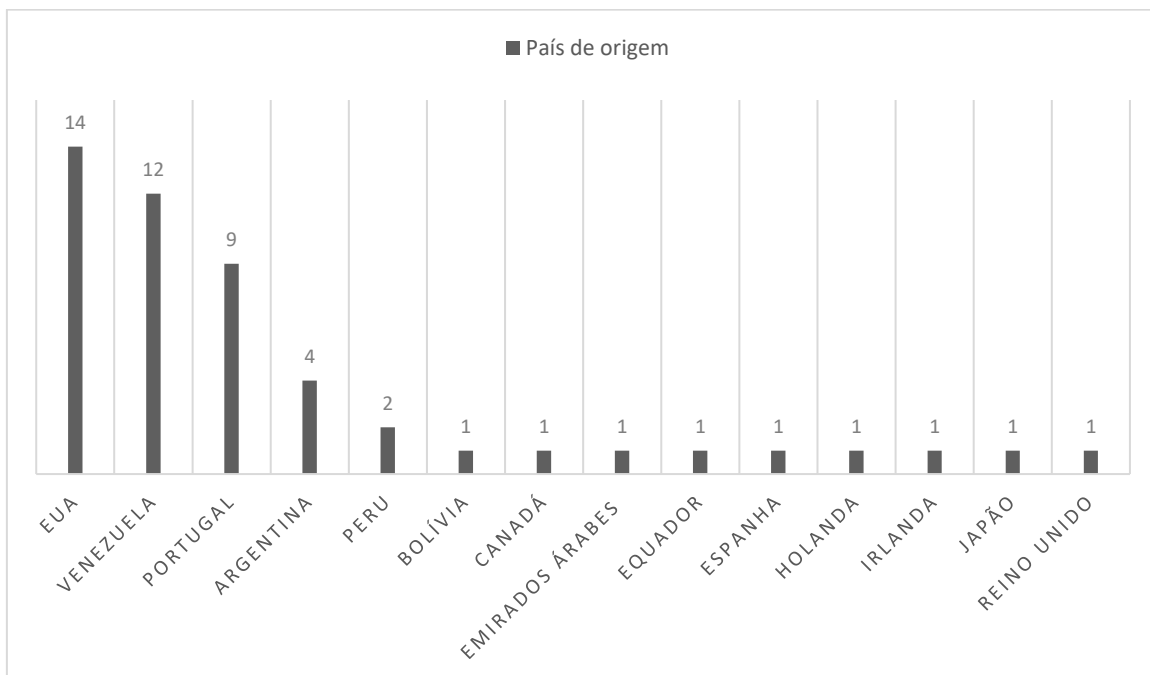
Durante a fase exploratória, recebemos essas informações elencadas na Tabela 7, conforme o Setor de Informações Educacionais. Em seguida, fomos à campo, após conseguir a adesão de uma das escolas, e passamos posteriormente para a coleta dos dados empíricos.

5.2 O acesso das crianças venezuelanas

No primeiro semestre do ano de 2024, observamos a existência de 50 crianças imigrantes, na faixa etária de 0 a 3 anos, sendo atendidas na EI da RME-BH. Dentre elas, identificamos um total de 12 crianças venezuelanas, dado relevante para o objeto de estudo da presente pesquisa. No ano de 2025, o número de matrículas para esta faixa etária de imigrantes reduziu para 34 crianças matrículas, dentre elas 9 crianças venezuelanas.

Nas figuras 11, é possível observar as várias nações de origem e a representatividade das crianças imigrantes venezuelanas. Também é possível fazer inferências sobre o fluxo migratório nas EMEIs, referente à faixa etária de 0 a 3 anos.

Gráfico 1 – Crianças imigrantes de 0 a 3 anos matriculadas em EMEIs em 2024

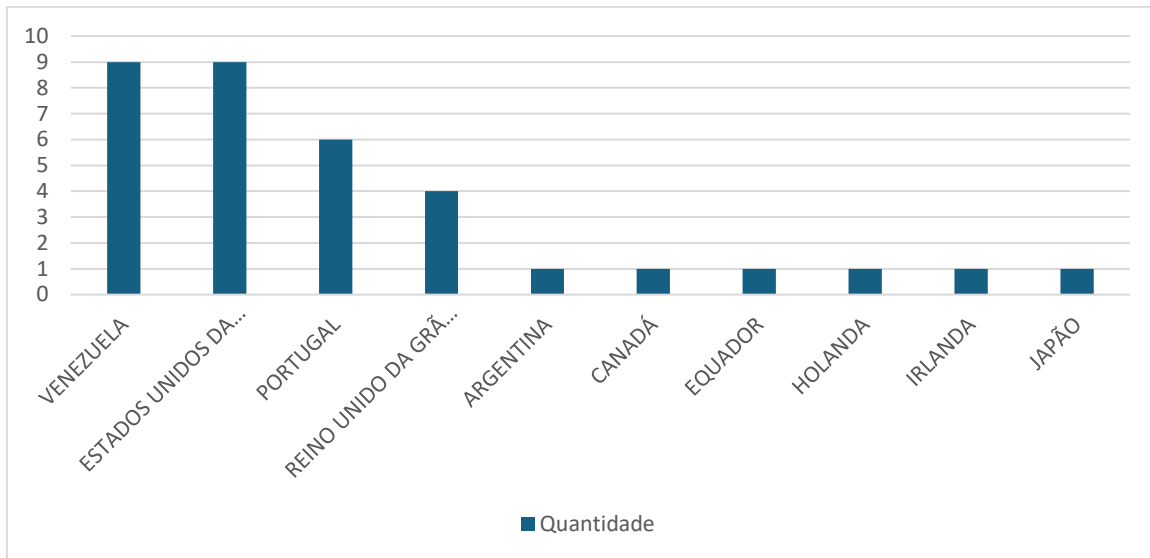


Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao retomarmos a discussão a respeito das nove regionais de BH, os gráficos 1 e 2 evidenciam a presença de imigrantes em todas as regionais e possibilitam a rápida percepção da regional que tem o maior quantitativo de imigrantes. Os primeiros dados coletados servem como norteadores que direcionam o olhar para a regional que será escolhida para a busca por

respostas. O acolhimento dessas crianças é uma questão de direitos humanos, que é um compromisso que deve ser estabelecido pelo equipamento público, na garantia desses direitos previstos na carta maior do país, a CF/88.

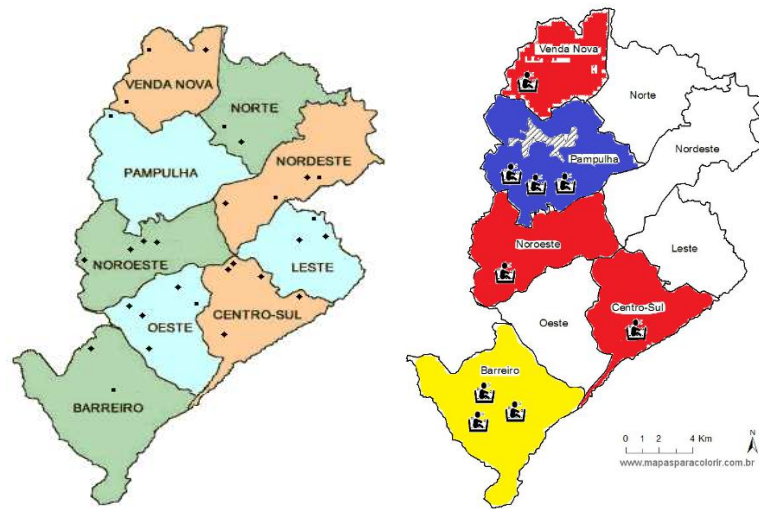
Gráfico 2 – Crianças imigrantes de 0 a 3 anos matriculadas em EMEIs em 2025



Fonte: Elaboração própria (2025).

Realizar uma análise comparativa entre os dois gráficos nos remete às reflexões de Nogueira (2025, p. 68) ao pontuar que “[...] as situações desfavoráveis enfrentadas pelas mulheres afetam os filhos, e o ciclo se repete, levando muitas vezes ao abandono ou à ida dos filhos às ruas, o que reforça o ciclo de pobreza e de vulnerabilidades [...]” e que, pautada nestes argumentos, residam as razões para que as crianças que apareceram no ano de 2024, não estejam mais matriculadas no ano de 2025. Ao retomarmos o foco sobre as crianças venezuelanas, foi elaborado o mapa disposto na Figura 12, à esquerda, para representar as regionais e as respectivas escolas que tiveram matrícula de crianças venezuelanas, no ano de 2024 e a representação do número de crianças matriculadas no ano de 2025, à direita.

Figura 12 – Mapa das Regionais de Belo Horizonte e localização das crianças venezuelanas (2024).



Fonte: Elaboração própria (2024).

De acordo com as informações recebidas pela gerência de informações educacionais, as regionais municipais que receberam crianças imigrantes estão descritas na Tabela 8.

Tabela 8 – Crianças imigrantes presentes na rede própria da Educação Infantil municipal/BH

Regional	Quantidade de escolas com crianças imigrantes matriculadas		Alunos venezuelanos		Alunos venezuelanos	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
DIRE-B			1	1		
	2	4	2	2	3	5
DIRE-CS	3	5	-	1	5	6
DIRE-L	1	-	1	-	1	0
DIRE-N	4	1	-	-	4	1
DIRE-NE	2	4	1	-	3	4
DIRE-NO	4	3	1	1	4	4
DIRE-O	3	-	1	-	3	0
DIRE-P			1	1		
			2	2		
	12	12	1		18	15
DIRE-VN	7	5	1	1	9	6

Fonte: PBH, 2024.

Nota: Dados recebidos, via e-mail, do Setor de Informações educacionais via e-mail em 02 maio 2024.

Ao fazermos a análise das Tabelas 7 e 8, é possível perceber que a Regional Pampulha (Dire-P), até o momento da realização desse estudo, apresentou o maior número de crianças venezuelanas. Percebemos que, nas demais, há presença de estudantes de outras nacionalidades

que, posteriormente, poderão ser estudados. A partir desses dados iniciais apresentados, os próximos tópicos apresentam a análise inicial das informações referentes às crianças imigrantes venezuelanas de cada regional.

Dentre todas as nove regionais, foi possível verificar que a Regional Pampulha recebeu 18 crianças imigrantes de diferentes nacionalidades, sendo 4 crianças imigrantes venezuelanas, público-alvo dessa pesquisa. Levando em consideração os dados quantitativos, a Regional Pampulha foi a escolhida para realizar a pesquisa de campo.

Durante o processo de pesquisa ocorreram alguns percalços, foram realizados vários contatos com as três escolas municipais indicadas na Tabela 7 – Escola Municipal de Educação Infantil Vila Antena, Escola Municipal Sarandi e Escola Municipal Engenheiro Nogueira. Os contatos foram feitos por e-mail e, posteriormente, por telefone, apresentando toda a documentação que valida esta pesquisa em campo. Porém, apenas uma escola respondeu positivamente ao convite e aceitou a realização da entrevista, para tal escola, foi utilizado o nome fictício de EMEI Del Esperanza. Ressaltamos que, nesta EMEI, a princípio, só foi possível realizar a entrevista piloto com a vice-diretora e não foi viabilizado o acesso aos documentos das crianças e das famílias venezuelanas para a análise documental proposta inicialmente. Posteriormente, foi possível realizar a entrevista com a diretora e a coordenadora. Somente no final do ano de 2024, foram disponibilizados os documentos referentes às anamneses das crianças. Não foi possível ter acesso a fichas de matrículas e achamos mais oportuno centrar esforços nas anamneses, garantindo melhor qualidade nas análises e procurando compreender os limites que o campo revela.

Referente às outras duas escolas, percebemos pouca receptividade e foram apresentadas diferentes justificativas que inviabilizam a realização do estudo em mais de uma escola. Inicialmente prevíamos a seleção mais uma escola, entretanto, a adesão foi um aspecto limitador.

Nos próximos tópicos, caracterizaremos as nove regiões de Belo Horizonte/MG, com o objetivo de situar geograficamente as EMEIs que recebem estudantes imigrantes e, principalmente, localizar as crianças imigrantes venezuelanos, público-alvo desta pesquisa nas escolas públicas municipais infantis em cada região, conforme dados das Gerências Regionais de Educação (GEREDs), antigas Diretorias Regionais de Educação (DIREs)¹¹.

¹¹ As Gered (Gerências Regionais de Educação), antigas DIREs (Diretoria Regional de Educação) têm a função de coordenar e supervisionar as atividades educacionais nas escolas da sua região. Elas são responsáveis por implementar as políticas educacionais, promover a formação continuada de professores, garantir a qualidade do ensino e atender às demandas da comunidade escolar. Além disso, as Gered atuam na articulação entre as escolas e a Secretaria Municipal de Educação, buscando sempre melhorar a educação na cidade. (PBH, 2025).

5.2.1 REGIÃO DO BARREIRO

Figura 13– Mapa Região Barreiro de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região Barreiro com cerca de 300 mil habitantes, 90 mil domicílios, 72 bairros, segunda região (FIG. 12) mais movimentada de Belo Horizonte/MG tem a data oficial de surgimento em 1855 com o nome de Fazenda Barreiro, seu primeiro proprietário foi o Coronel Damazo da Costa Pacheco, que, após cultivar o solo por muitos anos, resolveu vendê-la para o Major Cândido José dos Santos Brochado. Na Tabela 9, conforme dados Sistema de Gestão Escolas (SGE), estão apresentadas as EMEIs que receberam crianças imigrantes, com destaque para as venezuelanas, nos anos de 2024 e 2025.

Tabela 9 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil do Barreiro

Regional	Escola Municipal	País de Origem	de EI – 0 a 3 anos – Total Alunos por Escola
2024			
DIRE-B	Escola Municipal de Educação Infantil Maldonado	Venezuela	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Solar Rubi	Venezuela	2
2025			
GERED-B	Escola Municipal de Educação Infantil Lindeia	Japão	1
GERED-B	Escola Municipal de Educação Infantil Maldonado	Venezuela	1
GERED-B	Escola Municipal de Educação Infantil Solar Rubi	Venezuela	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as escolas que compõem essa regional, das três escolas que receberam

imigrantes, duas receberam crianças venezuelanas em 2024/2025: Escola Municipal de Educação Infantil Maldonado e a Escola Municipal de Educação Infantil Solar Rubi.

5.2.2 REGIÃO CENTRO SUL

Figura 13 – Mapa Região Centro-Sul de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região Centro Sul foi criada pelo decreto 1891, assinado por Augusto de Lima, que desapropriou o vilarejo do Curral de Rey para construir a capital mineira inaugurada em 1897, o que hoje chamamos Belo Horizonte. Com cerca de 258 mil, 786 habitantes essa região é tida como referência comercial, financeira e política, considerada como região nobre, apesar da presença de grandes aglomerados populacionais de baixa renda (FIG. 13).

Na Tabela 10, apresentamos as EMEIs que receberam crianças imigrantes, destacando a venezuelana que foi matriculada no ano de 2025, conforme dados do SGE.

Tabela 10 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Centro Sul

Regional	Escola Municipal	País de Origem			EI – 0 a 3 anos Total Alunos por Escola
		Argentina	Equador	Portugal	
2024					
DIRE-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Delfim Moreira	Argentina	Equador	Portugal	3
	Escola Municipal de Educação Infantil Timbiras	Irlanda			1

	Escola Municipal de Educação Infantil Vila Estrela	Argentina			1
--	--	-----------	--	--	---

2025

GERED-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Capivari	Venezuela			1
GERED-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Delfim Moreira	Equador			1
GERED-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Timbiras	Irlanda			1
GERED-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Timbiras	Portugal			1
GERED-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Vila Estrela	Argentina			1

Fonte: Dados da pesquisa (2024/2025).

Nessa regional, quatro escolas receberam crianças imigrantes: Escola Municipal de Educação Infantil Delfim Moreira; Escola Municipal de Educação Infantil Timbiras e Escola Municipal de Educação Infantil Vila Estrela e uma delas, uma criança venezuelana em 2025.

5.2.3 REGIÃO LESTE

Figura 14 – Mapa Região Leste de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região Leste possui 51 bairros, com 256311 mil habitantes, essa região possui os aglomerados Serra e São Lucas, faz limites com as cidades de Nova Lima e Sabará (FIG. 14).

Na Tabela 11, está apresentada apenas uma EMEI recebeu uma criança imigrante no ano de 2024, conforme dados do SGE.

Tabela 11 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Leste

Regional	Escola Municipal	País de Origem	EI – 0 a 3 anos Total Alunos por Escola
DIRE-L	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Marília Tanure Pereira	Venezuela	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Apenas uma escola recebeu criança imigrante venezuelana em: Escola Municipal de Educação Infantil Professora Marília Tanure Pereira no ano de 2024.

5.2.4 REGIONAL NORTE

Figura 15 – Mapa Região Norte de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

Região Norte possui uma população de 194.098 habitantes, distribuídos em 42 bairros a região tem seu setor de transporte bem desenvolvido, contando até com estações de metrô (FIG. 15).

Na Tabela 12 estão apresentadas as EMEIs que receberam crianças imigrantes, mas sem matrícula de crianças venezuelanas, nos anos de 2024 e 2025, conforme dados do SGE.

Tabela 12– Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantilna Região Norte

2024			
Regional	Escola Municipal	País de Origem	EI – 0 a 3 anos Total Alunos por Escola
DIRE-N	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Guanabara	Espanha	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Monte Azul	Estados Unidos Da América	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Planalto	Estados Unidos Da América	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Xodó Marise	Estados Unidos Da América	1
2025			
GERED-N	Escola Municipal de Educação Infantil Xodó Marise	Estados Unidos Da América	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024/2025).

Foram identificadas quatro escolas com imigrantes matriculados: Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Guanabara; Escola Municipal de Educação Infantil Monte Azul; Escola Municipal de Educação Infantil Planalto e Escola Municipal de Educação Infantil Xodó Marise.

5.2.5 REGIÃO NORDESTE

Figura 16 – Mapa Região Nordeste de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região Nordeste tem 274.060 habitantes. Essa região apresenta uma discrepância,

mais a sudoeste, a região possui alto grau de desenvolvimento, já na periferia, a situação é contrastante. Nessa regional está um dos maiores polos comerciais de Belo Horizonte e possuindo 70 bairros (FIG. 16).

Conforme registra a Tabela 13, nessa regional, foram identificadas escolas com estudantes imigrantes anos de 2024 e 2025, conforme dados do SGE. Dentre essas, uma criança matricula é venezuelana.

Tabela 13– Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Nordeste

2024			
DIRE-NE	Escola Municipal de Educação Infantil Belmonte	Estados Unidos Da América	2
	Escola Municipal de Educação Infantil Ribeiro de Abreu	Venezuela	1
2025			
GERED-NE	Escola Municipal de Educação Infantil Belmonte	Estados Unidos Da América	2
GERED-NE	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Vitória II	Reino Unido Da Grã Bretanha E Irlanda Do Norte	1
GERED-NE	Escola Municipal de Educação Infantil Pacajá	Portugal	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024/2025).

Nessa regional, quatro escolas receberam crianças imigrantes: Escola Municipal de Educação Infantil Belmonte e Escola Municipal de Educação Infantil Ribeiro de Abreu, Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Vitória II e Escola Municipal de Educação Infantil Pacajá.

5.2.6 REGIÃO NOROESTE

Figura 17 – Mapa da Região Noroeste de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região Noroeste é a maior da cidade em número de moradores, são quase 340.000 habitantes distribuídos em 49 bairros (FIG. 17).

Na Tabela 13 estão apresentadas as EMEIs que receberam crianças imigrantes, com destaque para as venezuelanas, nos anos de 2024 e 2025, conforme dados do SGE.

Tabela 13 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Noroeste

2024			
DIRE-NO	Escola Municipal de Educação Infantil Coqueiros	Peru	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Pindorama	Venezuela	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Sabinópolis	Estados Unidos Da América	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Vila São Vicente	Canadá	1
2025			
GERED-NO	Escola Municipal de Educação Infantil Coqueiros	Portugal	1
GERED-NO	Escola Municipal de Educação Infantil Marfim	Venezuela	1
GERED-NO	Escola Municipal de Educação Infantil Sabinópolis	Estados Unidos Da América	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024/2025).

Foram identificadas quatro escolas com crianças imigrantes, dentre elas, duas escolas matricularam crianças venezuelanas: Escola Municipal de Educação Infantil Coqueiros; Escola Municipal de Educação Infantil Pindorama; Escola Municipal de Educação Infantil Sabinópolis e Escola Municipal de Educação Infantil Vila São Vicente.

5.2.7 REGIÃO DE VENDA NOVA

Figura 18 – Mapa da Regional Venda Nova de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em 2024, a Região de Venda Nova comemorou 313 anos, sendo a região mais antiga de

Belo Horizonte, que possui somente 126 anos, essa região já foi administrada por diversos municípios, como Sabará, Camanhã (atual Ribeirão das Neves) e Santa Luzia. Toda a região era formada por chácaras, sítios e pequenas fazendas. Em 1948, Venda Nova foi desmembrado de Santa Luzia e anexada definitivamente à Belo Horizonte pela Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro, atendendo reivindicação da comunidade local. Seu povoamento foi muito lento, até o início do século XX havia poucas casas e muitos animais perambulando por suas ruas. Na atualidade é uma potência, com uma população de 242.341 habitantes (FIG. 18).

Na Tabela 14, apresentamos a segunda regional com maior incidência de crianças imigrantes matriculadas nas EMEIs, destacando as venezuelanas que são objeto de estudo desta dissertação, nos anos de 2024 e 2025, conforme dados do SGE.

Tabela 14 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região de Venda Nova

2024			
DIRE-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comercários	Portugal	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Míriam Brandão	Portugal	2
	Escola Municipal de Educação Infantil Piratininga	Portugal	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Antônio Menezes	Emirados Árabes Unidos	1
	Escola Municipal Deputado Renato Azeredo	Venezuela	1
	Escola Municipal Moysés Kalil	Bolívia (Estado Plurinacional Da)	2
	Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso	Portugal	1
2025			
GERED-VN	Escola Municipal Aduino Lúcio Cardoso	Venezuela	1
GERED-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati	Reino Unido da Grã Bretanha E Irlanda do Norte	1
GERED-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comercários	Portugal	1
GERED-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Venda Nova	Reino Unido da Grã Bretanha E Irlanda Do Norte	1
GERED-VN	Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso	Estados Unidos Da América	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024/2025).

Esta regional apresentou sete escolas com matrículas de crianças imigrantes, dentre elas, duas matricularam crianças venezuelanas: Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comerciários; Escola Municipal de Educação Infantil Míriam Brandão; Escola Municipal de Educação Infantil Piratininga; Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Antônio Menezes; Escola Municipal Deputado Renato Azeredo; Escola Municipal Moysés Kalil; Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso.

5.2.8 REGIÃO DA PAMPULHA

Figura 19– Mapa da Regional Pampulha de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região da Pampulha é uma das mais interessantes de Belo Horizonte; nela encontram-se um estádio de futebol, aeroporto e uma das maiores universidades do Brasil, a UFMG, e a Lagoa da Pampulha, inaugurada em 1938. Tem 145.262 habitantes distribuídos em 57 bairros e possui um amplo circuito cultural que muito contribuiu para formação intelectual de Belo Horizonte.

Na Tabela 15, temos o maior número de matrículas de crianças imigrantes, pontuamos que duas são venezuelanas, considerando os anos de 2024 e 2025, conforme dados do SGE.

Tabela 15 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região da Pampulha

DIRE-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comerciários	Portugal	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Míriam Brandão	Portugal	2

	Escola Municipal de Educação Infantil Piratininga	Portugal	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Vereador Antônio Menezes	Emirados Árabes Unidos	1
	Escola Municipal Deputado Renato Azeredo	Venezuela	1
	Escola Municipal Moysés Kalil	Bolívia (Estado Plurinacional Da)	2
	Escola Municipal Professor Tabajara Pedros	Portugal	1
GERED-VN	Escola Municipal Adauto Lúcio Cardoso	Venezuela	1
GERED-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati	Reino Unido Da Grã Bretanha E Irlanda Do Norte	1
GERED-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Jardim dos Comercíarios	Portugal	1
GERED-VN	Escola Municipal de Educação Infantil Venda Nova	Reino Unido Da Grã Bretanha E Irlanda Do Norte	1
GERED-VN	Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso	Estados Unidos Da América	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024/2025).

Essa regional possui doze escolas que receberam matrículas de imigrantes, dentre elas, duas matricularam crianças venezuelanas: Escola Municipal de Educação Infantil Alaíde Lisboa; Escola Municipal de Educação Infantil Castelo; Escola Municipal de Educação Infantil Castelo de Crato; Escola Municipal de Educação Infantil Engenho Nogueira; Escola Municipal de Educação Infantil Henfil; Escola Municipal de Educação Infantil Ouro Preto; Escola Municipal de Educação Infantil Santa Amélia; Escola Municipal de Educação Infantil Santa Branca; Escola Municipal de Educação Infantil Sarandi; Escola Municipal de Educação Infantil Universitário; Escola Municipal de Educação Infantil Urca Confisco; e Escola Municipal de Educação Infantil Vila Antena.

5.2.9 REGIÃO OESTE

Figura 20 – Mapa da Região Oeste de Belo Horizonte/MG



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Região Oeste começou a ser povoada por famílias retiradas de antigas favelas da cidade na década de 1930. Essa região desponta como uma área em expansão. A População é 268.124 habitantes. Toda a região oeste situa-se na bacia do ribeirão Arrudas. Existe na região 827.809 metros quadrados de áreas verdes; ao todo são sete parques municipais que abrigam espécies, como pau-brasil, pau-ferro e sibipiruna e animais de diferentes tipos (FIG. 20).

Ao todo, a capital tem 332 quilômetros quadrados e possui 487 bairros. A relevância dessas informações pode sinalizar as razões de encontrar pessoas em situação de migração nesses espaços.

Na Tabela 16, temos três escolas que matricularam crianças imigrantes, com destaque para que esta regional tem apenas uma criança venezuelana e no ano de 2024, conforme dados do SGE.

Tabela 16 – Crianças imigrantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil na Região Oeste

DIRE-O	Escola Municipal de Educação Infantil Palmeiras	Venezuela	1
	Escola Municipal de Educação Infantil Vila Calafate	Argentina	1
	Escola Municipal Hugo Werneck	Japão	1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nessa regional foram identificadas três escolas que receberam crianças imigrante: Escola Municipal de Educação Infantil Palmeiras; Escola Municipal de Educação Infantil Vila Calafate; e Escola Municipal Hugo Werneck.

Para assegurar maior visibilidade dos dados disponibilizados em 2025, apresentamos a visão geral sobre o quantitativo de crianças venezuelanas matriculadas nas regionais (GEREDs)¹², no ano de 2025.

Tabela 17 – Total de crianças imigrantes venezuelanas matriculadas em Belo Horizonte/2025

Regional	Escola Municipal	EI – 0 a 3 anos Total Alunos por Escola
GERED-B	Escola Municipal de Educação Infantil Maldonado	1
GERED-B	Escola Municipal de Educação Infantil Solar Rubi	2
GERED-CS	Escola Municipal de Educação Infantil Capivari	1
GERED-NO	Escola Municipal de Educação Infantil Marfim	1
GERED-P	Escola Municipal de Educação Infantil Engenho Nogueira	1
GERED-P	Escola Municipal de Educação Infantil Sarandi	2
GERED-VN	Escola Municipal Adauto Lúcio Cardoso	1
	Total Geral	9

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao analisar as informações fornecidas pelo Sistema de Gestão Escolas (SGE) sobre as escolas municipais de EI que atendem crianças de 0 a 3 anos venezuelanas em Belo Horizonte, podemos concluir sobre:

- ✓ **Distribuição de Alunos:** O total de alunos nas escolas listadas é de 9, o que indica uma demanda relativamente baixa para essa faixa etária nas instituições mencionadas. Isso pode refletir diversos fatores, como a capacidade das escolas, a oferta de vagas ou a demanda da comunidade.
- ✓ **Variedade de Escolas:** As escolas estão distribuídas entre diferentes Gerências Regionais de Educação (GERED), o que sugere uma tentativa de atender a diferentes regiões da cidade. Cada GERED parece ter uma ou mais escolas com um número variado de alunos.

E ainda que as Escolas Municipais de Ensino Fundamental mistas, que tem turmas de EI, também estão recebendo crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de nacionalidade venezuelanas. Ao final deste tópico, destacamos que os dados apresentados são um breve

¹² As Gered (Gerências Regionais de Educação), antigas DIREs (Diretoria Regional de Educação) têm a função de coordenar e supervisionar as atividades educacionais nas escolas da sua região. Elas são responsáveis por implementar as políticas educacionais, promover a formação continuada de professores, garantir a qualidade do ensino e atender às demandas da comunidade escolar. Além disso, as Gered atuam na articulação entre as escolas e a Secretaria Municipal de Educação, buscando sempre melhorar a educação na cidade. (PBH, 2025).

panorama do fluxo migratório infantil da RME-BH, pois, embora em algumas regionais, o número de matrículas tenha se mantido, ao observar o país de origem, constatamos que se trata de outras crianças. Crianças que estavam matriculadas no ano de 2024, não permaneceram matriculadas em 2025 e, dessas informações, originam-se diversos questionamentos. A seguir, trataremos do papel da gestão escolar no acesso e permanência de crianças matriculadas na EI.

5.3 Gestão escolar, imigração e educação infantil: um diálogo em aberto

A EI é responsável pelo atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, sendo a creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). O *site* da PBH e os fundamentos das Proposições Curriculares para a Educação infantil (2014) informam que “O município de Belo Horizonte, há vários anos, é referência nacional no atendimento a crianças na rede pública e, nos últimos anos, tem ampliado o número de vagas oferecidas na Educação Infantil” (PBH, 2018). Além disso, todas as pesquisas citadas na introdução deste trabalho que versam sobre a educação infantil de 0 a 3 anos na Smed/BH também confirmam a relevância da atuação do município de Belo Horizonte no campo da Educação. A EI é uma fase fundamental da vida, marcada por descobertas e aprendizados que moldam a sua personalidade. Nesse sentido, representa um período de desenvolvimento integral, onde a convivência com diferentes elementos culturais é essencial. A cultura influencia diretamente na formação dos valores, costumes e tradições que a criança absorve ao longo de seus primeiros anos. De acordo com Kremer (2006, p. 15) “seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura”. De acordo com Melo (2021):

A identificação destas características intrínsecas da infância aponta para a compreensão da sua alteridade, a partir do reconhecimento de sua ação e inserção social, e das especificidades dessa ação, abrindo perspectivas para a análise de como são consideradas as crianças na Educação Infantil... (Melo, 2021, p. 53).

A legislação educacional vigente assegura a oferta universalizada e obrigatória para o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, sendo um objetivo da PBH estender ao máximo o atendimento a crianças de 0 a 3 anos. “Esse atendimento é feito em turmas nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, em Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e em **creches parceiras** credenciadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED)”. Salientamos, conforme as **Proposições Curriculares para a Educação Infantil** (2014), que:

[...] Denominam-se “creches parceiras” as instituições educacionais privadas

comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais, parceiras da Prefeitura de Belo Horizonte, que atendem crianças de zero a cinco anos em tempo parcial ou integral, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, Lei nº 9.394/1996, denomine “creche” o atendimento educacional ao recorte etário de crianças de zero a três anos de idade. (PBH, 2014, p. 13).

O Colégio Bom Jesus (2024), uma instituição franciscana, esclarece que "matrícula escolar é o processo que formaliza a entrada do aluno na escola, seja para ingressar pela primeira vez ou para realizar a rematrícula em um novo ano letivo". Por sua vez, entendemos que a matrícula pode ser compulsória, ou seja, ocorrer por meio de um processo obrigatório de matrícula de um(a) estudante na instituição determinada, que pode ter sido decretada por meio de ação judicial.

Os fundamentos das **Proposições Curriculares para a Educação Infantil** (2014) esclarecem que

Enquanto as escolas de Educação Infantil reinventavam seu jeito de fazer educação, considerando as especificidades da criança e resguardando sua função educativa, as creches parceiras enfrentavam o desafio de superar a concepção assistencialista que historicamente lhes havia sido conferida. Uma importante estratégia para essa superação era a construção de propostas pedagógicas com intencionalidades educativas bem definidas. (PBH, 2014, p. 29).

Embora não apareça de maneira explícita o debate sobre infância e imigração do documento das proposições, é válido destacar que, quando o documento registra o alerta de superação das concepções assistencialistas, de maneira indireta esse público está contemplado.

A verificação do caderno Fundamentos, das Proposições Curriculares para a Educação Infantil (2014) permitiu constatar que aparece o descritor migração apenas no seguinte excerto “Belo Horizonte é uma cidade jovem, inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Viveu férteis períodos de expansão econômica e social ocasionando grandes movimentos de migração populacional” (PBH, 2014, p. 77). O texto não contempla as famílias em situação de migração ou refúgio, as proposições não trazem nenhuma informação a respeito do tema imigrantes.

Portanto, para distinguir e ressaltar que os dados obtidos são das EMEIs da PBH, é utilizado o termo Educação Infantil, ao invés do termo creche. Ademais, não se obteve dados sobre os imigrantes nas creches parceiras.

Retomando a busca por respostas e o anseio de responder ao objetivo geral proposto inicialmente, cabe abordar a relação entre gestão escolar e EI, pontuando as discussões possíveis ao abordar a temática de imigração. Assim “como as(os) professoras(es), a gestão escolar tem papel determinante na construção de oportunidades de aprendizagem na Educação Infantil”(Belo Horizonte, 2022).

Referente aos efeitos que a liderança de diretores e diretoras de escola representa para cada instituição, existem vários estudos já realizados. Tomemos, por exemplo, os estudos realizados por Abrúcio (2010), bem como de Alves e Franco (2008), que evidenciaram que aspectos como formação inicial e continuada, estilo de gestão, diálogo e participação repercutem na constituição de um clima escolar propício para boas relações de ensino e aprendizagem (Belo Horizonte, 2022).

Além disso, em cenários de gestão democrática, coloca-se em evidência processos de escolha da gestão escolar, nos quais as(os) diretoras(es) das escolas não são recrutadas(as) exclusivamente por indicação política, mas por processo seletivo, por consulta à comunidade escolar e que tem se tornado fundamental para conhecer o perfil das(os) diretoras(es) das redes a fim de que se possam elaborar estratégias e políticas públicas fundamentadas para promoção de boas práticas de gestão na EI.

Retomando a indagação sobre quais as concepções das gestoras sobre a chegada de crianças venezuelanas na EI, apresentada na introdução, é preciso conhecer sobre o papel do gestor, para dar suporte aos docentes, sobre a(s) forma(s) de gestão existente(s).

Na PBH, o processo de escolha da gestão escolar ocorre por meio de eleição. Contudo, para poder participar do processo eleitoral, os (as) candidatos (as) devem, obrigatoriamente, realizar um curso de formação sobre o papel do gestor escolar. O perfil do gestor escolar está pautado em uma gestão democrática e participativa.

“Um modelo¹³ de liderança participativa na gestão dos centros requer, paralelamente, uma cultura de colaboração entre professores, onde as equipes de gestão possam tornar-se a espinha dorsal da dinâmica colegial da escola, capaz de promover o trabalho em equipe [...] (Bolívar, 2006, p. 128).

O foco são as políticas públicas da Smed/BH, sendo necessário abordar sobre como é tratado o ingresso na EI e como se trata o ingresso de crianças imigrantes, em especial, é preciso conhecer o quantitativo de crianças venezuelanas na rede própria e conveniada.

De acordo com o Estudo Nacional sobre a Qualidade da Educação Infantil Relatório Final – Município de Belo Horizonte (MG), publicado em 2022, percebemos o esforço da Smed/BH, ao longo da gestão de diferentes prefeitos e Secretárias de Educação, para o cumprimento da CF/88 que, desde a Emenda Constitucional n° 59, de 11 de novembro de 2009; e da Lei n° 12.796, de 4 de abril de 2013; estabelecem o segmento da pré-escola (4 e 5 anos) como etapa

¹³ Tradução livre. No original: *Un modelo de liderazgo participativo en la dirección de los centros requiere, paralelamente, una cultura de colaboración del profesorado, donde los equipos directivos puedan convertirse en vertebradores de la dinámica colegial de la escuela, capaces de propiciar el trabajo en equipo de los profesores y el ejercicio de la autonomía pedagógica y organizativa de los centros.*

obrigatória, com matrícula compulsória, e que deveria contemplar todas as crianças na faixa etária até 2016, segundo a meta 1 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, PNE).

A PBH vem empreendendo um movimento para a universalização desse atendimento, ampliando os convênios para a garantia da oferta do segmento das creches (0 a 3 anos), visando garantir também o cumprimento da meta 1 do PNE no tocante ao atendimento de, no mínimo 50% dessas crianças até 2024. Assim, embora ainda apresente expressiva taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos em sua rede própria, o percentual de matrículas na rede própria aumenta à medida que a idade das crianças se amplia, supondo-se que incide diretamente na forma como se gesta. Partimos da hipótese que faz parte do papel da gestora abordar essa pauta. Assim, buscaremos mapear, caso existam, as ações para esse acolhimento, seja por meio da identificação de matrículas, dos processos de anamnese, dos registros internos sobre as crianças venezuelanas, ou seja, por meio de outras fontes que encontrarmos *in loco*.

Dito de outra forma, é preciso caminhar na construção do conhecimento científico e dissertar sobre o que ocorre quando a criança imigrante chega em uma escola municipal da RME-BH; é preciso analisar e documentar se há ficha de anamnese de acordo com a nacionalidade da família migrante. Pesquisar se para ter uma educação inclusiva e de qualidade, compreender se tanto criança quanto a família tem dificuldades para o acesso às informações no contexto educacional, bem como caminhar na socialização das informações de como as famílias podem ter acesso à escola, como podem fazer a matrícula de uma criança.

A partir do referencial teórico, advêm diversas reflexões, tais como: de que forma se dá o ingresso de bebês imigrantes nas classes? Como a Smed/BH orienta a política para o atendimento dos bebês? E das crianças pequenas? O que ocorre quando chegam crianças bem pequenas e crianças pequenas imigrantes na EI? Existe um atendimento que considere a bagagem cultural que todas as crianças já têm, pois já vivenciaram outros espaços/tempos? Pensando nas ações desenvolvidas pelas políticas públicas municipais, como tem acesso à vaga, quais os procedimentos no caso de famílias imigrantes? E depois, ao acesso, ou seja, já de posse da vaga, como é a permanência? Qual é o processo de acolhimento das crianças de 0 a 3 anos para crianças imigrantes, há alguma diferenciação do processo de acolhimento das demais crianças? Há alguma orientação específica das gestoras participantes da pesquisa com relação ao acesso e a permanência das crianças venezuelanas? Em caso positivo, em que consistem essas orientações?

5.4 Sobre o acesso e a permanência

Neste subcapítulo, abordamos alguns pontos que emergiram durante as entrevistas, que ocorreram em dois momentos. No primeiro momento, foi realizada a entrevista piloto com a vice-diretora e posteriormente, no segundo momento, com a diretora e coordenadora da EMEI. Pontuamos que, no segundo momento, a entrevista foi realizada com as duas gestoras ao mesmo tempo, por solicitação delas, embora o intuito foi entrevistar uma de cada vez.

Os dados obtidos constituem o escopo sobre a percepção das gestoras de como ocorre o acesso de crianças imigrantes. Tais elementos passaram por processo analítico, que serão apresentados em três tópicos: o primeiro tópico descreve a análise dos dados iniciais obtidos na entrevista piloto no início da pesquisa de campo. O segundo tópico recupera a primeira entrevista e apresenta dados das outras duas entrevistas, visando ampliar as análises. O terceiro tópico é um convite a conhecer a ficha de anamnese preenchida pelas famílias venezuelanas e as reflexões sistemáticas analíticas que emergem da análise deste documento.

Nogueira (2024, p. 133) evidenciou, em sua pesquisa, a urgência na mobilização de pautas relevantes “[...] no campo das políticas intersetoriais que tematizem sobre o acesso e permanência e atendimento de qualidade para as crianças em acolhimento institucional, principalmente nessa faixa etária de 0 a 11 meses”. Postulamos que é imprescindível uma mobilização ainda maior para o acesso e a permanência de crianças imigrantes nessa faixa etária, como ação mais efetiva do serviço social.

A análise nos direciona a refletir sobre o formato de acesso e permanência das crianças imigrantes venezuelanas, que evidencia que não existe nenhuma orientação específica da Smed-BH para as gestoras, tão pouco para as professoras. Ainda ressaltamos a distinção dos dados obtidos com a gestora que tem um diferencial relevante comparada às outras duas, o fato da gestora falar espanhol. O intuito é informar de que maneira as narrativas e depoimentos se distanciam e se aproximam.

5.4.1 PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Após a finalização da fase exploratória, selecionamos as escolas da Regional Pampulha e fizemos os convites para que fossem realizadas as gestoras. Dentre as escolas, apenas uma respondeu positivamente e foi enviado um e-mail à instituição de ensino para solicitar a participação da Gestão Escolar. Também foi enviada a Carta de apresentação a pesquisadora e Termo de anuência para pesquisa (Anexo D) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCLE (Apêndice A).

A gestão escolar é composta pela Diretora, Vice-diretora e Coordenadora Pedagógica. Cabe destacar que a entrevista ocorreu com a vice-diretora da escola e que não foi possível acessar os documentos das famílias migrantes no primeiro momento, se constituindo como o terceiro percalço da pesquisa. A entrevista com roteiro, contendo dez perguntas, foi gravada e foi realizada a transcrição de cada entrevista. Para preservar a identidade da entrevistada, será utilizado o nome de uma cidade da Venezuela: Bolívar. O nome foi escolhido por ser um estado venezuelano que tem fronteira com o Brasil.

O primeiro questionamento apresentado à colaboradora foi para narrar sua identificação pessoal, formação, trajetória e prática profissional. A resposta foi que Bolívar tem formação superior (NE) em Pedagogia, na ocasião da entrevista, estava fazendo alguns cursos de especialização, pós-graduação na área da inclusão por interesse pessoal, mas profissional também.

Com a resposta para a segunda questão, Bolívar apresentou suas funções como vice-diretora da EMEI. Em sua percepção, esse lugar é mais administrativo, de cuidado da gestão para que a escola funcione. Utiliza como exemplo o cuidado com a merenda, visando garantir que o cardápio enviado pela nutricionista da Smed/BH seja seguido; também é responsável pelas compras para complementar o que a prefeitura não envia.

A terceira questão foi referente à forma de ingresso das crianças nas EMEIs. Bolívar informou que

o processo de ingresso na prefeitura é o mesmo pra todos, a família tem que fazer o cadastro e geralmente a criança é encaminhada para a escola que seja mais próxima a sua residência. Então as crianças venezuelanas que estão aqui, moram no entorno e em geral as que recebemos são parentes, irmãos ou primos, então as crianças elas não estão assim sozinhas porque elas vêm acompanhadas de um irmão ou de um parente e é a princípio a primeira dificuldade mesmo é o idioma que geralmente as crianças falam muito pouco elas entendem o português, mas elas não se comunicam e os pais, geralmente as mães não falam português, elas compreendem, mas não se expressa em português (Entrevista com Bolívar, 2024).

Pensando nas políticas de inclusão social, foi questionado se existe alguma divulgação especial e/ou tratamento diferenciado para essas crianças no sentido de garantia de vaga, por ser de outra nacionalidade. A vice-diretora Bolívar respondeu que não tinha conhecimento sobre esse assunto.

O processo de ingresso é o mesmo, pois as famílias têm o direito de realizarem o cadastramento escolar, mas não existe nenhuma diferenciação no sistema pela condição migrante das famílias. Entretanto, o intuito era saber se as gestoras possuem a informação.

A respeito dos direitos, Silva (2023) pontua que a Nova Lei de Migração procura garantir aos migrantes que escolheram viver no Brasil um tratamento mais digno, transformando-os em cidadãos que possuem pleno direito.

Após o ingresso na escola, foram explanadas na entrevista as seguintes informações sobre as crianças:

Bolívar – *no começo do ano [as crianças] passam por essa entrevista [anamnese], as famílias são chamadas e se conversa a respeito da história da criança. As crianças [imigrantes venezuelanas] já estão há algum tempo na EMEI. A gente já conhece a história de vida e elas são chamadas para fazer atualização de algum outro dado. Mas, as crianças que são novas, existe o cuidado de compreender e de acolher a história e geralmente, quando são as famílias venezuelanas, as professoras me chamam para acompanhar nessa anamnese, por causa do idioma. Então, eu faço esse papel de intérprete.*

Foi importante ter como sujeito da pesquisa essa entrevistada, que revelou o diferencial no atendimento das famílias, pois ela promove um diálogo mais profícuo por ser hispanohablante. Se tornando um ponto de apoio para as professoras que receberam em sua turma a criança migrante. Retomar o referencial teórico e confrontá-lo com os dados emergidos da pesquisa de campo permitem evidenciar que o perfil dessa gestora não se configura como um atributo presente no processo político, mas um atributo especificamente dela. O que permite perceber que não há uma política de inclusão que alcance a realidade das escolas. Se essa diretora sair, como será feito?

Ainda referente à anamnese realizada na escola, Bolívar informou que a ficha que a escola possui é um modelo que vem da prefeitura, escrita apenas em Português, sem versão em espanhol. Nesse momento, Bolívar evidencia que é um diferencial, pois, no momento do preenchimento, ela faz a leitura em espanhol, fazendo a tradução e ajudando no preenchimento. Orienta que, se as famílias migrantes quiserem, podem responder no idioma materno e que, na escola em que é vice-diretora, as famílias têm essa liberdade.

Um dado relevante revelado durante a entrevista da vice-diretora Bolívar é que “não vem uma orientação específica pra criança estrangeira”, contudo, ela pontua que houve, no ano passado, em 2023, “*uma atividade que veio da Smed sobre as crianças venezuelanas que era para elas expressarem como elas se sentem no ambiente escolar as crianças tinham que fazer um desenho e a gente encaminhou esse material*”.

Entretanto, não houve nenhuma devolutiva por parte da secretaria para a escola. Em seguida, a vice-diretora discorre sobre a oferta de cursos de idioma para as famílias, uma oportunidade de as famílias migrantes fazerem curso de português. Em sua fala, conclui

expondo que não tem uma orientação específica de como tem de ser a adaptação das crianças imigrantes nas escolas. A entrevista não forneceu informações sobre o cotidiano dessas crianças na EMEI Del Esperanza.

5.4.2 A PERCEPÇÃO DAS GESTORAS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Neste subcapítulo, apresentaremos os dados relativos às entrevistas semiestruturadas realizadas com a diretora, a vice-diretora e a coordenadora geral, cujos nomes fictícios são Mérida, Bolívar e Valência, respectivamente, a fim de preservar a identidade das participantes, conforme já informado nesta dissertação. As interlocutoras desta pesquisa consentiram, sem qualquer ônus, que suas respostas fossem incluídas nesta dissertação. O roteiro da entrevista foi estruturado em dez questões, sendo a **primeira resposta** apresentada no Quadro 1, no capítulo dois desta dissertação. Os demais questionamentos foram organizados e analisados buscando-se estabelecerem diálogo com o referencial teórico discutido ao longo do trabalho.

A **segunda questão** da entrevista arguia sobre a orientação que as gestoras davam para sua equipe e estava pautada em quatro eixos. Os quatro pontos estão descritos a seguir: I) Como é a receptividade das crianças imigrantes venezuelanas em sua escola?; II) Como é divulgada a existência de vaga?; III) Existe algum critério para reserva de vagas para a crianças venezuelana? Se sim, elencar para fins de registro.; e V) É realizada alguma anamnese, e se sim em qual idioma?

Destacamos as respostas de Bolívar e Valência, que ocupam o cargo de vice-diretora e diretora, respectivamente:

Bolívar – *O processo de ingresso na prefeitura é o mesmo pra todos, a família tem que fazer o cadastro e geralmente a criança é encaminhada para a escola que seja mais próxima a sua residência. Então as crianças venezuelanas que estão aqui moram no entorno e, em geral, as que recebemos são parentes, irmãos ou primos, então as crianças elas não estão, assim, sozinhas, porque elas vêm acompanhadas de um irmão ou de um parente. E, a princípio, a primeira dificuldade mesmo é o idioma, que geralmente as crianças falam muito pouco, elas entendem o português, mas elas não se comunicam e os pais, geralmente as mães não falam português, elas compreendem, mas não se expressa em português. No começo do ano, passam por essa entrevista, e que as famílias são chamadas e se conversa a respeito da história da criança, né. As crianças já estão há algum tempo na EMEI, que a gente já conhece a história de vida, elas são chamados com atualização de algum outro dado, mas as crianças que são novas, é existe esse cuidado de compreender e de acolher a história. E geralmente quando são as famílias venezuelanas, as professoras me chamam para acompanhar nessa anamnese, por causa do idioma, então eu faço esse papel de intérprete.*

Entrevistadora — *Então, no caso, você as recebe em espanhol?*

Bolívar – *Em espanhol.*

Valência – *Escola é lugar de proteção, então o primeiro passo é acolher essas*

famílias e essas crianças. Fazemos, todo ano faz, mas esse ano a gente adotou sim. Se a criança está bem inserida, se não tem nenhuma novidade na questão, a professora só conversa com a família e responde a anamnese, que a gente pegou para você aqui, só de uma aluna, porque a outra, como a questão da língua é um dificultador para a gente, e a nossa vice-diretora, ela fala espanhol, então ela que fica intermediando isso.

Bolívar apresentou informações sobre o processo de matrícula na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), destacando que, inicialmente, o atendimento às crianças imigrantes não se distingue de forma significativa. Ela observou que, embora as crianças compreendam o idioma português, sua utilização da língua é limitada, uma vez que seus pais ainda não adquiriram a compreensão necessária do idioma. Essa situação corrobora a afirmação de Ghiggi e Coutinho (2022, p. 8), que ressaltam a importância de ampliar a participação das famílias, responsáveis e crianças, tanto nas instituições quanto na elaboração de ações que visem efetivar seus direitos, como a valorização da língua materna e o acesso à língua de acolhida (Ghiggi, Coutinho, 2022, p. 8). Valência, por sua vez, trouxe à tona a diretriz da PBH, que estabelece que a escola deve ser um espaço de proteção. Ela enfatizou que o acolhimento das famílias e das crianças deve ser a prioridade inicial. Entretanto, não detalha as estratégias utilizadas para o acolhimento das crianças. Em relação à anamnese, Valência expressou a crença de que as informações coletadas são escassas, considerando que as crianças já estão inseridas no ambiente escolar. Conforme informado nesta dissertação, as gestoras Mérida e Valência foram entrevistadas no mesmo dia e lugar, por escolha própria. Mérida, ao ouvir a resposta de Valência, não se manifestou, o que nos leva a que ela se sentiu satisfeita com a explicação apresentada pela outra gestora entrevistada.

A **terceira questão** solicitava que as gestoras refletissem sobre possíveis informações prévias, orientações por parte da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte ou da Regional, e ainda sobre o acolhimento de crianças imigrantes.

Bolívar – *não vem uma orientação específica para criança estrangeira e durante o ano houve no ano passado uma atividade que veio da Smed sobre as crianças venezuelanas que era para elas expressarem como elas se sentem no ambiente escolar as crianças tinham que fazer um desenho e a gente encaminhou esse material e também às vezes vem ofertas de cursos de idioma pras família que tem, que são de outros países a gente oferece para as famílias a possibilidade deles fazerem esse curso de português.*

Valência – *Essa documentação chega mais para a secretaria, no momento da matrícula, eles trazem depois. A gente tem acesso a esses documentos, mas ficam arquivados na pasta da criança, na secretaria.*

Mérida – *Eu, particularmente, como coordenadora, nunca tive essa preocupação. Não sei se é uma falha, assim, é esses dados que estão mais específicos, assim, deles, eu não tive essa preocupação, então eu não conheço.*

A terceira questão objetivava saber se as gestoras conheciam os documentos oficiais que versavam sobre as políticas de EI para as crianças imigrantes. A análise da narrativa das entrevistadas indicou que não existe um documento que norteie ou normatize o acesso e a permanência das crianças imigrantes, independente da nacionalidade de origem, conforme podemos perceber nas falas de Bolívar e Mérida.

As respostas apresentadas por Bolívar e Mérida demonstram uma diversidade importante, refletindo as experiências individuais. Notamos que a questão foi respondida parcialmente por ambas as entrevistadas. A realização da entrevista em dupla trouxe alguns desafios adicionais. Além disso, ao mencionar a palavra "anamnese" no início da questão, sem intenção acabamos por direcionar o foco para fornecer elementos sobre o preenchimento da ficha.

Apresentamos a seguinte as perguntas **4 e 5, a saber:** Você conhece os documentos oficiais que versam sobre as políticas de EI para as crianças imigrantes? **A questão 5** Você conhece a situação de imigração das crianças venezuelanas da sua escola? (Imigrantes por crise humanitária do país de origem/Imigrantes por desejo voluntário da família/Não tenho conhecimento/Outro).

Bolívar – *Geralmente é fugindo mesmo dos problemas políticos do país, aí geralmente eles sai passam pela fronteira. E aí ficam vivendo um tempo ali na fronteira da Venezuela com Brasil.*

Entrevistadora – *Roraima, Lá em cima.*

Bolívar – *Isso. Lá em cima e lá fazem a documentação, conseguem tirar o visto.*

Entrevistadora – *Sim, sim.*

Bolívar – *E depois eles migram para as outras regiões do Brasil, no caso as famílias que a gente tem aqui são parentes (...) vem de lá migram pra São Paulo, vem para cá, as famílias que nós temos hoje veio irmão, mãe, pai, um grupo grande de parentes.*

Nesse trecho, observamos que Bolívar demonstra algum conhecimento prévio sobre as condições de entrada dos familiares das crianças imigrantes no Brasil. Demonstrou saber as condições desses sujeitos em seu contexto familiar. A resposta de Mérida sugere que a falta de informações provenientes dos órgãos superiores impõe à escola a responsabilidade de encontrar soluções para atender às necessidades das crianças. Essa situação evidencia a importância da comunicação e do suporte institucional para que as gestoras possam desempenhar suas funções de maneira eficaz, garantindo, assim, um ambiente educacional adequado e inclusivo. A ausência de dados pelo órgãos educacionais é relatada por Baena (2020), em sua pesquisa intitulada **Políticas públicas educacionais brasileiras:** a recepção da criança migrantes e refugiada no espaço escolar da rede pública de educação de Curitiba, pontua que

[...] sobre crianças migrantes e refugiadas em Curitiba podem indicar a inexistência desses mecanismos de respostas, ou seja, de políticas públicas dirigidas a elas. Pode, inclusive, apontar a invisibilidade do debate sobre o tema, tanto na sociedade em geral como nas instâncias responsáveis pela garantia e pela implementação do direito à educação das crianças, bem como pelos órgãos de fiscalização e controle das ações do executivo (Baena, 2020, p. 123).

A escola recebe as crianças e efetua a matrícula, conforme orientação da Smed-BH havendo ou não vagas. Destacamos que, quando não há vagas na escola, é instituída a matrícula compulsória por meio da Portaria Smed nº 157/2021 (Anexo F).

Na **Questão 6A**, questionamos sobre o processo de matrículas de imigrantes em Belo Horizonte e em especial na EMEI Del Esperanza, obtivemos a seguinte resposta de Bolívar, de que a criança “*passa pelo mesmo processo de cadastro, de matrícula*” e informou que quando as famílias não sabem cadastrar: “*A prefeitura oferece é suporte (...tecnológico) tecnológico, oferece números telefônicos, mas pela questão do idioma, é sempre um dificultador, quando eles veem a escola, a gente conversa eu dou orientações específicas, quais são as documentações que precisa*”.

Valência explanou a seguinte argumentação:

Valência – *Bom, eu acho que na normalidade ela tem que entrar no site da prefeitura, com CPF da criança fazer inscrição, aguardar a data de resposta. Procurar a escola com toda a documentação exigida para conseguir a matrícula, no caso “delas” acho que há uma abertura pra que quando essa criança que chega no Brasil, ela não passe por esse processo, até porque a época de cadastro é uma só, duas, né, faz uma em agosto, abre novamente tendo vagas em janeiro. Então essa criança, ela tem matrícula compulsória é uma matrícula de necessidade, essa criança é vista como a gente assim, chega uma criança deficiente, a gente tendo vaga ou não, a gente já aceita. A mesma coisa pra essa criança, pensa bem você chegar num país estranho que você ainda não tem emprego, que você não tem moradia, e você não ser aceito pelo menos na escola, que é um lugar em que a criança vai ficar, vai ter alimentação. E vai possibilitar aos pais procurar trabalho, procurar se desenvolver, eu acho, essas crianças venezuelanas, se for possível, elas passam por esse processo como, por exemplo, criança nossa que tá na turma de 5 anos, que sai da Educação Infantil vai para o Ensino Fundamental, ela também faz o cadastro, só que aí é nossa criança. Conhecemos a família, orientar essa família é nosso dever, e família já tem após um tempo no Brasil facilidade em entrar no mesmo esquema. Quando chega, não.*

Na fala de Valência, observamos uma compreensão clara sobre a matrícula compulsória de crianças, especialmente no contexto de crianças com deficiência e imigrantes. Valência enfatiza que a matrícula é considerada uma necessidade, indicando que, independentemente da disponibilidade de vagas, a inclusão de crianças com deficiência é uma prioridade. Essa perspectiva sugere que, mesmo na ausência de documentação que regularize a matrícula, a vaga é destinada a crianças imigrantes sob a justificativa de necessidade. Assim, Valência destaca a

importância da inclusão e do direito à educação, reconhecendo que a situação de vulnerabilidade dessas crianças demanda uma abordagem mais flexível e humanitária por parte das instituições educacionais. A CF/88 traz no “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Assim, justifica-se a fala de Valência, no que tange a abordagem mais flexível e humanitária.

Na **Questão 6B**, apresentamos indagações sobre alimentação, diversidade cultural e bilinguismo. As gestoras se posicionaram com as seguintes respostas:

Bolívar – *Isso é uma questão importante porque o arroz e o feijão é um hábito do Brasil (certo) mas os países latinos americanos não comem feijão e algumas crianças nossas venezuelanas a família nos pediu para não oferecer o feijão diariamente porque estavam tendo diarreia, mal estar nelas, aí nós conversamos com a equipe de nutrição, né, com a supervisora de alimentação, aí ela falou que é importante respeitar cultura mas também oferecer aquilo que tem de novo, então a gente vai dialogando oferece para a criança, geralmente são crianças que se alimentam bem, elas não são seletivas, elas aceitam o que a escola oferece alimentação, se alimentam de tudo não tem essa dificuldade, mas quando apresentam uma dificuldade alimentar, a gente, é dialoga com a família, pergunta se acha que a gente pode tirar, fazer uma experiência, a gente tem tido esse cuidado também.*

Valência apresentou uma resposta mais sucinta, pontuando sua percepção sobre o que vivenciou. “*A gente vê alimentação, chegam muito com a questão do feijão, de não comer o feijão. A gente respeita isso, mas a gente oferece, pra ver se a criança quer, se a criança aceita, se passa a fazer parte da alimentação dela, mas a gente respeita o que a família solicita*”.

Valência – *Nós não podemos obrigar uma criança comer abobrinha se ela não gosta de abobrinha, tem criança que não gosta de ovo, a gente não obriga a comer ovo...*

Mérida – *Acho que isso não difere das outras crianças, sinceramente, agora eu não sabia, que não comia feijão na Venezuela, acho que falta na gente, conhecer um pouco da cultura desse país, sabe, a gente não para, e fala “pera aí” vamos estudar essa cultura, o que esse povo come, como que é o dia a dia deles lá, né?. Como é o ritual, a dinâmica, como eles vivem, o que eles comem, o que eles fazem, temperatura, até isso influencia, né, eu acho que isso é uma lacuna que a gente tem. Escola c sabe,*

Entrevistadora – *é um organismo vivo,*

Mérida – *Se a gente conhecesse isso, talvez a gente se aproximasse mais, a questão da língua é um grande entrave, principalmente a criança pequena que entra que tá numa fase de desenvolvimento da linguagem, então, assim vou te dá um exemplo de criança que entrou na turma de 2 anos, ela se torna uma criança mais retraída, mas quietinha, porque essa dificuldade da língua, ela... faz ela não ter muita compreensão, então assim, a gente tem que mostrar fotografia, desenho, das coisas para ela ir entendendo. Nesse segundo semestre, quando a criança começa a se apropriar mais da nossa língua, né, ela vai desenvolvendo mais, essa fase em que a criança, desenvolve a linguagem oral, começa a contar as coisas, eu acho que o fato dela não falar nossa língua atrasa um pouco o desenvolvimento dela. E em proporção, eu não vejo a família falando português com eles em casa também, a medida que vai conhecendo nossa língua porque teria que ser uma via de mão dupla,*

a família lá e a gente aqui, e a gente também saber algumas palavras específicas em espanhol para tentar conversar com as crianças, né, quando o professor tem essa acuidade é melhor, aqui na escola, a gente tem a Bolívar que fala, porque o marido dela é, então todas as vezes a gente é... pede socorro, mas agora, por exemplo, a criança que entrou com 3 anos, e tá com 5 anos, a relação com a família melhorou mais para conversar. A gente aqui, a escola é muito aberta à família, com todos, essa parte, é super tranquilo com isso.

O Brasil, embora seja um país latino e geograficamente situado na América Latina, apresenta características culturais, linguísticas e históricas que o diferenciam de muitos dos países vizinhos hispano-americanos. Enquanto aqui se fala português — oral ou escrito —, os demais falam espanhol, dado as diferentes colonizadores, fomos colonizados *a priori* pelos portugueses, e os demais por país hiponohalantes. A questão ao expor hábitos alimentares venezuelanos demandou uma investigação para alguma produção científica que descrevesse se o feijão fazia parte ou não da alimentação na Venezuela. A resposta foi encontrada em Sousa (2019), em seu artigo “Comida chegada: uma visão sobre a produção de pratos venezuelanos e sua relevância no contexto gastronômico-cultural da Feira Chega Junto”, ao postular que

um prato do dia a dia, composto por arroz, feijão preto, carne desfiada e banana da terra. O fato de ser um prato consumido quase diariamente pela maior parte da população venezuelana possivelmente contribui para que ele seja percebido como uma comida representativa. (Sousa, 2019, p. 41).

Assim, podemos inferir que a maneira como os brasileiros preparam o feijão é que pode ser a causa dos problemas alimentares declarados na fala de Bolívar e reproduzidos na fala de Valência. Ela deixa evidenciada a importância de ofertar a alimentação brasileira até que as crianças venezuelanas se acostumem e tais alimentos passem a fazer parte do seu dia a dia. Mérida ainda retrata a importância de conhecer um pouco da cultura venezuelana, mas não menciona intenção de inserção da cultura venezuelana na rotina escolar ou nas práticas educativas das turmas em que as crianças venezuelanas estão inseridas.

Por conseguinte, a **Questão 7** indagava sobre a realização da anamnese com os familiares das crianças e em qual idioma. As respostas para tal indagação podem ser constatadas no Quadro 9, quando foi mencionada a palavra anamnese.

Questão 8, sobre a orientação específica da equipe gestora para os profissionais da escola sobre o atendimento das crianças venezuelanas, obtivemos a seguinte resposta de Bolívar:

Bolívar – são as mesmas informações, e o professor tem um cuidado especial pela questão do idioma, né, procura garantir que a criança se expresse e que seja compreendida e compreenda também o professor. **Quando o professor sente que não**

consegue, aí eles me acionam, me pedem pra ir, aí eu converso com a criança no idioma nativo, tento fazer/construir vínculos com elas, pra que ela se sinta acolhida, pra que ela sinta que tem alguém na escola que compreende. E o mesmo com a família, eu sempre tenho reunião com a família, eu estou presente para que a família sinta que está sendo compreendida e que possa compreender as informações que a escola estejam dando pra ela.

No tocante a fala supracitada de Mérida, vale considerar o que Melman (1992, p. 15) disse a respeito, pois “Saber uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, que o que ela fala em você se enuncia por sua boca como destacado a título do ‘eu’”. Nesse contexto, novamente ressaltamos a relevância da atuação de Bolívar, pois, “Conhecer uma língua quer dizer ser capaz de traduzir mentalmente, a partir da língua que se sabe, a língua que se conhece. Desde então, não falamos mais do mesmo lugar, nos comunicamos” (Melman, 1992, p. 15). Desse modo, inferimos que a comunicação estabelecida por Bolívar constitui um caminho de segurança para assegurar a permanência e o sentimento de pertencimento das famílias migrantes venezuelanas.

A **Questão 9** solicitava às gestoras que comentassem os desafios e as estratégias elaboradas para o atendimento das crianças venezuelanas de 0 a 3 anos, em termos do acesso e da permanência na escola. Os participantes, em diferentes momentos, referiram-se a esse aspecto, o que demonstra a sua relevância no contexto dessa questão do questionário. Ressaltamos que para lidar com os desafios pontuados, a presença de uma vice-diretora hispanohablante na EMEI Del Esperanza é, de fato, uma estratégia valiosa que facilita o acesso e permanência das crianças, promovendo um ambiente mais inclusivo. A adaptação segundo Amado (2013, p. 7-8) é um “importante meio de integração social por fornecer competências essenciais ao nível dos contactos pessoais e sociais, do desempenho e evolução escolares e profissionais e da resolução de problemas do quotidiano”.

A questão 9 foi elaborada com o intuito de articular informações sobre a permanência de crianças venezuelanas na faixa etária de 0 a 3 anos. No entanto, nos dados coletados não foi possível uma percepção mais clara sobre as dinâmicas que envolvem essa permanência. Indagamos se houve um movimento efetivo das gestoras, além do papel de Bolívar, para que essas crianças se sentissem acolhidas ou se as crianças apenas passaram inviabilizadas durante o período que frequentaram a EMEI.

Quando, na **questão 10**, perguntamos às entrevistadas se havia mais alguma informação que gostariam de acrescentar e que não foi contemplada na entrevista. Bolívar se posicionou:

Bolívar – *Eu acho que seria ideal que a rede municipal de educação tivesse um olhar diferenciado para as famílias imigrantes que estão cada vez mais presentes né*

faz alguns anos que todos os anos nos temos (famílias) crianças mais sistematicamente não existe uma proposta específica, né, e eu acho que é uma necessidade, assim como a gente tem cuidado com a inclusão, tem colocado práticas de acessíveis pra nós brasileiro o acesso à escola seja não tão pra tirar essas dificuldades, a gente sabe que para o imigrantes, elas são maiores ainda, o que o sistema, a secretaria de educação, pudesse disponibilizar, o departamento tratasse especificamente dessas questões, tem da inclusão, existe, mas aqui, no dia a dia, no concreto, exige mais bom senso e um pouco mais de sensibilidade da nossa parte para que isso aconteça.

Em sua resposta, a vice-diretora Bolívar argumenta que seria desejável que a rede municipal de educação adotasse uma abordagem diferenciada no que diz respeito às famílias imigrantes, reconhecendo tanto a diversidade cultural como as especificidades que estas aportam no contexto escolar. Contudo, a responsabilidade por essa adaptação tem recaído unicamente sobre os atores educacionais que atuam no chão da escola, os quais, de forma isolada, têm recorrido à sua própria sensibilidade para lidar com essas situações. Tal cenário evidencia que as ações realizadas permanecem no âmbito individual, sem uma política mais bem consolidada e articulada institucional.

Bolívar, por ser hispanohablante, teve muita propriedade para esclarecer questões relacionadas a língua e cultura das crianças que estão na EMEI Del Esperanza. Durante a entrevista, demonstrou uma vivência cultural e uma aproximação com as famílias de imigrantes. Freitas e Silva, ao citarem Ghiggi e Coutinho em seu artigo “Revisão de literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021)”, explicam que, “[...] [o] ...professor em relação à diferença idiomática[,] é um fator decisivo na estabilização emocional das crianças” (Freitas; Silva, 2015, p. 690). Potencializa o desenvolvimento das crianças imigrantes e sua comunicação efetiva de sua vida cotidiana ligadas a sua língua materna.

Dessa forma, consideramos que as informações solicitadas já estavam devidamente contempladas nas contribuições previamente apresentadas pelos respondentes. Portanto, não havia necessidade de reiterar considerações sobre tópicos já mencionados.

A entrevista semiestruturada permitiu uma abordagem flexível que ajudou a evitar repetições e a manter a clareza nas discussões. O fato de não encontrarmos respostas para determinadas perguntas pode ter ocorrido por diversos fatores, tais como: realização da entrevista em dupla ou mesmo ausência de informação por parte da respondente. Ainda há a hipótese de que o questionamento não foi respondido claramente em determinadas perguntas, porque as entrevistadas podem ter desconsiderado a pergunta e optaram por não responder.

A seguir, procederemos com a análise dos documentos de ficha de anamnese, enfocando as informações fornecidas pelas famílias à EMEI participante da pesquisa. Esta análise buscou

identificar os dados elencados no formulário, bem como a língua utilizada por elas durante o processo de comunicação, seja o português ou o espanhol. A escolha da língua pode refletir não apenas a proficiência linguística dos participantes, mas também aspectos culturais e identitários que influenciam a dinâmica familiar e a integração social. Assim, a análise das respostas objetivou ter uma compreensão mais aprofundada das necessidades e desafios enfrentados por essas gestoras e também pelas famílias, contribuindo para a formulação de estratégias que visem à melhoria do atendimento e acolhimento no contexto educacional.

5.4.3 A FICHA DE ANAMNESE: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

A EMEI Del Esperanza disponibilizou as fichas de anamnese (Apêndice G) das crianças venezuelanas, matriculadas no ano de 2024, notamos que das três crianças matriculadas, duas são irmãs. Contudo, na ficha das duas irmãs, o campo destinado à identificação de cor foi preenchido selecionando a cor parda em apenas um dos formulários.

Ao analisar as fichas propostas, não existe campo específico que indique se a criança é brasileira ou de outra nacionalidade, este é um ponto a ser repensado pela Smed/BH, para que os formulários possam ser mais fidedignos às especificidades de cada criança imigrante. Chegamos a essa conclusão ao observar que algumas das respostas na anamnese estão redigidas em língua espanhola.

Silva (2021), ao pesquisar sobre imigrantes haitianos no município de Contagem, apontou que a Secretaria de Educação do Município de Contagem (SEDUC) não consegue atender à procura das instituições de ensino, pois não existe uma equipe técnica qualificada que possa traduzir os documentos que as famílias imigrantes apresentam, “[...] assim, fica a cargo das escolas a tradução dos documentos escolares dos (as) alunos (as) de outras nacionalidades” (Silva, 2021, p. 89).

O campo 1, destinado a obter informações sobre as condições habitacionais, revela dados importantes, que indicam que a família venezuelana reside em uma casa alugada com apenas um cômodo para cinco pessoas, sendo duas adultas e três crianças, sem descrever mais informações a respeito das condições de moradia da família. Pensar sobre as condições de sobrevivência, sobre o acolhimento das famílias para acesso e permanência das crianças, corroboramos a fala de Nogueira (2025, p. 110) de que “os dados coletados nos impulsionam a refletir sobre o cenário brasileiro no que diz respeito às desigualdades”. No preenchimento da anamnese, há uma desigualdade na obtenção de informações claras devido às barreiras linguísticas. Essa dificuldade é amenizada quando a vice-diretora Bolívar, que fala espanhol,

atua como mediadora. O campo referente ao nível de escolaridade, não foi preenchido, assim como a questão sobre a religião da família. Essas lacunas podem dificultar a compreensão do contexto familiar e social das crianças. A falta de informações detalhadas destaca a importância de estratégias mais inclusivas. Assim, é fundamental garantir acesso às informações de forma adequada, respeitando as diferenças culturais e linguísticas.

A idade da mãe ao ter sua primeira gestação aos 17 anos é um aspecto significativo que pode refletir diversas questões sociais e culturais. Ter um filho tão jovem pode impactar a trajetória de vida da mulher, incluindo suas oportunidades educacionais e profissionais. O fato de sua primogênita ter nascido quando ela tinha apenas 18 anos pode significar o que dizem Silva e Salomão (2003, p. 142): “a gravidez na adolescência ainda representa um importante problema de saúde pública, demandando ações de prevenção e apoio às jovens mães”, indicando que pode acarretar desafios adicionais, como a dificuldade de equilibrar as responsabilidades de cuidar de um filho com o seu crescimento pessoal e profissional. No entanto, a ausência de dados sobre a escolaridade da mãe restringe nossa compreensão plena de sua trajetória de vida.

A educação escolar pode desempenhar um papel fundamental na formação das oportunidades de emprego, além de influenciar diretamente as práticas de criação e as expectativas que uma mãe tem para o futuro de seus filhos. O nível de escolaridade pode afetar a maneira como as mães percebem suas responsabilidades parentais, bem como as estratégias que adotam na educação dos seus filhos. Além disso, a idade da mãe também pode estar relacionada às suas experiências de vida, recursos disponíveis e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, fatores que impactam suas decisões e ações. No entanto, a ausência de dados específicos sobre esses aspectos limita a possibilidade de realizar uma análise mais detalhada e conclusiva. Sem essas informações, torna-se difícil compreender de que forma a combinação de idade e nível de escolaridade influencia as experiências parentais e as expectativas futuras. Assim, a compreensão completa desse fenômeno requer uma investigação mais aprofundada, que considere esses fatores de forma integrada. Essa análise é essencial para desenvolver políticas e intervenções mais eficazes, voltadas ao apoio às mães em diferentes contextos socioeducacionais.

As informações no campo saúde, indicam que a família já está cadastrada em uma unidade de saúde próxima à residência e também, nesse trecho, o preenchimento da ficha aparece com palavras em espanhol deixa transparecer que se trata de uma família de imigrantes. Se não fossem por esses detalhes, a ficha de anamnese deixaria de conter informações relevantes sobre a especificidade da criança, que é o fato dela ser imigrante.

A CF/88, Artigo 196, preconiza que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado,

garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. As famílias, ao acessarem a unidade de saúde pública, tornam-se participes dos direitos garantidos pela Constituição cidadã.

Entretanto, é válido pontuar que a família mora bem próxima à EMEI e que, na fala de Bolívar, é possível constatar que foi um caso de matrícula compulsória. Ademais, a família reside de aluguel em uma casa situada em um beco e, com isso, é possível entender sobre as condições precárias que tal família venezuelana deve estar passando. A Lei nº 13.445/2017, a Lei da Imigração, modernizou a legislação migratória brasileira, substituindo o Estatuto do Estrangeiro. Ela promove uma abordagem mais humanizada, reconhecendo os direitos dos migrantes e refugiados, independentemente de sua origem. A lei elimina conceitos de “imigrante ilegal”, substituindo por “imigrante irregular”, buscando garantir direitos iguais a todos. Além disso, ela facilita processos de regularização e permanência no país, promovendo a integração social. A legislação também reforça a cooperação internacional e o combate ao tráfico de pessoas. Ela valoriza a diversidade cultural e reconhece a migração como fenômeno social, econômico e cultural. A lei busca equilibrar segurança e direitos humanos, promovendo uma política migratória mais justa e inclusiva. Assim, ela representa um avanço na proteção dos direitos dos migrantes no Brasil.

O Art. 3º, normatiza que a política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes preconiza no “parágrafo XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (Brasil, 2017); dentre outros direitos. Se a família está em situação precária, tem por direito legal acessar os poderes públicos para obterem melhores condições para sua sobrevivência. Pontuamos que essa família tem usufruado de dois direitos básicos: saúde e educação para as crianças. No Brasil, os dilemas da habitação são evidentes ao constatar a existência de inúmeros becos, favelas e aglomerados, que refletem uma desigualdade social profunda. Essas condições mostram como a moradia muitas vezes é um privilégio, e não um direito garantido a todos. Com a chegada de famílias venezuelanas, essa realidade tende a se ampliar, somando-se às dificuldades já existentes. Essa expansão da desigualdade pode gerar ainda mais tensões sociais, dificultando a integração e o acesso a direitos básicos. É importante refletirmos sobre como políticas públicas e ações inclusivas podem ajudar a reduzir essas disparidades e promover uma convivência mais justa para todos.

O campo *Histórico da criança*, revela dados importantes em relação as condições de

nascimento, cuidados com alimentação e quando essas crianças estão em casa com quem ficam quem é / são responsável (eis) pelos cuidados. Em consonância com Carnicer (2016, p. 23) “Se, no estudo da migração, consideramos não só a família nuclear de pais e filhos, mas também outras gerações e relacionamentos, descobrimos que há uma complexa teia de relações que servem ao apoio mútuo e à prosperidade e bem-estar comuns”. Por isso essas informações são relevantes e seria necessário que essas questões fossem feitas na língua em que as famílias pudessem compreender melhor.

A análise dessa parte da anamnese permite visualizar um pouco do histórico migratório da família, revelando um padrão significativo de deslocamento dentro do território brasileiro. Há três anos, a família residia em São Paulo, enquanto há cinco anos estava estabelecida em Roraima. A possível mudança para Belo Horizonte, ocorreu entres os anos de 2023/2024, sugerindo um contínuo movimento migratório que pode ser influenciado por diversos fatores, como oportunidades de trabalho, condições de vida e redes de apoio social. Durante a leitura dessa páginas apareceram as seguintes palavras em espanhol: Bien, Muñeca, televison, tranquilo, abuela respectivamente: bem, boneca, televisão e avó, possibilitando concluir que a ficha foi preenchida pelo familiar responsável pela anamnese, que foi a mãe, conforme informado pelas gestoras.

Ao analisarmos os documentos referentes as fichas de anamnese das crianças, observamos que duas crianças, foram registradas como nascidas no Brasil, entretanto, foram categorizadas e declaradas pelos documentos da Smed/BH e também pela escola como crianças venezuelanas. Analisar esse dado nos desafiou, pois concluímos ao término da pesquisa que devido à forte influência da cultura venezuelana na rotina familiar e também pelos históricos e vivências das famílias, mesmo essas crianças tendo nascido em diferentes estados brasileiros, seus familiares optaram por registrar a nacionalidade como venezuelana na marcação do formulário da anamnese. Inferimos que tal situação ocorre ainda possivelmente por questões de identidade ou culturais.

Cabe ainda destacarmos que, além disso, a planilha enviada pela gerência educacional não diferencia crianças venezuelanas de aquelas nascidas no Brasil, mesmo sendo filhas de pais venezuelanos. Essa ausência de distinção pode dificultar a compreensão das necessidades específicas de cada grupo. Portanto, é fundamental considerar essas particularidades para oferecer uma abordagem mais sensível e adequada às realidades de cada criança. Essa análise reforça a importância de uma documentação mais detalhada, que permita um melhor entendimento e atendimento às diferenças culturais e de origem.

No campo intitulado “Avaliação da Anamnese”, ao ler as respostas registradas, notamos

que houve uma dificuldade para registrar as informações através de uma língua acessível ao imigrante, sendo que ficou visível que a família imigrante ainda não domina a escrita utilizando a língua portuguesa. Esse familiar respondeu apenas à primeira parte e em sua língua materna, o espanhol. As demais questões ficaram em branco, o que nos leva a formular duas hipóteses: porque não entendeu a pergunta que está em português ou porque não teve a possibilidade de interpretá-la.

Sobre esse tema, Hall (2006, p. 40) pontua que “Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais”.

A partir dessa ausência de informação nesse espaço da anamnese, fica evidenciado que as famílias não apresentam uma compreensão plena da língua portuguesa. Os dados analisados nesse item indicam algumas pistas para que a Smed-BH reveja o tipo de formulário apresentado, a tradução urgente em língua acessível e a necessidade de formulação de orientações específicas para a aplicação desse instrumento, tornando o processo de acolhimento mais eficaz e conseqüentemente melhorando a qualidade do atendimento para essas crianças e famílias.

No capítulo sete, abordaremos o produto educacional, apresentaremos informações relevantes sobre a sua disponibilização e o público-alvo a que se destina, visando esclarecer as características do produto, bem como as estratégias de distribuição e os beneficiários diretos do mesmo, contribuindo para uma compreensão mais ampla de sua aplicação e impacto no contexto educacional.

CAPÍTULO 7 — PRODUTO EDUCACIONAL

Sobre o produto educacional proposto para esta pesquisa, cabe descrever que, inicialmente, estavam previstos dois produtos educacionais: a criação de um portfólio digital e uma cartilha. O portfólio digital seria hospedado no *site* da PBH, voltado para os profissionais da educação que atuam nas escolas de EI da PBH, contendo informações e sugestões para as gestoras e uma cartilha destinada para as famílias imigrantes, para orientá-las de como proceder para matricular suas crianças na EI. Ambos contendo os principais achados de pesquisa. Entretanto, em função do tempo, a demora por adesão das escolas e outros fatores relacionados à ética em pesquisa, optamos por manter um único produto: a cartilha (Figura 21; Apêndice C).

Figura 22– Capa da Cartilha **Atendimento na Educação Infantil de Crianças Venezuelanas em Belo Horizonte**



Fonte: Elaboração própria (2024).

Manteve-se a ideia de que a cartilha é um tipo de devolutiva mais acessível para as famílias, podendo ser digital e/ou impressa com o idioma em espanhol e em português. O intuito foi que a cartilha tivesse uma estrutura mais dinâmica, por exemplo, com uso de recursos de diagramação como boxes: “Você sabia?”, com alertas importantes e com um *design* mais prático, com *QRcode*, quando possível, e com recursos imagéticos, contando com o suporte de *design* educacional.

Para criar a cartilha de modo interativo, a proposta inicial era de utilizar o *software*

FlipHTML5, que é um criador gratuito de revistas que permite que usuários de todos os níveis convertam seu conteúdo (PDF, Office, imagens) em publicação HTML5, com um efeito interessante de virar a página. Contudo, ao realizar o cadastro no *site*, ficou evidente que o uso gratuito é restrito e, sendo assim, a criação da cartilha passou a ser confeccionada por meio do programa de *Power Point*. A versão final da cartilha foi editada utilizando-se o recurso *Flipbook*.

A cartilha teve o objetivo de contribuir com o campo da EI articulada ao campo das políticas públicas, sendo um recurso de esclarecimento para famílias migrantes e com temáticas presentes cotidianamente nos contextos das escolas e creches municipais de Belo Horizonte. Ainda pode servir de suporte para os profissionais que estão nas escolas quando realizam trabalhos junto às famílias.

Após o exame de qualificação, foi possível finalizar a proposta da cartilha, que foi apresentada para as gestoras participantes da pesquisa. Disponibilizamos no formato *online*, o acesso à cartilha, para as gestoras que foram entrevistadas. Recebemos o retorno de apenas uma das gestoras, que analisou a cartilha como um recurso valioso. Consideramos que seria importante uma testagem do material, entretanto, em função dos limites de tempo, os possíveis *feedbacks por parte da Smed-BH e da escola poderão posteriormente ser incorporados para aprimorá-la*.

Deixamos como temática para futuras pesquisas, a indicação de investigações sobre a funcionalidade dos recursos gerados no Promestre, principalmente referente a famílias venezuelanas, uma vez que desconhecemos e também não encontramos materiais que tenham sido produzidos sobre o tema aqui proposto.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e compreender as políticas públicas da Smed-BH no tocante ao acesso e a permanência de crianças de 0 a 3 anos, imigrantes venezuelanas na EI, a partir das percepções de gestores escolares. Iniciamos esta pesquisa com questionamentos que indagavam sobre a infância migrante na EI brasileira e na EI do município de Belo Horizonte MG.

Ao longo da investigação, formulamos um conjunto de questões, tais como: Há documentos específicos na RME-BH que mencionem os direitos de crianças venezuelanas? E os gestores, o que pensam sobre o tema do acesso e da permanência de crianças venezuelanas na EI? Quais são as políticas existentes na PBH? Se considerarmos a criança originária de outros países, como é pensada a política educacional para elas? Há alguma interface entre as políticas da assistência social e as políticas educacionais que garantam uma rede de proteção e cuidado para essas crianças venezuelanas?

Registramos, ao longo da pesquisa, os dados que foram possíveis de serem coletados. Após o exame de qualificação, atualizamos os dados referentes aos anos de 2024 até 2025, pois retornamos a campo para buscar completar informações.

O estudo cumpriu os objetivos específicos elencados, entretanto, também destacamos que tivemos um conjunto de percalços, como a dinâmica das escolas, o lugar que a pesquisa ocupa no cotidiano das pessoas que exercem funções de gestão escolar, a sobrecarga que existe no cotidiano das EMEIs, com urgências e uma dinâmica corrida.

Diante dos desafios que o campo nos revelou, foi possível compreender a partir das fichas de anamneses que se faz necessário que tal formulário seja aplicado na língua materna do imigrante.

Ainda dentre os resultados encontrados, foi possível ter acesso aos dados sobre as crianças imigrantes na RME-BH, fornecida pela Gerência de Informações Educacionais – GINED, referente o acolhimento e à permanência de crianças de 0 a 3 anos. Identificamos que não existem informações sobre a existência de crianças migrantes na rede parceira ou conveniada.

Os dados revelam que o maior quantitativo de crianças imigrantes é oriundo dos EUA, o que indica a possibilidade de futuros estudos que foquem nos países de origem de crianças migrantes. Sugerimos para futuras pesquisas a temática de crianças imigrantes de 4 a 5 anos e 11 meses; bem como uma pesquisa em que as famílias possam ser ouvidas, uma possibilidade seria a utilização da metodologia de história de vida; ainda sugerimos também uma pesquisa

intersetorial que possa contribuir para a elaboração de políticas públicas para migrantes e que analise as aproximações do campo da assistência social ao campo educação.

A respeito do debate sobre o acesso e a permanência, foi possível constatar que o acesso das crianças venezuelanas está garantido, contudo as informações foram incipientes, para compreender como ocorre a permanência das crianças na EMEI. A qualidade do atendimento ainda merece análises mais aprofundadas em futuras pesquisas.

Sobre a caracterização da população de imigrantes que frequentam a Educação Infantil no sistema de ensino público do Município de Belo Horizonte. Esse objetivo foi alcançado quando o setor responsável disponibilizou os dados referentes aos anos de 2024 e 2025.

Percebemos ainda, ao analisarmos os dados, que as entrevistas não mencionam ações desenvolvidas pela assistência social às famílias imigrantes e nem foram constadas ações detalhadas que descrevem as ações políticas intersetoriais para garantir o acesso e a permanência das crianças venezuelanas na EI.

No que se refere à realização do levantamento de documentos oficiais que versem sobre as políticas de EI para crianças imigrantes nacionais e municipais, atingimos o objetivo proposto.

A chegada de crianças imigrantes venezuelanas à RME-BH na EI tem demandado o fomento de políticas públicas para a adequação de informações sobre matrícula, nas unidades escolares e a capacitação dos (as) dos agentes envolvidos nesse processo para acolher tais crianças, conforme institui a CF/88, a LDB (Brasil, 1996) e a Lei da Imigração (Brasil, 2017).

Para além da matrícula, a permanência ainda necessita ser pautada do campo do direito das crianças de se desenvolverem como sujeitos independente de seus países de origem.

Consideramos ainda como resultado da investigação, a partir das análises das gestores, que existe uma lacuna em relação às informações dos procedimentos técnicos/educacionais por parte dos órgãos educacionais do município, e que as mediações que são realizados com essas crianças partem mais de ações individuais, conhecimentos que as gestoras vão adquirindo ao longo dos anos, através das práticas docentes e buscas pessoais para obter a formação necessária para criar um ambiente inclusivo para essas crianças imigrantes, falantes de espanhol.

Ainda sobre as fichas das anamneses, percebemos que muitos elementos nesse documento ficaram sem discussão e não foram preenchidos pelos respondentes. Indagamos sobre a pouca compreensão da língua portuguesa pelos imigrantes venezuelanos, o que pode ser melhor analisado a partir de futuras pesquisas contemplando outras EMEIs, uma vez que os formulários são padronizados para toda a rede municipal.

Sugerimos a necessidade da Smed-BH reavaliar e disponibilizar a ficha ananese nos

idiomas dos países imigrantes mais recorrentes na rede da PBH, visando atender os diferentes públicos imigrantes que estão inseridos nas escolas da rede, considerando que a Smed-BH dispõe do mapeamento migratório na educação.

Ao término do estudo, constatamos que a pesquisa identifica a necessidade de maior articulação e interface entre as políticas de assistência social e as políticas educacionais, de modo a assegurar uma rede integrada de proteção e cuidado para as crianças venezuelanas.

Em termos dos registros formais examinados e encontrados nos documentos oficiais que regem a política pública de Belo Horizonte/MG, identificamos elementos sobre o direito ao acesso e à permanência com qualidade na EI de crianças imigrantes desde a mais tenra idade.

Por fim, reafirmamos a importância da gestão para orquestrar o trabalho na instituição escola, para atuar na consolidação e na articulação de políticas entre a gestão da Smed e os docentes, famílias, crianças e funcionários da escola. Este estudo evidencia um esforço colaborativo e sistemático no enfrentamento dos problemas relativos à inclusão e à permanência escolar das crianças imigrantes, visando a uma educação mais equitativa e acessível.

Chegamos ao final do processo investigativo, reafirmamos e enalteçemos a fala de *Valência*, ao afirmar que a *Escola é lugar de proteção, então o primeiro passo é acolher essas famílias e essas crianças*, e que as políticas públicas destinadas ao setor educacional sejam mais efetivas, práticas e significativas na vida das famílias e das profissionais que recebem as crianças imigrantes venezuelanas e, também, de outras nacionalidades.

REFERÊNCIAS

- ALCUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida**. 2017. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.
- ALMEIDA, Carmem Lúcia Leal. **Integração de novas tecnologias na educação infantil: estudo de um projeto nas UMEIS de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018.
- ALVES, Magda. **A voz de estudantes bolivianos em uma escola pública da Cidade de São Paulo**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) — Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da SIPLE**, Brasília, ano 4, n. 2, out 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272394920_O_ensino_de_portugues_como_lingua_de_acolhimento_para_refugiados. Acesso em: 01 Abr. 2025.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Decisão da Venezuela em barrar observadores da UE reflete intenção de mascarar o processo eleitoral [entrevista a Roxane Ré]. **Jornal da USP no Ar**, n. 07, jun. 2024, 2024.
- ARRAIZ LUCCA, Rafael. **Venezuela: 1830 a nuestros días**. Breve história política Venezuela: Editora Alfa, 2007.
- ÁVILA, Fernanda Cecília Farias de. **Alfabetização e letramento na educação infantil: análise das concepções dos professores da UMEI do município de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AREJ3P/1/disserta__o_fernanda__vila_e_produto.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.
- BAENA, Ana Paula Ribeyre. **Políticas públicas educacionais brasileiras: a recepção da criança migrante e refugiada no espaço escolar da rede pública de educação de Curitiba**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.
- BATISTA, Bruna *et al.* Técnicas de recolha de dados em investigação: Inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. In: SÁ, Patrícia; COSTA, António Pedro; MOREIRA, António (coords.). **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados**, v. 2. Aveiro: Editora UA, 2021. p. 13-36.
- BELO HORIZONTE. Ato administrativo: Atos do Prefeito. Edição: 7189. Edição Extra. Ano XXXI. 03/02/2025. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/455754>.

Acesso em: 28 mar. 2025.

BELO HORIZONTE. **Estudo nacional sobre a qualidade da Educação Infantil Relatório Final** – Município de Belo Horizonte (MG). 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2022/relatorio-final-estudo-nacional-belo-horizonte.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018. Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis, cria o cargo... Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-sanciona-lei-que-da-mais-liberdade-gestao-pedagogica-das-escolas-infantis>. Acesso em: 18 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.679, de 11 de novembro de 2003. Cria as unidades municipais de educação infantil e o cargo de educador infantil [...]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2003/868/8679/leiordinaria-n-8679-2003-cria-as-unidades-municipais-de-educacao-infantil-e-o-cargo-deeducador-infantil-altera-as-leis-ns-7235-96-e-7577-98-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.679, de 11 de novembro de 2003. Cria as unidades municipais de educação infantil e o cargo de Educador Infantil, altera as leis nºs 7.235/96 e 7.577/98 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/8679/2003>. Acesso em: 18 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação (SMED). **Proposições curriculares para a Educação Infantil: Fundamentos**. Ana Cláudia Figueiredo Brasil Silva Melo (Org) - Belo Horizonte: SMED, 2014. 136 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2021/proposicoes-curriculares-para-educacao-infantil-vol-1-fundamentos.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria SMED nº 157, 28 de outubro de 2021**. *Define diretrizes e procedimentos para a organização do Cadastro Escolar de 2022 para a Educação Infantil, o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos-EJA da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte*. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/1561>. Acesso em: 18 set. 2023.

BOLÍVAR, Antonio. Família y escuela: dos mundos llamados a trabajar en común. **Revista de Educación**, v. 339, n. 2006, p. 119-146, 2006.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8.8715, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho

Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei da Migração. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9474-22-julho-1997-365390-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 1.344, de 06 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas... Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 1.3979 de 6 de fevereiro 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Lei no 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial, Brasília, 21 ago. 1980. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: [BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf](#). Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1**, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em:

CARMO, H.; FERREIRA, M. M. **Metodologia da Investigação - Guia para Autoaprendizagem**. 2. ed. Portugal: Universidade Aberta, 2008. 220 p.

CARNICER, J. A. A diversidade dos alunos estrangeiros e seu processo de adaptação em escolas brasileiras. *In*: BAHIA, Joana; SANTOS, Mirian (Org.). **Um olhar sobre as diferenças: a interface entre projetos educativos e migratórios**. São Paulo: Oikos, 2016. p. 17-34.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: Jean POUPART *et al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, p.295-316.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.

CIRINO, C. Índios, imigrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do estado brasileiro. **Revista Entre Rios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia**, v. 3, n. 02, 124-136, 2020. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.26694/rer.v3i02.11028>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9820> Acesso em: 15 nov. 2023.

COELHO, André; ROSA, Beatriz; MENDES, Edson. MADURO, Chavismo E Bolivarianismo: Continuidade Ou Ruptura?. **Desigualdade e Diversidade**, v. 21, n. 21, 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/75876941/Artigo_Maduro_Chavismo_e_Bolivarianismo_PUC_RIO-libre.PDF. Acesso em: 15 nov. 2023.

DADOS mundiais. Venezuela: Dados e estatísticas. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/venezuela/index.php>. Acesso em: 23 jul. 2024.

EM REDE. Alfabetização em rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia covid-19 - Relatório técnico (parcial). **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 13, p.185-201, 2020.

ESTEVIÃO, Rodrigo Aparecido. **Práticas de mediação do texto literário: contribuições para o processo de inclusão de uma criança com baixa visão numa EMEI de Belo Horizonte**.

FEITAL, Lisa Minelli. **A promoção da igualdade racial e a política na formação dos professores da Educação Infantil em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais 2016.

FERREIRA, Waldinei do Nascimento. **As relações de cuidado e de gênero presentes nos relatos de homens professores nas unidades municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.

FIGUEIREDO, Daniel; MORAES, Isabella. Crise da Venezuela: entenda o país com dois presidentes. **Politize**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-da-venezuela-e-dois-presidentes/> Acesso em: 24 mar. 2025

FLICK, Uwe. NETZ, Sandra. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157 p. 680-702, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143246>. Acesso em: 01 abr. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. UNICEF REDIMIR. 2022. **Crianças Migrantes e Refugiadas** – O apelo à atenção, integração e educação. Disponível em: cyramos@unicef.org. Acesso em: 02 jan. 2023.

GADOTTI, Moacir *et al.* **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; UNESCO, 1996.

GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi. **Gênero, família e relações étnico-raciais: um estudo sobre mulheres pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas**. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014).

GHIGGI, Gioconda; COUTINHO, Angela Scalabrin. Revisão de literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021). **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 63, e-28781, jan. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000100207&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. *In*: GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 2000.

GIL, Milagro Matos. **Venezuela**. 12 de dezembro de 2023. Disponível em: https://appsindicato.org.br/milagros_mata_gil/ Acesso em: 30 mar. 2024.

GOMES, Adriana Bom Sucesso. **Estratégias metodológicas de formação continuada de professores da Educação Infantil em um núcleo de estudos das relações étnico-raciais em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2022.

GRAJZER, Deborah Esther. **Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção**. 2024. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

HALAVAIS, Alexander. Prefácio. *In*: RECUERO, Raquel; FRAGOSO, Suelly; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 11-16.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; Tradução Tomaz Tadeu da Silva., Guaracira Lopes Louro, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTLEY, Jean F. Case studies in organizational research. *In*: CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994. 253p. p. 208-229.

HILL, M. M. Desenho de questionário e análise dos dados - alguns contributos. *In* **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação**. Edições Húmus. 2014. 320 p.

HORA, Tamara Cabral da. **Políticas públicas educacionais na infância: um olhar para a questão das crianças refugiadas em Nova Iguaçu.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) — Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2023.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: 05 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Belo Horizonte. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 18 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&lookfor0%5B%5D=migrante&type0%5B%5D=AllFields&type0%5B%5D=AllFields&sort=year> Acesso em: 29 set. 2024.

LORENÇO, Danielle. Educação infantil e desigualdades no município de Pinhais: olhares de famílias migrantes. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, 2023.

LORZING, Renata de Moura Santos. **Crianças haitianas na educação infantil em Sorocaba - SP (2011-2019).** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MAPA completo de Venezuela por estados com su nombre. Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-premium/mapa-completo-de-venezuela-por-estados-com-su-nombre-escala-de-grises_94367524.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

MAPA cooperativo. Taxa de migração na América do Sul. 2020. IndexMundi <https://www.indexmundi.com/map/?v=27&r=sa&l=pt>. Acesso em: 16 out. 2024.

MECONI, Samantha. **Educação infantil, atendimento das infâncias migrantes haitianas, num contexto periférico e em tempos de pandemia.** 2024. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

MESQUITA, Raylane Ryara dos Santos. **Acolhimento de crianças e famílias migrantes e/ou refugiadas nas escolas municipais de São Paulo: formação docente humanizadora.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

MESQUITA, Shirley Pereira de. **Migração Familiar e Trabalho Infantil no Brasil Urbano.** 2011. Dissertação (Mestrado) — Banco do Nordeste do Brasil, 2012. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 38)

MIGRAÇÃO or imigrantes and educação infantil. Disponível em:

[https://repositorio.ufmg.br/simple-](https://repositorio.ufmg.br/simple-search?location=%2F&query=migra%C3%A7%C3%A3o+or+imigrantes+and+educa%C3%A7%C3%A3o+infa+ntil&rpp=100&sort_by=score&order=desc)

[search?location=%2F&query=migra%C3%A7%C3%A3o+or+imigrantes+and+educa%C3%A7%C3%A3o+infa+ntil&rpp=100&sort_by=score&order=desc](https://repositorio.ufmg.br/simple-search?location=%2F&query=migra%C3%A7%C3%A3o+or+imigrantes+and+educa%C3%A7%C3%A3o+infa+ntil&rpp=100&sort_by=score&order=desc). Acesso em: 15 set. 2023.

MIGRACIDADES. Perfil de Governança Migratória Local do Município de Belo Horizonte. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. 2018.

<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 16 out. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MIRANDA, Antônio Marcos de Sousa Barbosa. **Ser professor homem nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) de Belo Horizonte: desafios, possibilidades e a relação com a comunidade escolar a partir da percepção de professores**.

MIRANDA, Uiara Lopes; BRONZO, Carla. O acolhimento dos primeiros grupos de venezuelanos interiorizados em Belo Horizonte. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 410-435, 2021. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/10341>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MOURA, Hélio A. (Coord.). **Migração interna**. Textos selecionados. Fortaleza, BNB/ETENE, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. t. 1. p. 313-353.

NOGUEIRA, Keziah Pollyanna de Paula. **Escola, lugar de proteção?** políticas públicas educacionais para as infâncias em acolhimento institucional no município de Belo Horizonte-MG. 165f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/76714> Acesso: 20 mar. 2024.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira, NOGUEIRA Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Ed Autêntica, 2007. 152 p.

OIM BRASIL. Selo MigraCidades 2022 é entregue para 48 municípios e 6 estados brasileiros. NOTÍCIAS LOCAL, 06 Fevereiro 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/selo-migracidades-2022-e-entregue-para-48-municipios-e-6-estados-brasileiros>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ONU/DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. “Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migração interna**. Textos selecionados. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980, t. 1. p. 313-353.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Perguntas e respostas. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PARANÁ. Secretaria da Justiça e Cidadania. Migrantes, Refugiados e Apátridas. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Migrantes-Refugiados-e-Apatridas>. Acesso em: 24 nov. 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Ampliação do Programa Appia** - Um olhar para a Infância. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/projetosestrategicos/appiaolharparainfancia>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Educação Infantil**. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/informacoes/pedagogico/educacao-infantil> Acesso em: 22 fev. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **História de Bairros**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2023/suass_pmas-2022-2025-versao-25-04-2022.pdf. Acesso: 20 fev. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Proposições Curriculares para a Educação Infantil**: Fundamentos / Ana Cláudia Figueiredo Brasil Silva Melo (Org.). Belo Horizonte: SMED, 2014. 136 p. (Desafios da Formação, 1).

PRETI, D. (Org.) **O discurso oral culto** 2a.ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999. (Projetos Paralelos. Vol. 2). 224p.

REIF, Karina Schuh. **Da (des)esperança à esperança de inserção social da criança imigrante no novo lar**: o papel da escola. 2020. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BASTOS, Sênia Regina. A retomada da imigração no pós-Segunda Guerra Mundial em São Paulo:1947-1980, *In*: CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos; BOGUS, Lucia Maria Machado (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: EDUC, 2015. p. 113-131.

SANTOS, Eliana Crepaldi. **Biblioteca na educação infantil e os desafios da qualidade nesse ambiente de aprendizagem**: um estudo de caso na comunidade da Pedreira Prado Lopes - BH/MG. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2022.

SANTOS, José Rui; HENRIQUES, Susana. **Inquérito por questionário**: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. Lisboa: Universidade Aberta, 2021.

SANTOS, M. S.; ALVES, R. A. R. ; MACHADO, E. E. . Relação família-escola de crianças imigrantes na educação infantil: o que as pesquisas (não) tem a dizer?. **TEIAS** v. 23, p. 91-114, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.66095>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SANTOS, Priscila da Silva. **Narrativas silenciosas: identidade e imigração na educação infantil**. 2018. 188 f. Tese (Doutorado) — Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTOS, Sabrina Leite. **Criança e migração no Brasil: o perfil socioeconômico das matrículas das crianças migrantes no Censo Escolar de 2020**. 2023. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SERVIÇO JESUÍTAS A MIGRANTES E REFUGIADOS. Georreferenciamento de pessoas atendidas em 2019 pelo Serviço Jesuíta A Migrantes e Refugiados em Minas Gerais. Disponível em : https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap_SJMR_19062020_baixa.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

SERVIÇO JESUÍTAS A MIGRANTES E REFUGIADOS. Georreferenciamento de pessoas atendidas em 2019 pelo Serviço Jesuíta A Migrantes e Refugiados em Minas Gerais. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap_SJMR_19062020_baixa.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

SILLER, Rosali Rauta. **Infância, educação infantil, migrações**. 2011. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

SILVA, D. V.; SALOMÃO, N. M. R. A maternidade na perspectiva de mães de adolescentes e avós maternas de bebês. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 8, n. 1, p. 135-145, 2003.

SILVESTRE, Carla Augusta Seixas Carneiro. **Deficiências e diversidade cultural: experiências educacionais de crianças migrantes internacionais em São Paulo no contexto da pandemia**. Dissertação (mestrado) — UNIFESP, Guarulhos, São Paulo, 2022

SILVA, Daniela Cristina. **Pequena infância e migrações: o que revela a produção científica (2011-2021) para as ações educativo-pedagógicas na Educação Infantil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

SILVA, Débora Cristina Alves da; BRAGA, Daniel Santos. Educação e imigração contemporânea no Brasil: um silêncio bibliográfico. **Paidéia: Revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde Fumec**, Belo Horizonte, Ano 14, n. 22, p. 55-75, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/8328>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SILVA, Débora Cristina Alves. **Migração na educação: o acolhimento dos (as) alunos (as) imigrantes na rede municipal de ensino de Contagem**. 2021. 126 p. Dissertação (mestrado)

— Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2021.

SILVA, Heloisa Dirce. **Potencializando gradiente de saúde de professores no ambiente de trabalho de EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil) da Prefeitura de Belo Horizonte**. Potencializando gradiente de saúde de professores no ambiente de trabalho de EMEIs (Escolas Municipais de educação infantil) da Prefeitura de Belo Horizonte [manuscrito]. Dissertação (Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SOUSA, Ana Beatriz Silva Alves de. **Comida chegada: uma visão sobre a produção de pratos venezuelanos e sua relevância no contexto gastronômico-cultural da Feira Chega Junto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gastronomia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, Mônica de Carvalho. “Mas podia ter coentro”: crianças migrantes e trajetórias que se encontram.... 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Repositório Institucional da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.repositorio.uemg.br/jspui/>. Acesso em: 15 set. 2023.

VENEZUELANOS. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/simple-search?location=%2F&query=venezuelanos&rpp=10&sort_by=score&order=desc. Acesso em: 15 set. 2023a.

VENEZUELANOS and educação infantil. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/simple-search?location=&query=venezuelanos+and+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&rpp=100&sort_by=score&order=DESC&etal=0&submit_search=Atualizar Acesso em: 15 set. 2023b.

VENEZUELANOS and imigração. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/simple-search?location=%2F&query=migra%C3%A7%C3%A3o+or+imigrantes+and+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&rpp=100&sort_by=score&order=desc Acesso em: 15 set. 2023c.

WALDMAN, Tatiana Chang. **O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito**. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

WOODWARD, kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomas Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZOZZOLI, Cécile Diniz. **A criança migrante no contexto escolar: uma análise centrada na afetividade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer sobre projeto de pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFMG/Faculdade de Educação – FaE.

MESTRADO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA – PROMESTRE

PARECER SOBRE PROJETO DE PESQUISA

Título do projeto de pesquisa: *ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG.*

Mestranda: Rosimaria Aparecida Ruela Alves. Orientadora: Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara. Linha de Pesquisa: Infâncias e Educação Infantil. Avaliador: José Alfredo Oliveira Debortoli.

Instituição: UFMG.

PARECER:

Apresentação do projeto

O Estudo propõe investigar a temática do acesso e da permanência de crianças imigrantes venezuelanas na Educação Infantil, no município de Belo Horizonte, para tal buscará, contextualizando a política e as proposições pedagógicas para a Educação Infantil no município, problematizados questões migratórias que seacentuaram nestes últimos anos, com um grande número de crianças e famílias que passam a ter o direito de acesso à educação das crianças em território brasileiro.

Como ênfase, a investigação estará centrada nas percepções de Gestores sobre esse fenômeno,

buscando compreender processos de acesso, permanências e adaptação das crianças venezuelanas nas escolas de educação infantil. Como proposição de recurso pedagógico, buscará a elaboração de um material que possa discutir melhorias e oferecer subsídios para as políticas de acesso e permanência destas crianças na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, em consonância com os documentos normativos municipais, aprimorando conhecimento sobre o tema do acesso e da permanência de crianças imigrantes na Educação Infantil.

Avaliação do projeto

O Projeto está muito bem escrito. Clareza de problemática e objetivos; abrangência de referências e estudos que possibilitam a inserção e debate acadêmico-científico; perspectivas empíricas que possibilitam o desenvolvimento do processo de estudo e análises pertinentes; sujeitos de pesquisa; e coerência de cronograma de elaboração do relatório final. O projeto também explicita cuidados éticos e ciência dos protocolos necessários à sua realização. Alguns movimentos já realizados são importantes e trazem consistência ao estudo.

Sobre os dados das políticas públicas, embora a Educação Infantil no município de Belo Horizonte remeta ao final da década de 1950, de fato, o contexto das discussões está centrado no processo do movimento de luta pró-creche, na construção da política de educação infantil na passagem da secretaria de assistência social para a secretaria de educação, e na expansão do atendimento público à criança pequena.

Nesse contexto, o diálogo com a dissertação de Isa Rodrigues Silva (O processo de constituição de políticas públicas de educação infantil em Belo Horizonte: 1993 a 2000. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2002), pode ser muito potente. Cabe destacar, que os programas de pós-graduação acadêmico e profissional da Faculdade de Educação - FAE, constitui um potente campo de reflexão e produção do conhecimento acerca da Educação Infantil como política de direito.

A pesquisadora também fez movimentos de revisão em publicações das reuniões da ANPED, bem como periódicos no campo da educação. Justamente, essas leituras indicam a necessidade de pesquisas que abordem a compreensão da presença de crianças imigrantes a partir do diálogo com as pessoas que ocupam o lugar de gestão escolar.

Sobre o objetivo geral, identificar e compreender as políticas públicas da Secretaria Municipal

de Educação de Belo Horizonte no tocante ao acesso e a permanência de crianças de 0 a 3 anos, imigrantes venezuelanas na Educação Infantil, entendemos que é necessário enfatizar o sentido proposto, que é o foco empírico “na percepção dos gestores”.

Sobre os objetivos específicos:

Os objetivos:

Realizar levantamento de documentos oficiais que versem sobre as políticas de Educação Infantil para crianças imigrantes.

Mapear as escolas de Educação Infantil do município de Belo Horizonte que atendem estudantes imigrantes venezuelanos.

Compreender, na perspectiva dos gestores escolares, as estratégias elaboradas para a permanência de crianças venezuelanas na escola de educação infantil.

Estão mais evidentes como processo e procedimento de pesquisa.

Quanto aos objetivos:

Caracterizar a população de imigrantes,

Compreender as relações entre Educação e Assistência Social,

Talvez não configurem necessariamente como objetivos do estudo, mas elementos fundamentais a serem elaborados para que os objetivos do estudo possam se concretizar a partir da articulação entre a empiria proposta, as referências e a análise.

O texto do projeto traz uma elaboração importante sobre o tema da imigração e o desafio para as políticas públicas de acolhimento, permanência e direito, em particular para as crianças em idade escolar. Embora traga referências importantes, compreendo que o aprofundamento deste debate será uma importante elaboração para a dissertação e contribuição para o campo, fazendo uma sistematização de estudos, e apontando referências e desafios para a garantia de direitos, sobretudo na educação, principalmente no âmbito da educação infantil, onde a demanda vem crescendo e respostas vem sendo construídas.

As EMEI vêm, de fato, se constituindo importante instrumento de acesso à educação, mas também de direitos fundamentais à experiência de infância no contexto da educação básica. Políticas de inclusão, de diversidade, de educação antirracista, de acolhimento e percurso escolar

que respeite os direitos das crianças. Cresce também populações indígenas brasileiras no contexto das cidades. Pela demanda atual, é de fato urgente compreender o acesso e permanência das crianças, filhas e filhos de imigrantes venezuelanos. Contudo, é importante que esse debate seja feito de uma forma que não fragmente o debate e o movimento inclusivo que está posto para a diversidade das crianças e experiências de infância que chegam às diferentes EMEI no município de Belo Horizonte, articulando ações históricas, que, de certo, as gestoras trazem como conhecimento e possibilidade de narrativa.

A pesquisadora demonstra conhecer a história e o percurso que os imigrantes venezuelanos no Brasil, e o impacto disso em suas vidas e no povo brasileiro. Sabe também que este processo é complexo para todos, em especial para as crianças pequenas, sobre quem recai, sempre, em maior intensidade as violências e as mazelas que lhes são impostas, gerando desigualdades e precariedades materiais e sociais. O que torna um grande desafio para políticas de direito.

Critérios de seleção de participantes do estudo

Campo da Pesquisa: Belo Horizonte está organizada em nove regionais e para esse estudo serão elencadas três escolas que tenham maior número de crianças venezuelanas matriculadas. Dentre as três será selecionada uma Creche da rede própria ou parceira, que atue com faixa etária de 0 a 3 anos, que tenha o maior quantitativo de crianças venezuelanas. Identificada a escola passará para a segunda etapa, que abrange a pesquisa de campo, com aplicação de entrevista semiestruturada e análise documental.

A pesquisa aponta como fonte documentos preenchidos pelos adultos responsáveis, ficha de matrícula e de anamnese. Sobre estes materiais, é importante um conjunto de procedimentos éticos, que envolvam autorização, sigilo e proteção dos dados das crianças.

Sobre a opção do diálogo com as Gestoras das EMEI, direção e coordenação pedagógica, como sujeitos centrais desse conhecimento, é de fato potente: pelo papel articulador, pela produção do conhecimento e participação na história da educação infantil no município, e, de fato, por agente central na consolidação de políticas públicas educacionais.

Os instrumentos para a realização do processo metodológico: questionário; análise documental e entrevistas são adequados ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos.

O produto educacional proposto para esta pesquisa: a) portfólio digital para ser hospedado no site da prefeitura; b) cartilha para as famílias, podendo ser digital e/ou impressa com o idioma em espanhol, estão adequados se mostram coerentes com os objetivos proposto, e à publicização das reflexões de pesquisa. O Cronograma apresentado está adequado e aponta viabilidade do estudo.

Avaliação da viabilidade financeira do projeto

O projeto não indicou custos operacionais. Conclui-se que a pesquisadora arcará com os custos da realização do trabalho de campo.

Avaliação da capacitação técnica do pesquisador para realizar a pesquisa proposta

O estudo é viável e trará contribuições importantes para a produção do conhecimento no campo da educação infantil, no debate sobre políticas de inclusão e direitos, e, sobretudo, sobre a produção do conhecimento para a garantia do acesso e permanência de crianças filhas e filhos de imigrantes na educação infantil e na educação básica de forma mais ampla. Considerando a estrutura do projeto apresentado, há coerência entre problema de pesquisa, metodologia e tempo de desenvolvimento, o que permite inferir a capacitação técnica da mestrande, ao lado de sua orientadora, para a realização do estudo proposto.

Análise de Mérito

Considerando a viabilidade técnica e financeira, bem como, a capacidade técnica da pesquisadora, sou salvo melhor juízo, favorável à APROVAÇÃO do projeto de pesquisa *ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG*, da

mestranda Rosimaria Aparecida Ruela Alves, sob orientação da Profa. Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara, na linha de pesquisa Infâncias e Educação Infantil do PROMESTRE/FaE/UFMG.

RESULTADO: APROVADO.

Data de emissão do Parecer: 13/12/2023

Parecerista: José Alfredo Oliveira Debortoli.



Documento assinado eletronicamente por Jose Alfredo Oliveira Debortoli, Professor do Conselho Superior, em 14/12/2023, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com

fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, utilizando o código verificador 2900252 e o código CRC DB42175D.

Referência: Processo nº 23072.210383/2023-89 SEI nº 2900252

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG

Pesquisador: ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 79822624.2.0000.5149

Instituição Proponente: Faculdade de Educação/UFMG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.120.383

Apresentação do Projeto:

Resposta ao parecer 7.027.568

Projeto de mestrado profissional em Educação “As questões migratórias se acentuaram vertiginosamente nestes últimos anos, o Brasil tornou-se um território acolhedor a essas pessoas que por questões sociais e econômicas buscaram o país para ter ou conquistar melhores condições para si e para os seus. Esse projeto tem como objetivo investigar a temática do acesso e da permanência de crianças imigrantes Venezuelanas na Educação Infantil de Belo Horizonte/MG, a partir das percepções de gestores que, de forma direta ou indireta atuam na consolidação de Políticas Públicas para a Primeira Etapa da Educação Básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que será desenvolvida em três etapas, a saber: a primeira, de natureza exploratória, serão aplicados questionários para identificar as escolas que atendem maior número de crianças venezuelanas na faixa etária de 0 a 3 anos. A segunda etapa, contemplará análise documental e entrevistas semi-estruturadas com gestores da escola, identificados na primeira etapa. A terceira focalizará a análise dos dados e sistematização da dissertação. Dentre os principais referenciais teóricos, destacam-se: Sasaki e Assis (2000) discutindo a teoria das migrações internacionais; André (2016) por abordar a adaptação de estrangeiros em escolas brasileiras e Santos (2018) que discorre sobre a identidade e imigração na educação infantil. Ao final, espera-se contribuir para a produção do conhecimento a respeito da temática; propor melhorias nas políticas de acesso e permanência

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.120.383

destas crianças na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. O produto educacional será uma cartilha produzida em consonância com os documentos normativos municipais que poderá fornecer subsídios para docentes e gestores que buscam aprimorar seus conhecimentos sobre o tema do acesso e da permanência de crianças imigrantes na Educação Infantil. Os resultados alcançados serão divulgados nas mídias da SMED/BH.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Identificar e compreender as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte no tocante ao acesso e a permanência de crianças de 0 a 3 anos, imigrantes venezuelanas na Educação Infantil, a partir das percepções de gestores escolares.

Objetivo Secundário: √ Caracterizar a população de imigrantes que frequentam a Educação Infantil no sistema de ensino público do Município de Belo Horizonte. √ Compreender as relações entre Educação e Assistência Social, no tocante às políticas intersetoriais. √ Realizar levantamento de documentos oficiais que versem sobre as políticas de Educação Infantil para crianças imigrantes. √ Mapear as escolas de Educação Infantil do município de Belo Horizonte que atendem estudantes imigrantes venezuelanos. √ Analisar, na perspectiva dos gestores escolares, os processos de acesso de crianças imigrantes venezuelanas à Educação Infantil. √ Compreender, na perspectiva dos gestores escolares, as estratégias elaboradas para a permanência de crianças venezuelanas na escola de educação infantil

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No TCLE, são riscos e benefícios:

"Asseguramos que dada a especificidade desta pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários que evitem a sensação de desconforto que possa ser gerada pelo afloramento de sentimentos de discriminação e estigmatização étnico/racial. Estaremos também atentos (as) e preparados (as) para qualquer manifestação de desconforto que possa surgir e da própria condição de interagir com estranhos, pelo sentimento de invasão de privacidade ao responder questões sensíveis que possam reverberar pensamentos e sentimentos nunca revelados, ou do desconforto decorrentes da presença do microfone e câmera. Você também terá liberdade para não responder questões na entrevista que se sinta constrangida. O tempo aproximado que o (a) participante precisará se dedicar à entrevista está estipulado de 40 a 60 minutos, podendo variar de acordo com o tempo que o (a) participante julgar necessário para responder à cada questão apresentada.

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.120.383

Posto os possíveis riscos reiteramos nossa responsabilidade e compromisso com a ética, fato que cautelas (preparação da pesquisadora na condução da entrevista na escuta e na identificação de sinais verbais e não verbais de desconforto por parte das participantes, o esclarecimento que inexistem respostas certas, liberdade para não responder questões que se sintam constrangido) serão adotadas perante ao enfrentamento dos possíveis danos que possam acometer a todas participantes.

BENEFÍCIOS: As considerações sobre o acesso e a permanência de crianças imigrantes venezuelanas na Educação Infantil em Belo Horizonte/MG são um aspecto importante que irá sobressair na pesquisa através dos processos de coletas de dados, corroborando para a construção do conhecimento a respeito desta temática. Dessa forma, as conclusões e publicações dos resultados têm o comprometimento em contribuir com a discussão e reflexão sobre os processos que ocorrem com crianças na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RMEBH).

Além dos benefícios acima, elencam-se os benefícios da pesquisa ao professor participante: Aceder a diferentes estudos e leituras que ajudam a obter uma perspectiva diferente sobre as questões relacionadas com o tema estudado; Desenvolver uma visão crítica; Ampliar o networking entre as professoras da Educação Infantil; Criar novos laços de amizade entre as professoras que tem/tiveram crianças imigrantes em suas turmas; Desenvolver habilidades acadêmicas e profissionais; Aprofundar o conhecimento sobre um tema de interesse; Ajudar a população envolvida a identificar os problemas existentes no atendimento de crianças imigrantes, a analisá-los criticamente, compartilhar práticas pedagógicas adotadas e a procurar soluções adequadas."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Segundo o parecer do projeto, a pesquisa "trará contribuições importantes para a produção do conhecimento no campo da educação infantil, no debate sobre políticas de inclusão e direitos, e sobretudo, sobre a produção do conhecimento para garantia do acesso e permanência de crianças filhas e filhos de imigrantes na educação infantil e na educação básica de forma mais ampla."

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.120.383

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram inseridos os seguintes documentos:

Comprovante de recepção

Cronograma

Folha de rosto assinada

Informações básicas

CARTA RESPOSTA AO PARECER : 7.027.568

TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE (RME-BH)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) PESQUISADOR(A) REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE (RME-BH)

Parecer sobre o projeto de pesquisa

Questionário

Projeto de pesquisa

TCLE responsável atualizado

TCLE professor atualizado

Recomendações:

O parecer 7.027.568 solicitou:

Inserir no TCLE benefícios da pesquisa ao participante. - solicitação atendida

Ajustar a escrita do TCLE, conforme indicado nas observações. - solicitação atendida

Após conferência da documentação, constatou-se o atendimento de todas as solicitações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS**



Continuação do Parecer: 7.120.383

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2277426.pdf	24/08/2024 15:14:41		Aceito
Outros	Cartaresposta_2408.docx	24/08/2024 15:12:45	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis_2408.docx	24/08/2024 15:12:04	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_professor_2408.docx	24/08/2024 15:10:53	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUIARosimariaAlves.pdf	30/06/2024 14:00:07	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Outros	Questionario.docx	30/06/2024 08:32:28	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Outros	TERMO.pdf	30/06/2024 08:30:05	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Outros	CARTA.pdf	30/06/2024 08:29:15	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	30/06/2024 08:27:49	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Outros	PareceRProjetoPesquisaRosamaria.pdf	15/05/2024 19:55:12	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	02/05/2024 10:17:40	ROSIMARIA APARECIDA RUELA ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.120.383

BELO HORIZONTE, 03 de Outubro de 2024

Assinado por:
Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

ANEXO D – Carta de apresentação a pesquisadora e Termo de anuência para pesquisa



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) PESQUISADOR(A)
REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE (RME-BH)**

Senhor(a) Diretor(a),

Apresentamos a pesquisadora **Rosimaria Aparecida Ruela Alves**, orientada pela professora Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara, do Mestrado do PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - FaE/UFMG, com o projeto de pesquisa intitulado “**ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG**”, a ser realizado na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH).

O projeto foi analisado pelas equipes da Secretaria Municipal de Educação (Smed) e foi emitido o Termo de Anuência que acompanha esta apresentação.

Solicitamos, pois, ao(à) diretor(a) que receba o(a) pesquisador(o)a, análise o projeto de pesquisa e sua metodologia e, se houver adesão pela escola, viabilize, oriente e acompanhe o desenvolvimento deste estudo.

Agradecemos, desde já, sua atenção e encaminhamentos e colocamo-nos à disposição de V. Sa. para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 20 de Março de 2024.

Atenciosamente,

Valentina de Souza Paes Scott

Diretora do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

Portal da Assinatura - PBH

2 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quarta-feira, 20 de março de 2024 às 17:48

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADORA_ Rosimaria Aparecida Ruela

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quarta-feira, 20 de março de 2024 às 17:48

Assinante: VALENTINA DE SOUZA PAES SCOTT Matrícula: PR074228

Hash da assinatura: F01C0D2B83FD33DE3693AE8372B1710967683341 Para validar utilize o QR Code ao lado.





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
EQUIPE DE COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

**TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA
NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE (RME-BH)**

A pesquisadora **Rosimaria Aparecida Ruela Alves**, orientada pela professora Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara, do Mestrado do PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - FaE/UFMG, com o projeto de pesquisa intitulado “**ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG**”, a ser realizado na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH).

Após a análise desse projeto pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Cape), pelo(s)(a)(as) Equipe de Coordenação da Educação Infantil e da Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade Étnico-racial, a Secretaria Municipal de Educação (Smed) está ciente e de acordo com a realização dessa pesquisa nas escolas da RME/BH.

Ressaltamos que, para validação deste Termo de Anuência, o(a) pesquisador(a) deve apresentar para a direção da escola a aprovação de seu projeto pelo Comitê de Ética ao qual o estudo foi submetido.

Esclarecemos que o(a) responsável pelo projeto deve fazer contato prévio com a direção da escola, apresentar a proposta de metodologia da pesquisa e confirmar a adesão da instituição ao seu projeto, antes do início dos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de Março de 2024.

Atenciosamente,

Valentina de Souza Paes Scott

Diretora do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED)
Rua Carangola, 288 - 7º andar/sala 721- Bairro Santo Antônio – 30.330-240 - Belo Horizonte - MG 3277-6055
cape.smed@pbh.gov.br

Portal da Assinatura - PBH

2 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quarta-feira, 20 de março de 2024 às 17:47

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA NA RME-BH (Rosimaria Aparecida Ru

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quarta-feira, 20 de março de 2024 às 17:47
Assinante: VALENTINA DE SOUZA PAES SCOTT Matrícula: PR074228
Hash da assinatura: 05D22F6379F487788A55E47B5261710967651382 Para validar utilize o QR Code ao lado.



ANEXO E – Informações sobre o curso ofertado pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE)

ÉTNICO-RACIAL
FORMAÇÃO

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAC) NO ENSINO BÁSICO

A formação abrange a compreensão de conceitos iniciais referentes à temática das migrações, bem como a elaboração de materiais autênticos para os(as) estudantes em situação de migração.

Núcleo de Políticas Educacionais para Estudantes em Situação de Migração / Smed

Inscrições até 17 de maio

Período da formação:
De maio a dezembro

A formação promoverá 8 encontros ao longo do ano. Verifique as datas no plano de ação formativa.

Plataforma:
1º Encontro: Google Meet

Público-Alvo:
• professores(as) que atuam com estudantes warao e estudantes em situação de migração.

[CONFIRA O PLANO DE AÇÃO FORMATIVA](#)

[ACESSE O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO](#)

CAPE | CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

FORMAÇÃO: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAC) NO ENSINO BÁSICO
Ementa
Os encontros formativos terão como foco a discussão e a reflexão sobre o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) para crianças e adolescentes em situação de migração no Ensino Básico. A formação abrange desde a compreensão de conceitos iniciais referentes à temática das migrações até a elaboração de materiais autênticos para esse público específico. Serão propostos momentos de reflexão sobre teoria e prática no que diz respeito ao ensino de Português no contexto das migrações de crise, com a previsão de espaços de discussão sobre as experiências vivenciadas em sala de aula pelos(as) professores(as), seus desafios e a busca por soluções para superá-los. Busca-se, ainda, elucidar aspectos referentes ao bi/plurilinguismo, à educação intercultural, além, principalmente, da sensibilização dos(as) profissionais que têm atuado nesse campo.
Formadores(as)
Integrantes do Núcleo de Políticas Educacionais para Estudantes em Situação de Migração e convidados.
Público-alvo
Professores(as) que atuam com estudantes warao e estudantes em situação de migração em suas escolas.
Carga horária
40h, divididas em 8 encontros de 3 horas.
Horas assíncronas: 16 horas

Turmas

Turma 1: 8h a 11h.

Turma 2: 13h30 a 16h30.

Conteúdo programático

1º Encontro - Abertura (das 19h às 21h30)

2º Encontro - Migração, refúgio e ensino de línguas: conceitos e conexões

3º Encontro - Ensino de PLAc e formação de professores(as): propostas e possibilidades

4º Encontro - Alfabetização e ensino de segunda língua

5º Encontro - Interculturalidade: um diálogo possível e necessário

6º Encontro - Produção e análise de material didático

7º Encontro - PLAc para crianças: interseções e caminhos

8º Encontro - Seminário final

Palestrantes:

Núcleo de Políticas Educacionais para Estudantes em Situação de Migração (Viviane Maia, Catarina Flister e Liliane Batista)

Inscrição

Período de inscrição: até 17/5/2024.

Critério: a formação é direcionada aos(às) professores(as) que lecionam para estudantes warao e/ou em situação de migração nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. O convite para a formação será feito diretamente a tais profissionais, via e-mail institucional. A inscrição pode ser efetuada por esses(as) profissionais, após acordo com a equipe gestora, devido à necessidade de organização dos horários para participação, sem prejuízo do atendimento escolar.

Formulário

de

inscrição:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScWBAWiJ_6fxLZMAoPbnrCJTEhZ5V2izjS66QNx1-T_KsOvA/viewform

ANEXO F – PORTARIA SMED Nº 157/2021

PORTARIA SMED Nº 157/2021

Define diretrizes e procedimentos para a organização do Cadastro Escolar de 2022 para a Educação Infantil, o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos-EJA da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 208, VII, § 1º e no art. 211 da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 8.069/1990, na Lei Federal nº 9.394/1996, art. 5º, I, § 1º, na Lei Federal nº 13.146/2015, na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, art. 158, inciso I, na Resolução CNE/CEB nº 002/2018, no art. 14 da Resolução SEE-MG nº 2.197/2012 e na Resolução CME/BH nº 001/2015,

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – O processo de Cadastro Escolar de que trata esta Portaria destina-se à inscrição e à efetivação da matrícula de estudantes residentes nos limites territoriais do Município de Belo Horizonte, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 76 do Código Civil Brasileiro, na Educação Infantil, no ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, para o ano escolar de 2022, nas instituições escolares das Redes Municipal e Parceira.

§ 1º – O disposto no caput também se aplica às crianças ainda não nascidas a serem inscritas no Cadastro Escolar pelas mães gestantes.

§ 2º – Para cursar o ensino fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos--EJA, no ano escolar de 2022, os estudantes com idade a partir de 15 anos completos, que não tenham concluído este nível de ensino, poderão fazer a inscrição no Cadastro Escolar no período mencionado no art. 3º desta Portaria.

§ 3º – Para cursar o ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos-EJA, na Escola Municipal Caio Líbano Soares, no ano escolar de 2022, os estudantes com idade a partir de 18 anos completos, que não tenham concluído este nível de ensino, poderão fazer a inscrição no Cadastro Escolar no período mencionado no art. 3º desta Portaria.

Art. 2º – Para os fins desta Portaria, conceitua-se:

I – Jurisdição Escolar: circunscrição territorial que define a região contemplada pelo atendimento de uma ou mais instituições escolares;

II – Corte Etário: data limite para matrícula obrigatória inicial aos 4 (quatro) anos de idade, na Educação Infantil, e aos 6 (seis) anos completos até 31 de março de 2022, no ensino fundamental;

III – Faixa etária: divisão da população infantil em recortes de idades para os fins de organização do atendimento escolar;

IV – Matrícula Virtual: procedimento realizado por meios digitais para efetivação das matrículas dos estudantes que tenham sido contemplados com vagas no Cadastro Escolar.

Art. 3º – O processo de cadastramento escolar de que trata esta Portaria será realizado no período de 30 de agosto a 17 de setembro de 2021.

Art. 4º – Para os fins de efetivação do Cadastro Escolar disposto nesta Portaria, deverão ser observadas as seguintes regras:

I – mães, pais ou responsáveis e a gestante deverão realizar a inscrição da criança e/ou do adolescente no Portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em <www.pbh.gov.br>;

II – cada estudante somente poderá ser cadastrado uma única vez, mediante a informação de seu respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III – havendo mais de uma inscrição de um estudante no Cadastro Escolar de 2022, somente a última será considerada válida;

IV – para as mães e gestantes, menores de 18 anos, o cadastro deverá ser realizado por seus responsáveis legais;

V – no ato do Cadastro Escolar de 2022, a gestante deverá preencher o seu próprio nome no lugar do nascituro, no campo referente à data de nascimento, escreverá o dia em que realizou o cadastro; no campo referente ao CPF, utilizar o da própria gestante;

VI – estando a gestante grávida de gêmeos, deverá realizar o procedimento descrito no inciso anterior e informar à Gerência de Monitoramento do Atendimento - GEMON o número de gemelares pelo endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>, identificando-se com nome completo e CPF;

VII – nos casos em que houver divergência entre as informações digitadas no ato do cadastro eletrônico e a conferência dos documentos, a matrícula poderá ser cancelada;

VIII – havendo incorreção na digitação da data de nascimento que não altere o corte etário, deverá ser feita a correção no respectivo sistema pela Secretaria Municipal de Educação e efetivada a matrícula do estudante;

IX – havendo incorreção na digitação da data de nascimento que altere o corte etário, deverá ser feita a correção no respectivo sistema pela Secretaria Municipal de Educação, devendo o nome do estudante ser adicionado ao final da lista de espera do corte etário correto, na respectiva jurisdição;

X – no ato do cadastro do estudante, a mãe, o pai ou o responsável deverá informar endereço residencial ou, se desejar, o endereço comercial em Belo Horizonte, devendo ter ciência de que deverá apresentar comprovação de ambos para a efetivação da matrícula;

XI – na hipótese de ser informado o endereço comercial, a mãe, o pai ou responsável deverá indicar o endereço preferencial para o atendimento escolar na Educação Infantil ou no ensino fundamental.

XII – se, em qualquer tempo, for comprovada a falsidade de alguma informação prestada para os fins do Cadastro Escolar que tenha gerado matrícula em condições indevidas, a criança será reposicionada na lista de espera nos termos do inciso anterior, ficando a mãe, o pai ou responsável sujeito(a) às penalidades legalmente previstas;

XIII – na hipótese de haver, em uma família, mais de um estudante a ser cadastrado para o ano escolar de 2022, deverá ser realizado um único cadastro para a família, contendo o nome completo e a data de nascimento de cada estudante.

Parágrafo único – Para os fins do disposto no inciso IX deste artigo, somente poderão o endereço comercial as famílias comprovadamente residentes em Belo Horizonte, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 76 do Código Civil Brasileiro.

Art. 5º – Será considerada compulsória, independentemente de cadastro, a matrícula de estudantes:

I – com deficiência, ostomizados ou com anemia falciforme, mediante o envio de laudo técnico emitido por profissional de saúde de nível superior que acompanha o estudante para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br> até o dia 24 de setembro de 2021;

II – refugiados, circenses e ciganos (ou sua família), mediante envio de documento expedido pelos órgãos competentes, conforme a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br > até o dia 24 de setembro de 2021;

III – explorados na mendicância;

IV – explorados no trabalho infantil;

V – em acolhimento institucional (abrigos) ou familiar, em acolhimento em Família Acolhedora, que estejam abrigadas junto com suas famílias ou em situação de reintegração familiar;

VI – em situação de violência física, psicológica ou sexual (abusos e/ou exploração);

VII – filhos de adolescentes ou adolescentes submetidos a cumprimento de medida socioeducativa, nos termos da Lei Federal nº 12.594/2012, art. 49, inciso VIII;

VIII – filhos de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Federal nº 11.340/2006, art. 9º, § 7º, com prioridade para matrícula em instituição de Educação Básica mais próxima do domicílio, ou para transferência para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso;

IX – filhos de mulheres acompanhadas pelo Projeto Acolhimento e Cuidado a Gestantes, Puérperas e Bebês em Situação de Vulnerabilidade e Risco da Secretaria Municipal de Saúde;

X – pertencentes a família acompanhada pelos serviços que compõem a Política para a População de Rua – Abordagem, albergues, repúblicas e Centros de Referência;

XI – famílias que foram desabrigadas e/ou desalojadas em virtude do período de chuvas. § 1º – As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância (indígenas, povos nômades, filhos de trabalhadores itinerantes, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão e de teatro mambembe), nos termos do art. 1º da Resolução CNE/CEB nº 003/2012, terão assegurado o direito à matrícula na Educação Infantil, no ensino fundamental e na modalidade Educação de Jovens e Adultos, mediante solicitação a ser enviada para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br> até o dia 24 de setembro de 2021.

§ 2º – Os estudantes pertencentes a comunidades quilombolas terão prioridade para a matrícula nas escolas localizadas no entorno de suas respectivas comunidades, mediante solicitação a ser enviada para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br> até o dia 24 de setembro de 2021.

Art. 6º – Para os fins de priorização de matrículas na Educação Infantil, na faixa etária de 0 a 3 anos, e de inclusão no atendimento em tempo integral, nas instituições escolares de Educação Infantil e de ensino fundamental em que for ofertado, será considerada escala de pontuação estabelecida conforme os seguintes critérios de classificação por vulnerabilidade social:

I – famílias beneficiárias do “Programa Bolsa Família”;

II – famílias atendidas pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS);

III – famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

IV – famílias atendidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);

V – famílias com renda per capita de até R\$89,00, cadastradas no CAD único;

BELOTUR SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Documento assinado digitalmente em consonância com a MP 2.200-2/2001 em, 27/08/2021, pelo assinante: CYBELE MARIA DE SOUZA CPF: 369.772.766-49.

Hash da assinatura: 41B29A2BCA1CF650D6FD3FD891F885D59FE0CB28. Utilize o QR Code ao lado para conferir sobre a assinatura.

BELO HORIZONTE 14 Diário Oficial do Município Sábado, 28 de agosto de 2021 Poder Executivo

VI – famílias com renda per capita familiar entre R\$89,01 e R\$178,00;

VII – mãe analfabeta;

VIII – mãe com até quatro anos de escolaridade;

IX – família monoparental;

X – criança filha de mãe, ou pai e/ou responsável em situação de privação de liberdade;

XI – criança filha de mãe e/ou pai adolescente;

XII – criança filha de mãe, ou pai e/ou responsável em situação de drogadição;

XIII – criança que resida com familiar

com deficiência ou doença grave, observada a avaliação da Equipe de Saúde da Família;

XIV – criança com diabetes;

XV – criança com HIV;

XVI – criança com confirmação de diagnóstico de doenças abrangidas pelo Teste do Pezinho;

XVII – criança com asma e em uso diário de medicamento para controle da doença;

XVIII – criança com microcefalia;

XIX – criança com doenças cardiológicas comprovadas por relatório médico;

XX – criança com doenças renais comprovadas por relatório médico;

XXI – criança com doenças neurológicas comprovadas por relatório médico;

XXII – criança com quadro de desnutrição proteico energético grave;

XXIII – criança com nove ou mais dentes com cavidades (cáries);

XXIV – criança pertencente a comunidades quilombolas;

XXV – empregada doméstica que comprovadamente resida no local de trabalho juntamente com a criança, mediante a apresentação, no ato da matrícula, de carteira de trabalho assinada e declaração do empregador.

Parágrafo único – Havendo empate na classificação por vulnerabilidade social disposta no caput, serão considerados, para o desempate, os seguintes critérios, nessa ordem:

I – criança cuja mãe seja mais jovem;

II – criança mais velha.

Art. 7º – Para os fins de matrícula na Educação Infantil, para a faixa etária de 0 a 2 anos de idade, a distribuição de vagas obedecerá aos seguintes critérios, por ordem de prioridade:

I – vagas para as matrículas compulsórias de que trata o art. 5º desta Portaria;

II – vagas restantes preenchidas de acordo com os critérios de vulnerabilidade dispostos no art. 6º desta Portaria.

Art. 8º – A família de estudante candidato à vaga no Cadastro Escolar que tenha irmão(s) matriculado(s) em instituição escolar municipal ou parceira, na mesma etapa ou ciclo de ensino, poderá solicitar à Secretaria Municipal de Educação, por meio do endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>, a análise da possibilidade de matrícula na mesma instituição e no mesmo turno em que o(s) irmão(s) estiver(em) matriculado(s).

Parágrafo único – No caso de irmãos gêmeos, sendo um deles contemplado com uma vaga, todos os gemelares terão vaga assegurada no mesmo turno letivo da mesma instituição escolar.

CAPÍTULO II – DO CADASTRO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 9º – O atendimento para a Educação Infantil nas unidades escolares das redes municipal e parceira será realizado por meio da lista única por jurisdição, obedecendo aos seguintes critérios:

I – todas as crianças cadastradas nos cortes etários de 1 a 5 anos de idade terão vaga assegurada em 2022;

II – após asseguradas as vagas de que trata o inciso I, serão criadas turmas para atendimento às listas de espera para o berçário.

Art. 10 – As crianças não atendidas no primeiro resultado do Cadastro Escolar deverão integrar listas de espera organizadas por faixa etária e jurisdição escolar, respeitada a classificação de vulnerabilidade social disposta no art. 6º desta Portaria.

§ 1º – Na hipótese de que a lista de espera de uma jurisdição escolar esteja esgotada, para uma determinada faixa etária, a lista de espera de uma jurisdição próxima poderá ser utilizada para o provimento de vagas, mediante opção das famílias interessadas.

§ 2º – Havendo recusa da vaga na lista de espera de outra jurisdição escolar mencionada no § 1º, será mantida a posição da criança na lista de espera da jurisdição de origem.

Art. 11 – Após o nascimento da criança cujo Cadastro Escolar tenha sido efetivado nos termos do Parágrafo único, art. 1º desta Portaria, a mãe, o pai ou responsável deverá encaminhar uma cópia digitalizada da Certidão de Nascimento para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br> para correção dos dados no Sistema de Cadastro da Educação Infantil (SICEI).

§ 1º – Para o ano escolar de 2022, somente poderão ser matriculadas nas vagas contempladas nos termos do caput as crianças com quatro meses de idade completos a partir de 1º de fevereiro.

§ 2º – Na hipótese de que a criança que venha a nascer após o dia 1º de outubro de 2021 seja contemplada com vaga, sua matrícula não poderá ser realizada no período de 22 de novembro a 3 de dezembro de 2021, ficando seu nome mantido na mesma posição da lista de espera e devendo ser convocada a próxima criança inscrita nesta lista que preencha os requisitos previstos no § 1º deste artigo.

§ 3º – Para as vagas abertas ao longo do ano escolar de 2022, somente poderão ser matriculadas as crianças com quatro meses de idade completos na data da matrícula.

§ 4º – Ao ser contemplada com vaga em 2022, a criança que não tenha completado quatro meses de idade não terá sua matrícula efetivada e permanecerá na mesma posição da lista de espera, devendo ser convocada para a matrícula a próxima criança da referida lista que cumpra os requisitos previstos no § 3º deste artigo.

§ 5º – Em circunstâncias excepcionais de vulnerabilidade, que justifiquem o atendimento à criança com idade inferior a quatro meses, a família deverá encaminhar solicitação para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>, para análise da Gerência de Monitoramento do Atendimento – GEMON e parecer da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12 – Após a disponibilização das vagas para matrícula compulsória, na Emei Carlos Prates, serão atendidos, prioritariamente, os filhos de associados da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), devendo as mães, os pais ou responsáveis encaminhar uma declaração, expedida pela entidade, para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>, até o dia 24 de setembro de 2021.

Parágrafo único – O não encaminhamento da declaração para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br> no prazo previsto impedirá a análise desta inscrição e a criança cadastrada passará a concorrer à vaga por meio dos critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 13 – O preenchimento das vagas da Emei Alaíde Lisboa observará a seguinte distribuição:
I – 50%(cinquenta por cento) preenchidas de acordo com os critérios estabelecidos nesta Portaria;

II – 50% (cinquenta por cento) reservadas para filhos dos docentes, servidores e estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), obedecendo aos critérios elaborados por esta Instituição.

Parágrafo único – Na hipótese de não haver o preenchimento de todas as vagas definidas conforme um dos critérios dispostos no caput, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas conforme o outro critério.

Art. 14 – Deverá ser inscrito no Cadastro Escolar do ensino fundamental da Rede Municipal de Educação, para o ano escolar de 2022, o estudante:

I – que completar 6 (seis) anos de idade até 31 de março de 2022, para a matrícula no 1º ano;

II – oriundo de outras redes de ensino, para a matrícula nas turmas do 2º ao 9º anos.

Parágrafo único – A mãe, o pai ou o responsável pelo estudante nascido a partir de 1º de abril de 2016 e que comprovadamente tenha concluído a Educação Infantil deverá entrar em contato com a Gerência de Monitoramento do Atendimento - GEMON, pelo endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>, para realizar sua inscrição para o 1º ano do ensino fundamental.

Art. 15 – Os estudantes matriculados na Educação Infantil nas Escolas Municipais com atendimento no ensino fundamental terão a vaga garantida no 1º ano, na mesma unidade escolar, para continuidade dos estudos, não sendo necessária inscrição no Cadastro Escolar de 2022.

Parágrafo único – Havendo interesse da família em matricular a criança em outra unidade escolar, deverá ser realizada a inscrição no Cadastro Escolar de 2022.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 – Os resultados dos processos Cadastro Escolar de 2022, com a indicação da instituição escolar na qual a vaga foi contemplada e dos períodos de efetivação de matrícula virtual, serão disponibilizados no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte, no endereço eletrônico <www.pbh.gov.br>, conforme o seguinte cronograma:

ETAPA/NÍVEL DE ENSINO DATA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA VIRTUAL

Educação Infantil - 3 a 5 anos 25 de outubro de 2021 25 de outubro a 5 de novembro de 2021

Educação Infantil - 0 a 2 anos

22 de novembro 2021 (incluindo as classificações na jurisdição escolar de inscrição e na lista de espera)

22 de novembro a 3 de dezembro de 2021 Ensino Fundamental 18 de outubro de 2021 18 a 29 de outubro

Educação de Jovens e Adultos - EJA 18 de outubro de 2021 18 a 29 de outubro

Art. 17 – A efetivação da matrícula virtual na unidade escolar na qual a vaga for contemplada será disponibilizada no endereço eletrônico <www.matriculavirtual.pbh.gov.br>.

§ 1º – A não efetivação da matrícula virtual nos prazos estabelecidos nesta Portaria acarretará a perda da vaga de 0 a 2 anos para a Educação Infantil, que deverá ser preenchida pela criança posicionada subsequentemente na lista de espera, quando houver.

§ 2º – A não efetivação da matrícula virtual nos prazos estabelecidos nesta Portaria acarretará a perda da vaga de 3 a 5 anos para a Educação Infantil e para o ensino fundamental.

Art. 18 – Após a confirmação da matrícula, na Educação Infantil e no ensino fundamental, a entrega dos documentos obrigatórios para a sua efetivação deverá ser realizada pelo responsável, de forma virtual, em até 5 (cinco) dias úteis, conforme orientações constantes do comprovante de confirmação.

Parágrafo único – As informações prestadas no ato do Cadastro Escolar serão confirmadas por meio de documentação a ser apresentada no ato da matrícula, observado o disposto no inciso X, art. 4º desta portaria.

Art. 19 – São documentos necessários para a efetivação da matrícula da criança na Educação Infantil:

I – original e cópia da Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade da criança;

II – original e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da criança;

III – original e cópia do Cartão de Vacina da criança, atualizado;

IV – original e cópia de documento de identidade do responsável;

V – original e cópia de comprovante de endereço residencial em Belo Horizonte, dos últimos dois meses, em nome de um dos responsáveis pela criança;

VI – para inscrição com endereço comercial, apresentar obrigatoriamente original e cópia de comprovante de endereço comercial e residencial em Belo Horizonte;

VII – documento de Guarda Judicial da criança, quando for o caso;

VIII – documento de Registro do Percurso Escolar da Criança na Educação Infantil e o Relatório do Processo de Desenvolvimento, quando houver.

§ 1º – caso haja denúncia ou suspeita de falsidade de informações declaradas, podem ser requeridos outros documentos da família.

§ 2º – no caso de famílias que não tenham guarda judicial para a realização da matrícula, o(a) responsável deverá dirigir-se à Defensoria Pública da Infância e da Juventude de Minas Gerais, à Rua Araguari, nº 210, 4º andar, bairro Barro Preto para solicitar Curatela Especial Administrativa.

Art. 20 – São documentos necessários para a efetivação da matrícula do estudante no ensino fundamental:

I – original e cópia da Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade do estudante;

II – original e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do estudante;

- III – original e cópia de documento de identidade do responsável;
- IV – original e cópia de comprovante de endereço residencial em Belo Horizonte, dos últimos 2xxdois meses, em nome de um dos responsáveis pelo estudante;
- V – para inscrição com endereço comercial, apresentar obrigatoriamente original e cópia de comprovante de endereço comercial e residencial em Belo Horizonte;
- VI – original e cópia de documento de Guarda Judicial do estudante, quando for o caso;
- VII – declaração de escolaridade ou histórico escolar do estudante contemplado com vaga a partir do 2º ano.

Parágrafo único – No caso de famílias que não possuem a guarda judicial para a realização da matrícula, o(a) responsável deverá dirigir-se à Defensoria Pública da Infância e da Juventude de Minas Gerais, à Rua Araguari, nº 210, 4º andar, bairro Barro Preto, para solicitar Curatela Especial Administrativa.

Art. 21 – São documentos necessários para a efetivação da matrícula do estudante na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA:

- I – original e cópia da Certidão de Nascimento ou da Carteira de Identidade do estudante;
- II – original e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do estudante;
- III – original e cópia do comprovante de endereço residencial em Belo Horizonte;
- IV – original e cópia do comprovante de endereço comercial ou residencial em Belo Horizonte (obrigatório para inscrições com endereço comercial);
- V – declaração de escolaridade ou histórico escolar do estudante.

Parágrafo único – Sendo o estudante menor de idade, deverão ser apresentados original e cópia do documento de identidade do responsável pela matrícula.

Art. 22 – O encaminhamento das matrículas dos estudantes inscritos no Cadastro Escolar de 2022 para ingresso nas Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis e nas Escolas Municipais com atendimento no ensino fundamental obedecerá, prioritariamente, ao critério de zoneamento por jurisdição escolar.

§ 1º – Para os fins do disposto no caput, somente serão encaminhados para a matrícula os estudantes inscritos no cadastro escolar que comprovadamente residirem ou que comprovarem endereço comercial nas jurisdições escolares das unidades escolares municipais.

§ 2º – Os estudantes que residirem próximos a escolas estaduais serão orientados a realizar o cadastro escolar na Rede Estadual de Educação.

§ 3º – Esgotadas as vagas das escolas de cada jurisdição escolar, o estudante inscrito para o ensino fundamental será encaminhado para a escola municipal imediatamente mais próxima que possua vagas disponíveis.

Art. 23 – As decisões proferidas nos procedimentos regulamentados por esta Portaria são passíveis de recurso, a ser encaminhado para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>.

Art. 24 – Os casos omissos nesta Portaria serão decididos pela Secretaria Municipal de Educação e deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico <gemon@edu.pbh.gov.br>.

Art. 25 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2021


Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

Secretária Municipal de Educação

ANEXO G – Ficha Individual Educação Infantil

5 AVALIAÇÃO	
QUAL A AVALIAÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA?	
<hr/> <hr/> <hr/>	
DISPONIBILIDADE DE DIAS E HORÁRIOS PARA PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES:	
DATA	ASSINATURA DO(A) ENTREVISTADO(A)
DATA	ASSINATURA DO(A) ENTREVISTADOR(A)
ANO	ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A CRIANÇA
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
DATA	ASSINATURA DO(A) ENTREVISTADO(A)
DATA	ASSINATURA DO(A) ENTREVISTADOR(A)
ANO	ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A CRIANÇA
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
DATA	ASSINATURA DO(A) ENTREVISTADO(A)
DATA	ASSINATURA DO(A) ENTREVISTADOR(A)

Limpar
Imprimir



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FICHA INDIVIDUAL EDUCAÇÃO INFANTIL

ANO

NOME DO(A) ALUNO(A)		SEXO
COR		
<input type="checkbox"/> BRANCA	<input type="checkbox"/> PRETA	<input type="checkbox"/> AMARELA
<input type="checkbox"/> CASCA	<input type="checkbox"/> APARTAMENTO	<input type="checkbox"/> INDÍGENA

1 CONDIÇÕES HABITACIONAIS	
TIPO DE HABITAÇÃO	
<input type="checkbox"/> PRÓPRIA	<input type="checkbox"/> ALUGADA
<input type="checkbox"/> CASA	<input type="checkbox"/> OUTROS _____
Nº DE CÔMODOS _____ QUAIS? _____	
<input type="checkbox"/> ÁREA EXTERNA	
ASPECTOS DE URBANIZAÇÃO	
<input type="checkbox"/> ENERGIA ELÉTRICA	<input type="checkbox"/> RUA URBANIZADA (ASFALTO / CALÇAMENTO)
<input type="checkbox"/> ÁGUA ENCANADA	<input type="checkbox"/> REDE DE ESGOTO
<input type="checkbox"/> FOSSA	<input type="checkbox"/> OUTROS _____
DESTINO DO LIXO	
<input type="checkbox"/> COLETADO	<input type="checkbox"/> QUEIMADO
<input type="checkbox"/> ENTERRADO	<input type="checkbox"/> EXPOSTO

2 INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA – MEMBROS QUE RESIDEM NA MESMA CASA					
NOME	PARENTESCO	IDADE	INSTRUÇÕES	PROFISSÃO / OCUPAÇÃO	RELIGIÃO

EMEM - 01604101 - E

3 SAÚDE		
A CRIANÇA TOMA REMÉDIO DE USO CONTÍNUO?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM. QUAL?		
CENTRO DE SAÚDE A QUE PERTENCE	EQUIPE	Nº PRONTUÁRIO
QUAL MEDICAMENTO A CRIANÇA PODE USAR EM CASO DE:		
FEBRE _____	DOSAGEM _____	
DOR _____	DOSAGEM _____	
POSSUI ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR / CONVÊNIO?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM. QUAL?		
EM CASO DE EMERGÊNCIA, QUEM DEVE SER CHAMADO(A)? _____		
PARENTESCO _____		
ENDEREÇO _____		
TELEFONE(S) _____		
QUAL(IS) DOENÇA(S) JÁ TEVE? _____		
APRESENTA ALGUMA DOENÇA?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM. QUAL?		
A CRIANÇA TEM ALERGIA A ALIMENTOS, MEDICAMENTOS, OUTROS?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM. QUAL?		
A CRIANÇA FAZ ACOMPANHAMENTO COM:		
<input type="checkbox"/> PSICÓLOGO	LOCAL _____	
<input type="checkbox"/> FONOAUDIÓLOGO	LOCAL _____	
<input type="checkbox"/> PSICOPEDAGOGO	LOCAL _____	
<input type="checkbox"/> OUTROS	LOCAL _____	
RAZÃO PRINCIPAL QUE LEVOU OS PAIS A BUSCAREM ESTE ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO:		

ALGUÉM DA CASA APRESENTA ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE FÍSICA E/OU MENTAL?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM. QUEM? _____		
QUAL(IS) PROBLEMA(S) _____		

4 HISTÓRICO DA CRIANÇA	
COMO FOI A GRAVIDEZ	
TIPO DE PARTO	NASCEU A TERMO (9 MESES)
<input type="checkbox"/> FILHO(A) ADOTIVO(A)	<input type="checkbox"/> FILHO(A) BIOLÓGICO(A)
A CRIANÇA POSSUI ALGUNS DESSES HÁBITOS:	
<input type="checkbox"/> RÓI UNHAS	<input type="checkbox"/> USA CHUPETA
<input type="checkbox"/> USA FRALDA	<input type="checkbox"/> UTILIZA O VASO SANITÁRIO
<input type="checkbox"/> CHUPA DEDO	<input type="checkbox"/> TOMA MAMADEIRA
<input type="checkbox"/> FAZ XIXI NA CAMA	
USA ALGUM OBJETO DE APEGO. QUAL? _____	
COMO É A ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA? _____	
HOUE ALGUM PROBLEMA ORGÂNICO OU EMOCIONAL QUE PUDESSE TER AFETADO O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA? _____	
EM QUAL HORÁRIO A CRIANÇA COSTUMA DORMIR? _____ COM QUEM DORME? _____	
APRESENTA ALGUM TIPO DE PROBLEMA DURANTE O SONO? _____ QUAL? _____	
O QUE A CRIANÇA GOSTA DE FAZER? _____	
COM QUEM ELA BRINCA? _____ QUAL A BRINCADEIRA E BRINQUEDOS PREFERIDOS? _____	
USO DE TABLET / COMPUTADOR / CELULAR / TELEVISÃO? _____ POR QUANTO TEMPO? _____	
TEM LAZER? _____ DE QUE TIPO? _____	
COM QUEM? _____	
COMO É O RELACIONAMENTO DELA COM OUTRAS CRIANÇAS E ADULTOS? _____	
JÁ FREQUENTOU OUTRA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA?	
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM. POR QUANTO TEMPO? _____	
ONDE A CRIANÇA FICA NOS MOMENTOS EM QUE NÃO ESTÁ NA ESCOLA? _____	
COM QUEM? _____	
QUAL O PROBLEMA QUEM MAIS INTERFERE NO DIA A DIA DA FAMÍLIA? _____	
PORQUE PROCUROU ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL? _____	

APÊNDICES

APÊNDICES A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevista semiestruturada

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Prezado (a) responsável,

O _____ (A) Sr. _____ (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTE VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG”, como responsável pelo(a) seu(sua) _____ (grau de parentesco).

O Estudo propõe investigar a temática do acesso e da permanência de crianças imigrantes venezuelanas na Educação Infantil, no município de Belo Horizonte. Para tal buscará, contextualizando a política e as proposições pedagógicas para a Educação Infantil no município, problematizando questões migratórias que se acentuaram nestes últimos anos, com um grande número de crianças e famílias que passam a ter o direito de acesso à educação das crianças em território brasileiro. A investigação estará centrada nas percepções de Gestores sobre esse fenômeno, buscando compreender processos de acesso, permanências e adaptação das crianças venezuelanas nas escolas de educação infantil do município de Belo Horizonte.

A participação de seu (sua) representado (a) nesta pesquisa será indireta, pois consiste na análise documental dos documentos existentes na escola, como: fichas de matrícula e de anamnese. Sobre estes materiais, informamos que haverá sigilo e proteção dos dados das crianças. A pesquisa já recebeu o termo de anuência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Carta de apresentação da pesquisadora às escolas. Tais documentos vão ser apresentados à gestão da escola, para ter acesso aos documentos e os dados pertinentes à pesquisa, serão anotados no caderno de campo e as informações serão extintas após o período de 5 anos.

Rubrica do pesquisador

Rubrica do (a) responsável

Asseguramos que dada a especificidade desta pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários que evitem a sensação de desconforto que possa ser gerada pelo afloramento de sentimentos de discriminação e estigmatização étnico/racial. Estaremos também atentos (as) e preparados (as) para qualquer manifestação de desconforto que possa surgir e da própria condição de interagir com estranhos, pelo sentimento de invasão de privacidade ao permitir acesso a documentos com questões sensíveis que possam reverberar pensamentos e sentimentos nunca revelados, ou do desconforto decorrentes da presença do microfone e câmera.

Posto os possíveis riscos reiteramos nossa responsabilidade e compromisso com a ética, fato que cautelas serão adotadas perante o enfrentamento dos possíveis danos que possam acometer a todas as participantes.

BENEFÍCIOS: As considerações sobre o acesso e a permanência de crianças imigrantes venezuelanas na Educação Infantil em Belo Horizonte/MG são um aspecto importante que irá sobressair na pesquisa através dos processos de coletas de dados, corroborando para a construção do conhecimento a respeito desta temática. Dessa forma, as conclusões e publicações dos resultados têm o comprometimento em contribuir com a discussão e reflexão sobre os processos que ocorrem com crianças na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RMEBH).

Será assegurado a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a sua não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes ou do grupo, inclusive em termos de autoestima. Afirmamos que conscientes da complexidade que envolve a temática do estudo nos esforçaremos para garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos, éticos, bem como os hábitos, linguagem e costumes de todos. Os pesquisadores agirão de maneira extremamente respeitosa e ética independentemente das opiniões ou posicionamentos do (a) pesquisado (a). Mas, caso haja danos decorrentes da pesquisa, os pesquisadores assumirão a responsabilidade pelos mesmos.

Caso você não se sinta confortável com a condução da pesquisa, poderá solicitar a retirada das informações referentes ao (à) seu (sua) representado (a), a qualquer momento sem nenhum dano ou prejuízo. Reiteramos que sua participação é voluntária, isto é, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, podendo se retirar a qualquer momento da pesquisa. Você não será penalizado (a) caso decida não participar da pesquisa, ou tendo aceitado, desistir desta. Informamos também que não haverá nenhum compromisso financeiro com a equipe de pesquisa.

É importante informarmos que todo material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento e notas de campo) será utilizado para fins de análise e divulgação da pesquisa. As imagens somente serão utilizadas para divulgação dos resultados da pesquisa mediante sua autorização com o preenchimento também do uso de imagens. Durante o processo de análise de dados e escrita da pesquisa serão utilizados nomes fictícios no lugar de nomes verdadeiros de todos os participantes a fim

de preservar sua identidade. Os dados ficarão devidamente arquivados com a pesquisadora, em seu arquivo pessoal, por um período de 5 (cinco) anos. Após esse período os mesmos serão extintos.

Os pesquisadores se comprometem a disponibilizar os dados referentes as gravações e áudios que envolva sua participação. Reiteramos nossas responsabilidades com o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP, garantindo a adequação às regras, dado que o COEP de Ética mantém sob guarda confidencial os projetos completos e todos os dados obtidos na execução de suas tarefas, resguardando a integridade e os direitos dos voluntários.

Ao aceitar participar da pesquisa sob as condições descritas acima, você assinará esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – em duas vias, uma das quais permanecerá com você e a outra será arquivada pelos pesquisadores responsáveis.

Caso você tenha alguma dúvida ou necessite de mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo. No caso de dúvidas éticas o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) deverá ser consultado, cujo endereço consta no final deste documento.

Eu, _____,
portador (a) do Documento de Identidade _____, responsável por _____ fui informado (a) dos objetivos e metodologia de produção dos dados do estudo “ACESSO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE/MG.” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo, permitindo acesso aos documentos referentes ao (à) meu (minha) representado (a) existente na secretaria da escola. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do (a) participante

Prof^a. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara: Rua: Délio José Coelho, CEP: 31730630, B. Planalto, BH-MG.
Telefone (31) 99288-8400
E-mail: taretuza@outlook.com

Rosimária Aparecida Ruela Alves: Rua Beco dos Milionários, 04 , CEP:31540-21, B. C Jardim Leblon, BH – MG.

Telefone: (31) 982921783

E-mail: rosamaria.alves@edu.pbh.gov.br

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: Acesso e a Permanência de crianças imigrantes venezuelanas na Educação Infantil em Belo Horizonte/MG

Linha: Infâncias e Educação Infantil

Orientadora: Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara

Mestranda: Rosimaria Aparecida Ruela Alves

- Questão 1 Identificação pessoal, formação, trajetória e prática profissional do(a) entrevistado(a);
- Questão 2 Como você enquanto gestora, do lugar que ocupa (Diretora, Vice –Diretora, Coordenadora Pedagógica ou Coordenadora de Turno) como orienta sua equipe sobre os pontos abaixo:
 Como é a receptividade das crianças imigrantes venezuelanas em sua escola?
 Como é divulgada a existência de vaga?
 Existe algum critério para reserva de vagas para a crianças venezuelana? Se sim, elencar para fins de registro.
 É realizada alguma anamnese, e se sim em qual idioma?
- Questão 3 A escola recebe informações prévias, orientações por parte da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte ou da Regional, sobre o acolhimento de crianças imigrantes?
- Questão 4 Você conhece os documentos oficiais que versam sobre as políticas de Educação Infantil para crianças imigrantes?
- Questão 5 Como gestor(a) você conhece a situação de imigração das crianças venezuelanas da sua escola? (Imigrantes por crise humanitária do país de origem/Imigrantes por desejo voluntário da família/Não tenho conhecimento/Outro)
- Questão 6 Fale um pouco sobre o processo de matrículas de imigrantes em Belo Horizonte e em especial na sua escola, quando o público-alvo são as crianças venezuelanas de 0 a 3 anos?
- Questão 6 Existe um cuidado diferenciado para crianças imigrantes quanto a alimentação, respeito a diversidade cultural e bilinguismo ? Em caso positivo, poderia exemplificar?
- Questão 7 É realizado anamnese com os familiares das crianças? Se sim, em qual idioma?
- Questão 8 Você enquanto gestora dá alguma orientação específica para os profissionais da escola sobre o atendimento das crianças venezuelanas?
- Questão 9 Comente os desafios e as estratégias elaboradas para o atendimento das crianças venezuelanas de 0 a 3 anos, em termos do acesso e da permanência na escola?
- Questão 10 Há mais alguma informação que você gestora gostaria de acrescentar e que não foi contemplada na entrevista?

Belo Horizonte, _____ de _____ 2024.

Assinatura do (a) participante

APÊNDICE C – Figura 23 – Cartilha Atendimento na Educação Infantil de Crianças Venezuelanas em Belo Horizonte





SOBRE ESTA CARTILHA

As políticas públicas tem papel essencial no acolhimento e garantia dos direitos básicos da população migrante bem como, a emissão de documentos e oferta de serviços básicos.

A cartilha "Atendimento na Educação Infantil de Crianças imigrantes Venezuelanas na Educação Infantil de Belo Horizonte" tem como objetivo facilitar o acesso à informação para famílias migrantes que desejam ter suas crianças na Educação Infantil em Belo Horizonte/MG.

Trata-se de um material fruto de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação – Promestre/FaE/UFMG que tematizou "O acesso e a permanência de crianças venezuelanas em instituições de Educação Infantil a partir da perspectiva de gestores". Aqui deixamos a síntese de algumas informações que poderão ser úteis.

Para maior acessibilidade o material está organizada em português e espanhol.

ACERCA DE EL FOLLHETO

Las políticas públicas juegan un papel esencial en la acogida y garantía de los derechos básicos de la población inmigrante, así como en la expedición de documentos y la oferta de servicios básicos.

El folleto "Atención en Educación Infantil a Niños Inmigrantes Venezolanos en Educación Infantil en Belo Horizonte" tiene como objetivo facilitar el acceso a la información a las familias migrantes que desean tener a sus hijos en Educación Infantil en Belo Horizonte/MG. Este material es resultado de una investigación realizada en el Programa de Postgrado – Promestre/FaE/UFMG que tuvo como foco "El acceso y permanencia de los niños venezolanos en las instituciones de Educación Infantil desde la perspectiva de los directivos". Aquí te resumimos alguna información que puede ser útil.

Para mayor accesibilidad, el material está organizado en portugués y español.



SUMÁRIO

Resumen

DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES
DERECHOS DE LOS MIGRANTES



DOCUMENTOS ESSENCIAIS NO BRASIL
DOCUMENTOS ESENCIALES EN BRASIL

ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE
ACCESO A LA EDUCACIÓN TEMPRANA EN BELO HORIZONTE.

O QUE FAZER PARA UMA BOA PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NA
EMEI/CONVENIADA
QUÉ HACER PARA LA BUENA ESTANCIA DE UN NIÑO EN EMEI/CONVENIO

DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES DERECHOS DE LOS MIGRANTES

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Todos são iguais diante do direito sem distinção de qualquer natureza garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade e propriedade.



Decreto nº 6.975/2009

Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile



Acuerdo de residencia para nacionales de los Estados Partes, Mercosur y Asociados distinción de cualquier naturaleza, garantizando (válido para Argentina, Paraguay, Uruguay, a brasileños y extranjeros residentes en Perú, Ecuador, Colombia, Bolivia y Chile).

Lei nº 13445/2017

Lei de Migração - Sobre os direitos e obrigações do imigrante.



Ley N° 13445/2017

Ley de Migraciones - Sobre los derechos y obligaciones de los inmigrantes.

Lei nº 9.474/1997

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.



Ley nº 9.474/1997

Define mecanismos para implementar el Estatuto de Refugiado. un inmigrante Puede solicitar asilo si su vida o su libertad se ven amenazadas debido a su raza, religión, nacionalidad, grupo social, opinión política o grave y violación derechos humanos generalizados.

DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES DERECHOS DE LOS MIGRANTES

Lei nº 7.716/1989

Classifica os crimes relacionados ao preconceito de raça ou cor.



Decreto nº 9.199/ 2017

Regula a Lei de Imigração (nº13.445/2017).



Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.



Lei nº 9.394/1996

Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade



Conhecer as leis do país destino fortalece a sociedade!

¡Conocer tu país de destino fortalece la sociedad!



No Brasil, a Lei de Migração entende a pessoa migrante como titular de direitos e a promoção da regularização documental é uma das bases da política migratória brasileira .

En Brasil, la Ley de Migraciones entiende a la persona migrante como titular de derechos y la promoción de la regularización de documentos es una de las bases de la política migratoria brasileña

**ACESSE AO PORTAL DA POLÍCIA
FEDERAL**

<https://www.gov.br/pf/pt-br>

**ACCEDER AL PORTAL DE LA
POLICÍA FEDERAL**

<https://www.gov.br/pf/pt-br>

DOCUMENTOS ESSENCIAIS NO BRASIL *DOCUMENTOS ESENCIALES EN BRASIL*

Quais são os documentos necessários para a matrícula de uma criança imigrante?

É recomendável a apresentação do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), comprovante de residência, histórico escolar, certidão de nascimento ou outros documentos pessoais.

¿Qué documentos se requieren para el registro de un niño inmigrante?

Se recomienda presentar el Registro Nacional de Extranjeros (RNE), comprobante de residencia, expediente académico, acta de nacimiento u otros documentos personales.



POSSO MATRICULAR A CRIANÇA SEM DOCUMENTAÇÃO?

Sim. Os documentos são de apresentação recomendável, mas não obrigatória. “Em hipótese alguma a matrícula de aluno estrangeiro deve ser negada”,

¿PUEDO MATRICULAR A UN NIÑO SIN DOCUMENTACIÓN?

Sí. Los documentos son recomendados, pero no obligatorios. “Bajo ninguna circunstancia se debe negar la matrícula a un estudiante extranjero”

ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE
 ACCESO A LA EDUCACIÓN TEMPRANA EN BELO HORIZONTE

FIQUE LIGADO: MANTÉNGANSE AL TANTO

SE DESEJA MATRICULAR
 SUA CRIANÇA É PRECISO
 FAZER UM CADASTRO?

SI QUIERES INSCRIBIR A
 TU HIJO, ¿NECESITAS
 REGISTRARTE?



Você que tem dificuldade em acessar a internet
 pode usar o número :(31)3277-8876.

Si tiene dificultades para acceder a Internet,
 puede utilizar el número: (31)3277-8876.

ATENÇÃO!
¡ATENCIÓN!

Para realizar o cadastro, é necessário possuir uma conta gov.br, uma plataforma de autenticação segura do governo federal que protege os dados pessoais dos cidadãos e facilita o acesso a serviços públicos digitais. A inscrição só será validada com a utilização desta conta.

Para registrarse, es necesario tener una cuenta en gov.br, una plataforma de autenticación segura del gobierno federal que protege los datos personales de los ciudadanos y facilita el acceso a los servicios públicos digitales. El registro sólo se validará utilizando esta cuenta.

O QUE FAZER PARA UMA BOA PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NA
EMEI/CONVENIADA
QUÉ HACER PARA LA BUENA ESTANCIA DE UN NIÑO EN EMEI/CONVENIO

FICA A DICA!

¡AQUÍ HAY UN CONSEJO!

1. Invista em ter uma rede de apoio para a permanência sua criança na escola.



1. Invierta en tener una red de apoyo para que su hijo permanezca en la escuela.

2. Tenha atenção às necessidades de sua criança.

Se ela apresentar dificuldades alimentares comunique a escola. A gestão tem interesse no bem estar de sua criança.

2. Preste atención a las necesidades de su hijo.

Si tiene dificultades para comer, notifique a la escuela. La gerencia está interesada en el bienestar de su hijo.

3. Acompanhe o desempenho de sua criança. Se encontrar barreira em relação ao idioma, busque informar a escola.

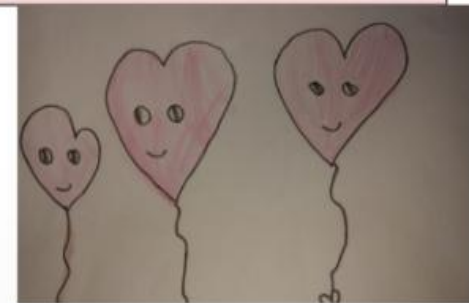
3. Realice un seguimiento del rendimiento de su hijo. Si encuentra una barrera del idioma, intente informar a la escuela.

4. Consulte a agenda de sua criança, veja se há alguma comunicação. Se não entender, procure a gestão.

4. Consulte el diario de su hijo y vea si hay alguna comunicación. Si no comprende, comuníquese con la gerencia.

5. Participe de todos os eventos ofertados pela escola de sua crianças.

5. Participe en todos los eventos que ofrece la escuela de su hijo.



FICHA TÉCNICA

AUTORA: ROSIMARIA A. Ruela ALVES

ORIENTADORA: DRA TANIA A. A. GEBARA

ILUSTRAÇÕES FEITAS PELAS CRIANÇAS:

ADRYAN VALENTIN DAS GRAÇAS MENDES
HELOISA PEREIRA AMORIM
VICTOR GABRIEL PENA FURTADO



REFERÊNCIAS

<https://www.gov.br/pf/pt-br>, acesso em 16 de outubro 2024

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/463842904/lei-13445-17>

<https://legis.senado.leg.br/norma/26286550>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm